

PARPÚBLICA
PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

E

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERCALARES**

1.º SEMESTRE 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

1.º SEMESTRE 2016

Página intencionalmente deixada em branco.

INDICE

❖ PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO 1.º SEMESTRE	5
❖ EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DO GRUPO PARPÚBLICA	7
○ ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA	7
○ ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL	11
❖ PERSPETIVAS PARA O 2.º SEMESTRE	15
❖ DIVULGAÇÕES AO ABRIGO DO CVM E DO REGULAMENTO	
N.º 5/2008 DA CMVM	16
▪ Valores mobiliários emitidos pela sociedade ou por empresas do grupo detidos por titulares dos órgãos sociais	16
▪ Titulares de participações qualificadas	16
▪ Não sujeição a auditoria ou revisão	16
❖ DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	17
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	 19

Página intencionalmente deixada em branco.

❖ PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO 1.º SEMESTRE

Durante o primeiro semestre de 2016, a Parpública continuou a desenvolver a sua atividade enquanto gestora de participações sociais, tendo como um dos principais enfoques da sua atividade o acompanhamento das suas subsidiárias e participações e, bem assim, dos contratos e monitorização dos condicionalismos e compromissos emergentes dos mesmos relativamente à Parpública e a diferentes empresas do Grupo.

Designadamente, no âmbito do processo de reprivatização da TAP, SGPS, SA, foi assinado em 6 de fevereiro de 2016 entre o Estado Português e a *Atlantic Gateway* um Memorando de Entendimento, alterado por um aditamento celebrado em 26 de abril de 2016, pelo qual ficou prevista, entre outros, a recompra pela PARPÚBLICA de ações representativas do capital da TAP, SGPS, SA, de modo a que esta passe a ser titular de 50% do capital social da sociedade.

A materialização contratual do referido memorando de entendimento foi formalizada num acordo de compra e venda de ações celebrado em 19 de maio de 2016 entre a Parpública enquanto compradora, a *Atlantic Gateway* enquanto vendedora, estando a conclusão da transação condicionada à verificação de um conjunto de condições e autorizações, nomeadamente por parte das autoridades nacionais e internacionais (relevantes) da aviação e da concorrência, ainda não totalmente obtidas ou emitidas à data da elaboração deste relatório.

Ainda no âmbito do acordo de venda direta acima referido e dos planos de capitalização da TAP previstos na operação, a Parpública concluiu em junho de 2016 a subscrição de 30 milhões € do empréstimo obrigacionista convertível emitido pela TAP, SGPS, SA, no valor total de 120 milhões €.

No presente exercício de prestação de contas, a TAP SGPS é tratada como uma empresa participada segundo o método de equivalência patrimonial.

Noutra vertente, a Parpública continuou igualmente a monitorizar o cabal cumprimento do Acordo celebrado entre a Endiama e a SPE que conduzirá à venda da participação por esta última detida na Sociedade Mineira do Lucapa.

Em termos operacionais e de organização, a Parpública iniciou um processo de adaptação ao novo Sistema de Normalização Contabilística para as administrações Públicas, o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual veio determinar que todas as entidades que integram as Administrações Públicas, na aceção dada pela autoridade estatística, ficam a ele sujeitas. De acordo com o mesmo Decreto-Lei, o SNC-AP não é aplicável às empresas públicas reclassificadas com valores admitidos à negociação em mercado regulamentado, como é o caso da Parpública, exceto quanto ao cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental”. De qualquer modo, a Parpública integra o grupo de entidades piloto para a implementação do SNC-AP, cuja aplicabilidade está já em vigor em 2016, a título experimental, e será de aplicação obrigatória a partir do início de 2017 para o universo das entidades que compõem as Administrações Públicas.

Relativamente à reestruturação da Área Imobiliária do Grupo, aprovada através do Despacho n.º 567/15, de 22 de abril, de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, continua ainda por concretizar a 2.ª fase do processo, que corresponderá à fusão de três empresas do Grupo, a operar na Área Imobiliária (Estamo, S.A., Lazer e Floresta, S.A. e Consest, S.A.). O processo encontra-se em fase de reapreciação ao nível da Autoridade Tributária, estando a aguardar decisão processual em matérias de índole fiscal.

No quadro do exercício da função acionista e de acordo com as orientações definidas pelo Governo para os respetivos setores de atividade, merece referência o facto de terem sido eleitos novos conselhos de administração para a AdP e para a SIMAB.

❖ EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DO GRUPO PARPÚBLICA

As atividades prosseguidas pelas empresas do Grupo Parpública ao longo do primeiro semestre de 2016 conduziram à obtenção de um resultado líquido consolidado positivo de 44,7 milhões €, substancialmente melhor do que o verificado no período homólogo, em que foi negativo no montante de 26,9 milhões €. Se é certo que a generalidade das empresas do Grupo apresentou um melhor desempenho económico no semestre em análise, a comparação com o semestre homólogo em termos de resultados é significativamente influenciada pela saída do perímetro de consolidação do Grupo TAP, tanto mais que este havia registado no 1º semestre de 2015 um prejuízo superior a 140 milhões €.

○ ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

De forma sintética, os resultados do Grupo PARPÚBLICA alcançados no primeiro semestre de 2016 são apresentados no seguinte quadro:

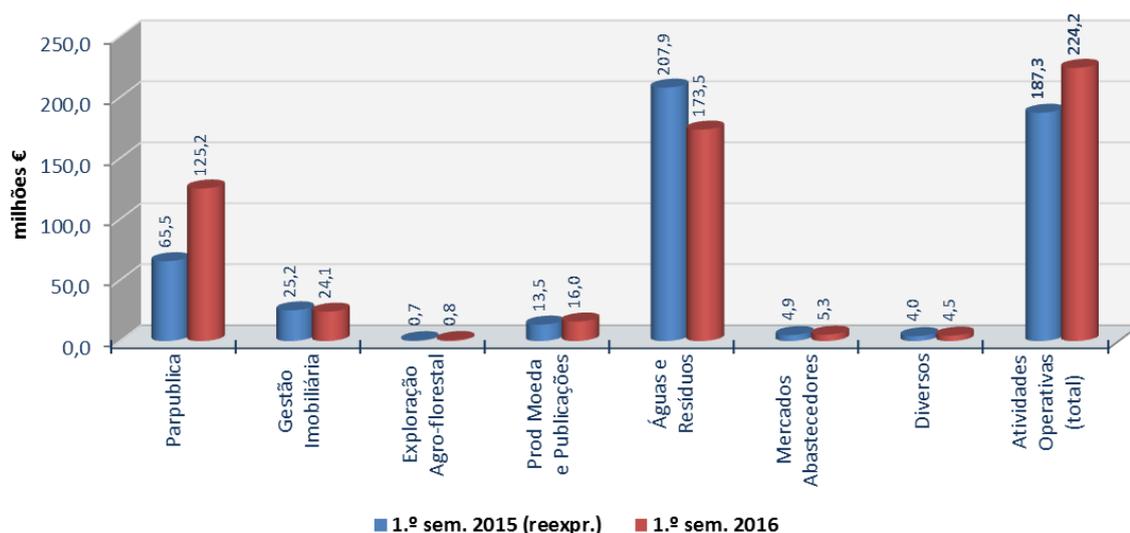
	<i>milhares de euros</i>		
	30-06-2016	30-06-2015*	%Δ
+ Rendimentos e Ganhos Operacionais	577.968	2.013.200	(71,3%)
- Gastos e Perdas Operacionais desembolsáveis	291.672	1.693.225	(82,8%)
= EBITDA	286.296	319.975	(10,5%)
- Depreciações + Amortizações	111.120	165.047	(32,7%)
+ Subsídios ao Investimento	27.690	36.317	(23,8%)
= Resultados Operacionais	202.866	191.245	6,1%
- Gastos e Perdas Financeiras	129.156	177.708	(27,3%)
= Resultados Antes de Impostos	73.711	13.537	444,5%
- Imposto sobre rendimento	27.252	39.479	(31,0%)
= Resultados Líquidos	46.459	(25.942)	279,1%
- Resultado líquido dos interesses que não controlam	14.497	18.858	(23,1%)
= Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	31.964	(44.801)	171,3%

* valores re-expressos

No plano operacional regista-se uma expressiva redução do nível dos rendimentos e dos gastos que é justificada pela saída do Grupo TAP, que representava a principal fatia do volume de negócios, e também, embora com expressão mais reduzida, da saída da EGF do universo do Grupo AdP. Estas entidades, no 1º semestre de 2015, geraram um volume de negócios de quase 1,3 mil milhões €, representando 70% do valor consolidado então apresentado pelo Grupo Parpública. Com o atual perfil do Grupo, o segmento das águas é agora o principal responsável pelo volume de negócios do Grupo Parpública.

Apesar da muito expressiva redução do volume de negócios do Grupo, e em menor dimensão do EBITDA consolidado, no final do 1º semestre de 2016 o resultado operacional é superior ao do período homólogo, o que evidencia os desequilíbrios do desempenho económico do Grupo TAP que vinham sendo incorporados nas contas do Grupo Parpública. Mas esta melhoria reflete também um melhor desempenho da *holding*, ao passo que as participadas que prosseguem as atividades operativas do Grupo, no seu conjunto, apresentam um resultado operacional em linha, embora ligeiramente inferior, ao do semestre homólogo.

EBITDA - Atividades Operativas

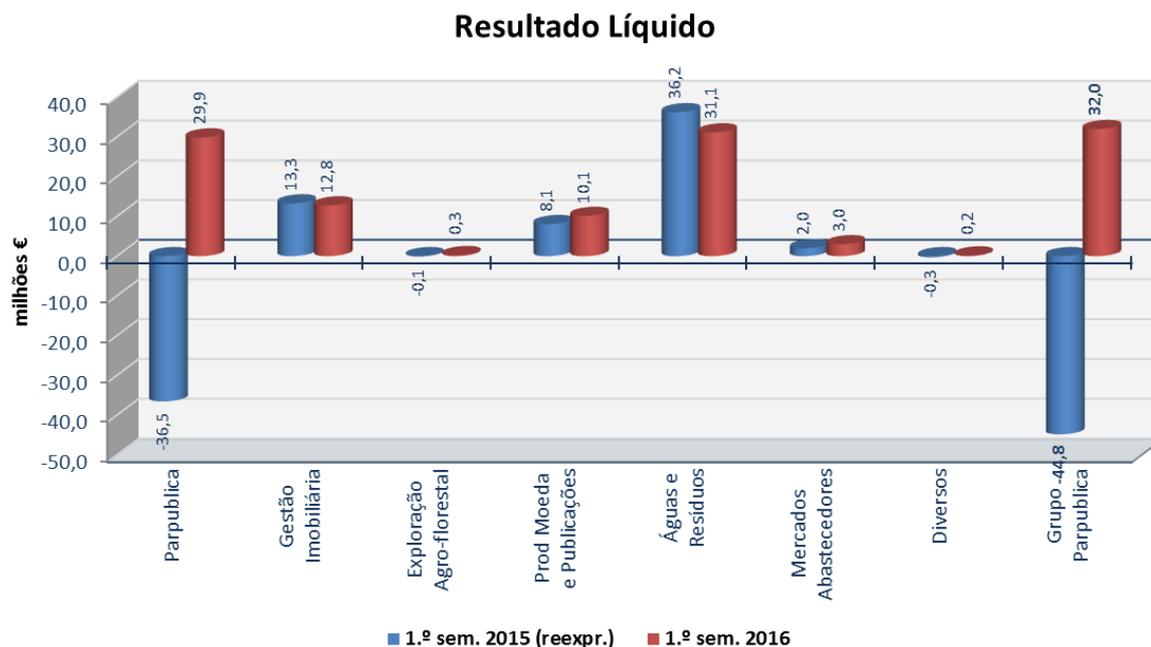


O gráfico acima torna bem evidente que o segmento das águas continua a ser o que mais contribui para a formação do EBITDA, quer em termos consolidados, quer no âmbito das atividades operativas, tendo este último alcançado os 224,2 milhões €, enquanto no período homólogo havia ascendido a 187,3 milhões €, valor que incorporava o contributo fortemente negativo das atividades do transporte aéreo que então ainda consolidavam.

Pelo contrário, a *holding* apresenta uma evolução do EBITDA positiva, passando de 65,5 milhões € para os 125,2 milhões €, melhoria em grande medida explicada pelo facto de no 1º semestre de 2015 a Parpública ter sido obrigada a constituir uma provisão no montante de 115 milhões € para fazer face à degradação dos capitais próprios do Grupo TAP, situação que foi revertida a partir do momento em que deixou de ter a maioria do capital e o controlo da TAP, SGPS, SA. Em termos consolidados o contributo da *holding* para o EBITDA do Grupo (286,3 milhões €) foi de 62,1 milhões €.

No que se refere aos custos financeiros há a registar uma redução de 23% do valor suportado com juros (-36,8 milhões €) a qual reflete uma vez mais a não consolidação dos juros suportados pelo Grupo TAP (20,8 milhões € no 1º semestre de 2015), mas também uma generalizada diminuição dos juros suportados pelas várias empresas do Grupo, beneficiando de condições mais favoráveis já que o endividamento consolidado se manteve praticamente inalterado.

Olhando para o resultado líquido consolidado alcançado, verifica-se uma evolução muito positiva, quando comparado com o período homólogo, quer na *holding*, quer nos resultados do conjunto das empresas com atividades operativas, num e no outro caso, graças essencialmente à não consolidação do Grupo TAP. Ao nível da *holding* porque não houve que reforçar provisões e, no caso das atividades operativas porque a eliminação do segmento do transporte aéreo favorece a comparação. É ainda de referir que, com exceção dos segmentos Águas e Gestão Imobiliária, todos os restantes apresentam uma evolução positiva dos resultados alcançados, sendo de salientar, pela sua dimensão, a INCM cujo resultado no semestre ultrapassou os 10 milhões €, o que representa um expressivo crescimento face ao resultado do 1º semestre de 2015 (8 milhões €).



Desta forma, no final do 1º semestre de 2016, o conjunto das empresas que integram o Grupo Parpública alcançaram resultados que ascendem aos 46,4 milhões €, valor que compara com o prejuízo de 25,9 milhões € que foi apurado em 30 de junho de 2015. Após consideração dos interesses minoritários, particularmente relevantes no caso da AdP, sociedade na qual a participação da Parpública é de 81%, o resultado líquido consolidado do Grupo Parpública obtido no período em análise foi positivo no valor de 31,9 milhões € (-44,8 milhões € no período homólogo).

○ ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

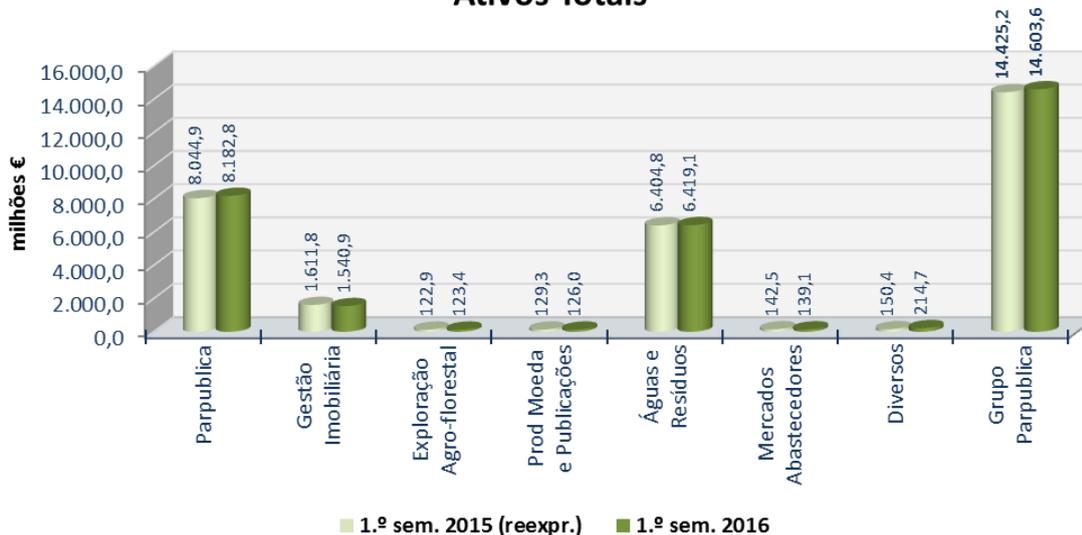
O quadro seguinte apresenta de forma sintética a evolução da situação patrimonial do Grupo Parpública no semestre em análise:

	<i>milhares de euros</i>		
	30-06-2016	31-12-2015	%Δ
Ativo não corrente	12.603.088	12.530.113	0,6%
Ativo corrente	2.000.538	1.895.079	5,6%
<i>do qual</i>			
<i>Ativos não correntes detidos para venda</i>	28.031	27.856	0,6%
TOTAL ATIVO	14.603.626	14.425.192	1,2%
CAPITAL PRÓPRIO	4.678.329	4.645.479	0,7%
Passivo não corrente	8.638.253	8.465.724	2,0%
Passivo corrente	1.287.044	1.313.988	-2,1%
<i>do qual</i>			
<i>Passivos relacionados com ativos correntes detidos para venda</i>	0	0	n.a.
TOTAL DO PASSIVO	9.925.297	9.779.712	1,5%
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	14.603.626	14.425.192	1,2%

Face à situação no final do exercício anterior não ocorreram no semestre alterações de relevo, mantendo-se em 32% a percentagem do ativo coberta pelos capitais próprios.

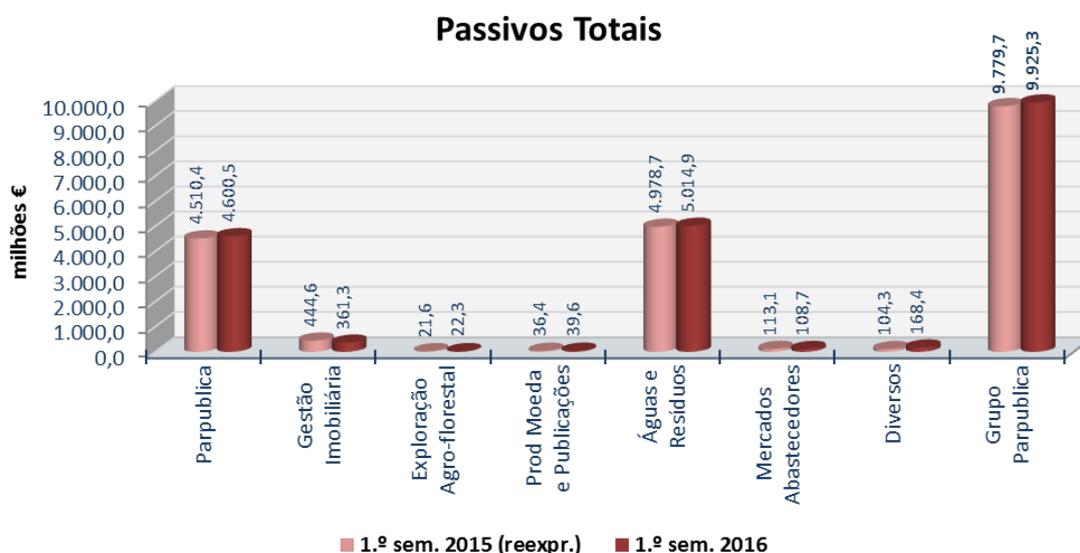
Os ativos detidos para venda correspondem à participação detida pela SPE na SML e aos suprimentos a esta concedidos, ativos cuja venda se encontra prometida no âmbito de contrato promessa celebrado entre a SPE e a empresa pública angolana concessionária dos direitos mineiros no domínio da exploração diamantífera naquele país.

Ativos Totais



Os ativos do grupo estão maioritariamente afetos às atividades operativas, e nestas é o segmento das águas o que utiliza a maior parcela. É também este segmento o principal responsável pelos passivos, não só no conjunto das atividades operativas, mas também em relação à generalidade do Grupo Parpública já que os seus passivos ultrapassavam no final do primeiro semestre de 2016 os 5 mil milhões €. Deve no entanto referir-se que este valor inclui o montante de 1,6 mil milhões € relativo a subsídios para ativos, correspondendo por isso a passivo não exigível.

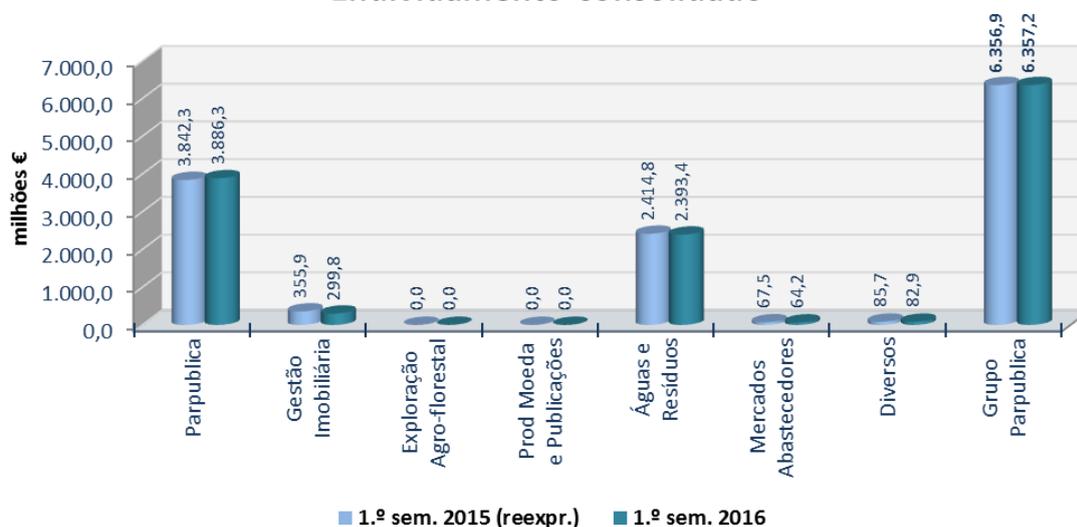
Por seu lado, a *holding* é responsável por 8,2 mil milhões € de ativos e utiliza no seu financiamento 76,5% do capital próprio consolidado, percentagem ligeiramente superior à verificada no final do exercício anterior. Os passivos totais da Parpública, que representam 46% dos passivos consolidados, ascendem aos 4,6 mil milhões € sendo constituídos essencialmente por passivos de financiamento, cujo valor a 30 de junho último era de 3,8 mil milhões.



Os passivos totais consolidados ao longo do período aumentaram ligeiramente em cerca de 1,5%, tendo esse aumento ocorrido em particular na *holding* (2%) o que se ficou a dever a um crescimento de rubricas associadas a juros da dívida (+44,2 milhões €) e a outros passivos financeiros (+43,8 milhões €). Esta situação decorre do facto das quantias escrituradas dos empréstimos obtidos serem mensuradas pelo custo amortizado. Efetivamente, de acordo com a política contabilística em vigor na Parpública, os empréstimos obtidos são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo. O serviço da dívida da Parpública tem o seu maior peso de amortização e pagamento de juros durante o 2.º semestre do ano, sendo que, ao longo dos primeiros seis meses, a aplicação do método do juro efetivo tem por consequência o aumento, em termos escriturais, do passivo financeiro.

No que se refere ao endividamento consolidado do Grupo, verifica-se que o mesmo não registou alteração ao longo do semestre em análise mantendo-se a dívida consolidada nos 6.357 milhões €. Os segmentos de atividade em que a dívida financeira assume maior peso continuam a ser, para além da *holding* que é a principal emissora de dívida do Grupo, as águas e a gestão imobiliária. Há também empresas, como a INCM e a Companhia das Lezírias, que continuam a não apresentar qualquer endividamento financeiro.

Endividamento Consolidado



Ainda assim, é de assinalar que o endividamento das empresas que desenvolvem as atividades operativas regista uma ligeira redução, inferior a 3%, devido principalmente à redução da dívida das empresas do segmento da gestão imobiliária e das empresas do Grupo AdP, enquanto a dívida da *holding* ao longo do semestre aumentou cerca de 1% situando-se nos 3.886 milhões €. Cumpre salientar que ao longo do primeiro semestre de 2016, não houve qualquer contração de novos empréstimos por parte da Parpública, tendo-se procedido *a contrario* a uma amortização de empréstimos no total de 10,5 milhões €. Ainda assim, e tal como já especificado anteriormente, o aumento observado na dívida da *holding* resulta do facto das quantias escrituradas dos financiamentos obtidos serem mensuradas pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

❖ PERSPETIVAS PARA O 2.º SEMESTRE

No que se refere ao processo de reprivatização da TAP-SGPS, SA, e na sequência do Acordo de Compra e Venda de Ações celebrado em 19 de maio de 2016, perspectiva-se que venham a ser obtidos todos os consentimentos, autorizações e aprovações à transação pelas Autoridades setoriais e de Concorrência, incluindo da Autoridade Nacional da Aviação Civil, bem como, venha a ser realizada e concluída a Oferta a Trabalhadores e a renegociação da dívida financeira da TAP, dando dessa forma por concluída a transação.

Durante o segundo semestre do ano, em termos de serviço da dívida, perspectiva-se o pagamento de um montante total de capital, juros e outros encargos a rondar os 313,8 milhões €, dos quais 180,5 milhões € respeitam a amortização de empréstimos. Esta amortização de empréstimos representará uma redução do endividamento da empresa que, no final do ano, se estima ser 4,9% inferior ao nível de endividamento observado no início do ano.

Para fazer face a estes pagamentos, e inserido nas transações financeiras entre a DGTF e a PARPÚBLICA no âmbito da integração desta última no regime das Administrações Públicas, o acionista procederá até ao final do ano à entrega de fundos até ao montante previsto no OE2016 de 320,3 milhões €, o qual será entregue a título de realização de mais uma parcela do capital subscrito e ainda não realizado pelo Estado.

Em termos administrativos e de processos, prevê-se a continuada adequação dos métodos, processos e aplicações informáticas em uso para fazer face à entrada em vigor, a partir do início do ano 2017, do novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, o SNC-AP, para o qual a Parpública é já, em 2016, uma das entidades piloto para a sua implementação a título experimental.

Por último, cumpre salientar que, à data da elaboração do presente relatório, e de acordo com as informações veiculadas publicamente pelo Ministério das Finanças, as ações atualmente detidas pela Parpública na Parcaixa deverão vir a ser envolvidas no processo de capitalização da Caixa Geral de Depósitos.

❖ **DIVULGAÇÕES AO ABRIGO DO CVM E DO REGULAMENTO N.º 5/2008 DA CMVM**

- Valores mobiliários emitidos pela sociedade ou por empresas do grupo detidos por titulares dos órgãos sociais

Os membros dos órgãos sociais não são detentores de instrumentos financeiros emitidos pela sociedade ou por empresas do grupo.

- Titulares de participações qualificadas

O capital da PARPÚBLICA - SGPS, S.A., sociedade de capitais públicos, é detido na totalidade pelo Estado Português.

- Não sujeição a auditoria ou revisão

Nos termos e para os efeitos do disposto no número 4 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, a informação financeira constante do presente relatório, não foi sujeita a auditoria ou a revisão limitada.

❖ DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante das demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da PARPÚBLICA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

É igualmente nossa convicção que o relatório de gestão expõe fielmente as informações relativas à indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período em análise, do seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo ainda a adequada descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 30 de agosto de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador

José Manuel Pereira Mendes Barros
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira
Administradora não executiva

Maria João Dias Pessoa Araújo
Administradora não executiva

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Administrador não executivo

Página intencionalmente deixada em branco.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.º SEMESTRE 2016

Página intencionalmente deixada em branco.

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA.....	23
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	24
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL	25
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	26
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	27
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA	28
2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas.....	33
3 - Reexpressões e reclassificações	76
4 - Fluxos de caixa	79
5 - Ativos fixos tangíveis	80
6 - Propriedades de investimento	83
7 - Goodwill	85
8 - Ativos intangíveis	86
9 - Ativos biológicos	86
10 - Participações financeiras em associadas	88
11 - Outras participações financeiras	89
12 - Outros ativos financeiros	90
13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos	91
14 - Clientes	93
15 - Adiantamentos a fornecedores	94
16 - Estado e outros entes públicos	94
17 - Outras contas a receber	96
18 - Diferimentos	97
19 - Inventários.....	101
20 - Caixa e depósitos bancários	102
21 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados	103
22 - Capital próprio	103
23 - Interesses que não controlam – Balanço	105
24 - Provisões	105
25 - Financiamentos obtidos	108
26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego	114
27 - Adiantamentos de clientes	116
28 - Fornecedores	117

29 - Outras contas a pagar.....	117
30 - Outros passivos financeiros	119
31 - Vendas e serviços prestados	120
32 - Subsídios à exploração	121
33 - Quota-parte nos resultados de associadas.....	121
34 - Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	122
35 - Ganhos/Perdas em alienações de participações.....	122
36 - Variação nos inventários da produção	123
37 - Trabalhos para a própria entidade	123
38 – Custo das vendas.....	124
39 - Fornecimentos e serviços externos	125
40 - Gastos com o pessoal.....	126
41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	127
42 - Imparidade de dívidas a receber	128
43 - Provisões.....	128
44 - Imparidade de investimentos	129
45 - Aumentos / reduções de justo valor.....	130
46 - Outros rendimentos e ganhos	131
47 - Outros gastos e perdas	132
48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização	133
49 - Subsídios ao investimento	133
50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados.....	134
51 - Imposto sobre o rendimento do período	135
52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido	136
53 - Unidades operacionais descontinuadas	137
54 - Entidades Relacionadas	138
55 - Ativos e passivos financeiros	139
56 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros.....	142
57 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes	155
58 - Divulgações de natureza não contabilística.....	157

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

RUBRICAS	Notas	30-Jun-16 (Não auditado)	31-Dez-15 (Reexpresso)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 021 653	1 143 482
Propriedades de investimento	6	536 657	430 690
Goodwill	7	90 984	90 984
Outros ativos intangíveis	8	4 014 274	4 044 970
Ativos biológicos	9	13 385	13 400
Participações financeiras em associadas	10	508 275	506 304
Outras participações financeiras	11	757 542	649 392
Outros ativos financeiros	12	4 690 297	4 693 288
Ativos por impostos diferidos	13	210 914	208 914
Outras contas a receber	17	108 516	126 378
Diferimentos	18	650 592	622 312
		12 603 088	12 530 113
Ativo corrente			
Inventários	19	870 863	924 352
Ativos biológicos	9	4 468	4 495
Clientes	14	474 051	429 210
Adiantamentos a fornecedores	15	5 958	5 324
Estado e outros entes públicos	16	13 737	7 351
Outras contas a receber	17	143 562	96 311
Diferimentos	18	13 877	9 940
Outros ativos financeiros	12	9 440	10 214
Caixa e depósitos bancários	20	436 550	380 025
		1 972 507	1 867 223
Ativos não correntes detidos para venda	21	28 031	27 856
		2 000 538	1 895 079
Total do ativo		14 603 626	14 425 192
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		1 322 151	1 322 151
Reservas legais		735 522	728 598
Outras reservas		38 269	38 538
Ajustamentos em ativos financeiros		6 281	(11 344)
Resultados transitados		2 035 761	1 331 833
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe		31 963	712 181
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	22	4 169 946	4 121 957
Interesses que não controlam	23	508 382	523 523
Total do capital próprio		4 678 329	4 645 480
Passivo não corrente			
Provisões	24	19 705	20 114
Financiamentos obtidos	25	5 866 460	5 787 614
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	25 713	26 325
Passivos por impostos diferidos	13	304 349	298 642
Outras contas a pagar	29	119 145	119 291
Outros passivos financeiros	30	243 543	196 152
Diferimentos	18	2 059 338	2 017 587
		8 638 253	8 465 724
Passivo corrente			
Fornecedores	28	47 307	44 633
Adiantamentos de clientes	27	428	1 770
Estado e outros entes públicos	16	35 279	24 115
Acionistas / sócios		18	18
Financiamentos obtidos	25	490 729	569 316
Outras contas a pagar	29	689 365	648 472
Diferimentos	18	23 920	25 662
		1 287 044	1 313 988
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	21	-	-
		1 287 044	1 313 988
Total do passivo		9 925 297	9 779 712
Total do capital próprio e do passivo		14 603 626	14 425 192

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Valores em Milhares Euros

RUBRICAS	Notas	1º semestre 2016 (Não auditado)	1º semestre 2015 Reexpresso (Não auditado)
Vendas e serviços prestados	31	494 076	1 803 510
Subsídios à exploração	32	1 046	1 511
Quota-parte nos resultados de associadas	33	(16 946)	2 624
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	34	14 523	10 330
Ganhos/ perdas em alienações de participações	35	696	-
Variação nos inventários da produção	36	1 366	4 761
Trabalhos para a própria entidade	37	5 009	6 402
Custo das vendas	38	(100 171)	(284 058)
Fornecimentos e serviços externos	39	(109 261)	(974 957)
Gastos com o pessoal	40	(63 607)	(370 885)
Ajustamentos de inventários	41	252	193
Imparidade de dívidas a receber	42	(6 859)	(22 537)
Provisões	43	348	187
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	44	207	-
Aumentos / reduções de justo valor	45	59 404	124 394
Outros rendimentos e ganhos	46	18 794	59 668
Outros gastos e perdas	47	(12 581)	(41 168)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		286 296	319 975
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	48	(111 120)	(161 988)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	44	-	(3 059)
Subsídios ao investimento	49	27 690	36 317
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		202 866	191 245
Juros e gastos similares suportados	50	(129 156)	(177 708)
Resultado antes de impostos		73 711	13 537
Imposto sobre o rendimento do período	51	(27 252)	(39 479)
Resultado líquido do período		46 459	(25 942)
Resultado líquido dos interesses que não controlam	52	14 497	18 858
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe		31 963	(44 801)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	53	696	(137 914)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	53	696	(141 310)
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas		0,08	-0,11
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas		0,00	-0,35

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Valores em Milhares Euros

RUBRICAS	Notas	1º semestre 2016 (Não auditado)	1º semestre 2015 (Não auditado)
Resultado líquido do período		46 459	(25 942)
Outro rendimento integral			
Rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados			
Remensuração de responsabilidades com planos de benefícios definidos	26	(1 708)	1 086
Quota-parte no Outro rendimento integral das associadas	10	18 328	(2 489)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	13	-	(524)
Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital próprio		-	1 388
Outros ganhos e perdas		476	(3 617)
		17 096	(4 156)
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados			
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente		195	(4 236)
Aumentos / diminuições de valor de ativos disponíveis para venda		(915)	(443)
Variação na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	22	(541)	48 667
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos		-	(13 197)
		(1 261)	30 791
Total de Outro rendimento integral para o período, líquido de imposto sobre o rendimento		15 837	26 635
Total Rendimento Integral		62 296	691
Rendimento integral			
Atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe		47 989	(14 510)
Atribuível aos interesses que não controlam		14 307	15 201

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Valores em Milhares Euros

Demonstração de Alterações no Capital Próprio	TOTAL	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do Período	Subtotal (antes de I.M.)	Interesses que não Controlam
Posição financeira em 01-01-2015	3 668 545	1 027 151	731 246	16 582	(8 087)	1 726 242	(367 177)	3 125 957	542 588
Ajustamentos e correções com efeitos retrospectivos	5 921	-	-	-	-	3 896	2 024	5 921	-
Posição em 01-01-2015	3 674 465	1 027 151	731 246	16 582	(8 087)	1 730 139	(365 153)	3 131 877	542 588
Transações com proprietários no 1º semestre de 2015	187 216	200 000	2 477	1 932	26	(369 587)	365 152	200 000	(12 784)
Realização de capital	201 096	200 000	-	-	-	-	-	200 000	1 096
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(13 880)	-	2 477	1 932	26	(369 587)	365 152	-	(13 880)
Rendimento integral no 1º semestre de 2015	690	-	(2 123)	(4 658)	(2 098)	39 168	(44 800)	(14 511)	15 201
Resultado líquido do período	(25 944)	-	-	-	-	-	(44 800)	(44 800)	18 856
Outro rendimento integral	26 634	-	(2 123)	(4 658)	(2 098)	39 168	-	30 290	(3 655)
Posição financeira em 30-06-2015 (Não auditado)	3 862 370	1 227 151	731 600	13 856	(10 161)	1 399 721	(44 801)	3 317 366	545 004
Transações com proprietários no 2º semestre de 2015	24 303	95 000	44	-	(26)	62 852	(84 834)	73 036	(48 733)
Realização de capital	95 301	95 000	-	-	-	-	-	95 000	301
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(14 951)	-	44	-	(26)	62 852	(84 834)	(21 963)	7 013
Outras transações	(56 047)	-	-	-	-	-	-	-	(56 047)
Rendimento integral no 2º semestre de 2015	758 810	-	(3 046)	24 681	(1 157)	(130 739)	841 817	731 557	27 253
Resultado líquido do período	795 669	-	-	-	-	-	754 962	754 962	40 707
Outro rendimento integral	(36 860)	-	(3 046)	24 681	(1 157)	(130 739)	86 855	(23 405)	(13 454)
Posição financeira em 31-12-2015	4 645 480	1 322 151	728 598	38 538	(11 344)	1 331 833	712 181	4 121 957	523 523
Transações com proprietários no 1º semestre de 2016	(29 448)	-	8 306	850	-	724 517	(733 673)	-	(29 448)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(13 938)	-	8 263	850	-	725 726	(734 839)	-	(13 938)
Outras transações	(15 509)	-	43	-	-	(1 209)	1 166	-	(15 509)
Rendimento integral no 1º semestre de 2016	62 295	-	(1 382)	(1 120)	17 625	(20 591)	53 456	47 989	14 307
Resultado líquido do período	46 458	-	-	-	-	-	31 961	31 961	14 497
Outro rendimento integral	15 837	-	(1 382)	(1 120)	17 625	(20 591)	21 495	16 027	(190)
Posição financeira em 30-06-2016 (Não auditado)	4 678 329	1 322 151	735 522	38 269	6 281	2 035 761	31 963	4 169 946	508 382
Dividendos distribuídos em 2016 (a acionistas da empresa-mãe)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
N.º de ações do capital	400 000 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos por ação (euros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	Notas	Valores em Milhares Euros	
		1º semestre 2016 (Não auditado)	1º semestre 2015 (Não auditado)
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		441 937	1 894 810
Pagamentos a fornecedores		(132 340)	(1 139 942)
Pagamentos ao pessoal		(53 104)	(282 488)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		256 494	472 380
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento		(13 796)	(21 467)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional		(80 700)	(191 221)
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	4	161 998	259 692
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos fixos tangíveis		498	818
Propriedades de investimento		-	6 789
Ativos fixos intangíveis		6 402	2
Investimentos financeiros	29	113 835	3 347
Subsídios ao investimento		348	32 065
Juros e rendimentos similares		4 002	6 262
Empréstimos concedidos		12	1 500
Dividendos		13 035	10 330
		138 131	61 113
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos fixos tangíveis		(8 595)	(33 923)
Propriedades de investimento		-	(433)
Outros ativos intangíveis		(37 753)	(82 290)
Investimentos financeiros	12	(39 727)	(5 593)
Outros ativos		(4)	-
		(86 079)	(122 239)
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>	4	52 053	(61 126)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	22	1 789	201 581
Financiamentos obtidos		119 088	403 316
Juros e rendimentos similares		70	70
Outras operações de financiamento		-	1
		120 947	604 968
Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(17 298)	-
Financiamentos obtidos		(159 066)	(622 077)
Contratos de locação financeira		-	(50 967)
Juros e gastos similares		(78 092)	(111 928)
Dividendos		(13 233)	(13 799)
		(267 689)	(798 770)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>	4	(146 742)	(193 802)
Variações de caixa e seus equivalentes		67 308	4 764
Das quais provenientes de unidades operacionais descontinuadas	53	-	(21 985)
Efeito das diferenças de câmbio		(283)	(153)
Caixa e seus equivalentes no início do período		250 117	515 693
Caixa e seus equivalentes no fim do período		317 143	520 303

Reconciliação da Caixa e seus equivalentes

RUBRICAS	Notas	1º semestre 2016 (Não auditado)	1º semestre 2015 (Não auditado)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		317 143	520 303
Descobertos bancários	25	119 655	212 455
Outros		(248)	(5 543)
Caixa e seus equivalentes classificados como ativos não correntes detidos para venda	21	-	(263 970)
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	20	436 550	463 242

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA (abreviadamente designada por Empresa ou PARPÚBLICA) é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- (i) Gestão de participações em empresas em processo de privatização ou privatizáveis a prazo;
- (ii) Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo governo;
- (iii) Reestruturação de empresas transferidas para a sua carteira para o efeito;
- (iv) Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- (v) Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- (vi) Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças na tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral.

Considerando as atividades desenvolvidas pelas entidades cujas demonstrações financeiras foram incluídas na consolidação do Grupo PARPÚBLICA e a forma de reporte da informação, foram identificados sete segmentos de negócio: (i) PARPÚBLICA; (ii) Gestão e Promoção Imobiliária; (iii) Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal; (iv) Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança; (v) Águas; (vi) Mercados abastecedores; e (vii) Diversos.

Relato por segmentos

Valores em milhares de Euros

Rubricas	30-Jun-16								Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	SGPS	Atividades Operativas						Total		
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Águas	Mercados Abastecedores	Diversos			
PATRIMÓNIO										
Ativos										
Ativos Não Correntes	8 045 004	549 008	107 383	54 862	5 723 895	136 506	95 055	6 666 708	(2 108 624)	12 603 088
Ativos Correntes	137 759	991 888	16 014	71 099	695 163	2 599	119 602	1 896 365	(33 586)	2 000 538
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	-	-	-	-	-	-	28 031	28 031	-	28 031
Ativos totais	8 182 763	1 540 896	123 397	125 961	6 419 058	139 105	214 657	8 563 073	(2 142 211)	14 603 626
Passivos										
Passivos Não Correntes	3 917 979	314 591	19 408	24 695	4 532 187	99 050	82 001	5 071 931	(351 656)	8 638 253
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	3 692 878	271 137	-	-	2 102 831	58 636	81 686	2 514 290	(340 709)	5 866 460
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	-	-	-	7	1 634 510	16 193	-	1 650 710	-	1 650 710
Passivos Correntes	682 494	46 726	2 913	14 879	482 753	9 628	86 423	643 321	(38 771)	1 287 044
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	193 446	28 692	-	-	290 540	5 515	1 201	325 948	(28 666)	490 729
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	-	46	1 106	-	-	471	-	1 623	-	1 623
Passivos totais	4 600 472	361 317	22 320	39 573	5 014 940	108 678	168 424	5 715 252	(390 427)	9 925 297
Capital Próprio do Grupo	3 582 291	1 177 866	101 076	86 388	906 496	28 644	38 969	2 339 438	(1 751 784)	4 169 946
Interesses que não controlam	-	1 714	-	-	497 622	1 783	7 265	508 383	-	508 382
Capital Próprio	3 582 291	1 179 579	101 076	86 388	1 404 118	30 427	46 233	2 847 821	(1 751 784)	4 678 329

Valores em milhares de Euros

31-Dez-15 (Reexpresso)										
Rubricas	SGPS	Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
PATRIMÓNIO										
Ativos										
Ativos Não Correntes	7 931 238	556 760	107 534	54 144	5 778 229	139 993	97 612	6 734 273	(2 135 397)	12 530 113
Ativos Correntes	113 639	1 055 069	15 362	75 165	626 522	2 478	52 800	1 827 396	(45 956)	1 895 079
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	-	-	-	-	-	-	27 856	27 856	-	27 856
Ativos totais	8 044 878	1 611 830	122 896	129 309	6 404 751	142 471	150 412	8 561 669	(2 181 353)	14 425 192
Passivos										
Passivos Não Correntes	3 830 032	335 826	19 310	24 988	4 444 767	102 750	79 226	5 006 867	(371 175)	8 465 724
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	3 649 090	292 474	-	-	2 065 765	61 655	78 855	2 498 749	(360 225)	5 787 614
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	-	-	-	7	1 621 339	16 449	-	1 637 795	-	1 637 795
Passivos Correntes	680 415	108 770	2 298	11 448	533 978	10 384	25 075	691 952	(58 380)	1 313 988
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	193 167	63 471	-	-	349 060	5 840	6 883	425 253	(49 104)	569 316
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	-	46	1 167	-	-	471	-	1 685	-	1 685
Passivos totais	4 510 448	444 596	21 609	36 435	4 978 745	113 134	104 301	5 698 819	(429 555)	9 779 712
Capital Próprio do Grupo	3 534 430	1 165 777	101 287	92 874	912 703	27 893	38 791	2 339 325	(1 751 798)	4 121 957
Interesses que não controlam	-	1 457	-	-	513 303	1 445	7 319	523 523	-	523 523
Capital Próprio	3 534 430	1 167 234	101 287	92 874	1 426 006	29 337	46 111	2 862 849	(1 751 798)	4 645 480

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

Valores em milhares de Euros

Rubricas	1º semestre de 2016									
	SGPS		Atividades Operativas						Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Águas	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
Vendas e serviços prestados	384	89 898	1 234	46 776	343 254	7 801	5 254	494 217	(525)	494 076
Subsídios à exploração	-	-	1 046	-	-	-	-	1 046	-	1 046
Quota-parte nos resultados de associadas	(16 946)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16 946)
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	69 887	-	-	-	-	-	-	-	(55 364)	14 523
Ganhos em alienações de participações	-	-	-	-	696	-	-	696	-	696
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	198	1 056	412	4 708	2	-	6 376	-	6 375
Custo das vendas	-	(53 134)	(1 412)	(14 027)	(31 597)	-	-	(100 171)	-	(100 171)
Fornecimentos e serviços externos	(677)	(4 582)	(1 326)	(6 943)	(93 947)	(1 445)	(906)	(109 148)	564	(109 261)
Gastos com o pessoal	(1 004)	(2 611)	(1 274)	(9 853)	(47 625)	(851)	(388)	(62 603)	-	(63 607)
Ajustamentos de inventários	-	-	-	202	50	-	-	252	-	252
Provisões	-	(111)	-	884	(471)	-	46	348	-	348
Imparidade (reversão) de ativos não depreciables / amortizáveis	-	195	3	79	(6 913)	(16)	-	(6 652)	-	(6 652)
Aumentos / reduções de justo valor	65 726	(3 032)	172	-	(3 727)	-	265	(6 323)	-	59 404
Outros rendimentos e ganhos	7 828	1 760	1 393	749	12 345	51	2 418	18 717	(7 752)	18 794
Outros gastos e perdas	(6)	(4 510)	(50)	(2 257)	(3 253)	(288)	(2 219)	(12 575)	-	(12 581)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	125 193	24 072	843	16 021	173 520	5 255	4 470	224 180	(63 076)	286 296
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(34)	(340)	(558)	(1 870)	(104 370)	(1 340)	(2 608)	(111 086)	-	(111 120)
Subsídios ao investimento	-	-	76	-	27 367	247	-	27 690	-	27 690
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	125 159	23 732	361	14 151	96 517	4 161	1 862	140 784	(63 076)	202 866
Juros suportados	(84 952)	(6 596)	-	(6)	(30 111)	(224)	(1 675)	(38 611)	-	(123 563)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(10 349)	1	-	-	(2 905)	(62)	-	(2 967)	7 723	(5 593)
Resultado antes de impostos	29 859	17 137	361	14 145	63 501	3 875	186	99 205	(55 353)	73 711
Imposto sobre o rendimento do período	(1)	(4 311)	(97)	(4 019)	(18 210)	(546)	(68)	(27 251)	-	(27 252)
Resultado líquido do período	29 858	12 826	264	10 127	45 291	3 329	118	71 954	(55 353)	46 459
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	-	58	-	-	14 158	336	-54	14 497	-	14 497
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	29 858	12 768	264	10 127	31 133	2 993	174	57 460	(55 354)	31 963
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	-	-	-	-	696	-	-	696	-	696
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	-	-	-	-	696	-	-	696	-	696

Valores em milhares de Euros

Rubricas	1º semestre de 2015 (Reexpresso)										
	SGPS	Atividades Operativas								Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
Vendas e serviços prestados	422	81 857	1 304	42 643	1 183 120	481 992	7 610	5 147	1 803 672	(584)	1 803 510
Subsídios à exploração	-	15	1 000	-	293	203	-	-	1 511	-	1 511
Quota-parte nos resultados de associadas	3 257	-	-	-	(632)	-	-	-	(632)	-	2 624
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	48 083	-	-	-	-	-	-	-	-	(37 753)	10 330
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	(1 070)	1 267	2 903	2 083	5 980	1	-	11 164	-	11 163
Custo das vendas	-	(47 977)	(1 731)	(12 687)	(126 773)	(94 890)	-	-	(284 058)	-	(284 058)
Fornecimentos e serviços externos	(1 377)	(5 042)	(1 432)	(7 169)	(841 806)	(115 933)	(1 546)	(1 267)	(974 196)	616	(974 957)
Castos com o pessoal	(1 392)	(2 520)	(1 288)	(10 025)	(284 144)	(70 287)	(850)	(378)	(369 493)	-	(370 885)
Ajustamentos de inventários	-	-	-	45	148	-	-	-	193	-	193
Provisões	(113 804)	(114)	-	-	621	183	(13)	-	677	113 314	187
Imparidade (reversão) de ativos não depreciáveis / amortizáveis	-	(69)	(8)	10	(1 867)	(20 603)	-	-	(22 537)	-	(22 537)
Aumentos / reduções de justo valor	121 796	(1 006)	186	-	(201)	3 321	-	298	2 598	-	124 394
Outros rendimentos e ganhos	8 569	7 452	1 545	668	25 805	23 773	123	201	59 568	(8 470)	59 668
Outros gastos e perdas	(30)	(6 350)	(143)	(2 891)	(25 510)	(5 817)	(427)	(1)	(41 139)	-	(41 168)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	65 524	25 176	699	13 498	(68 863)	207 922	4 898	4 001	187 330	67 122	319 975
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(37)	(412)	(568)	(2 286)	(32 493)	(122 354)	(1 228)	(2 610)	(161 951)	-	(161 988)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	(3 085)	26	-	-	-	-	-	-	26	-	(3 059)
Subsídios ao investimento	-	-	75	-	-	36 011	232	-	36 317	-	36 317
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	62 401	24 789	206	11 211	(101 356)	121 579	3 902	1 391	61 723	67 122	191 245
Juros suportados	(92 501)	(7 678)	-	(8)	(20 816)	(37 052)	(466)	(1 800)	(67 820)	-	(160 322)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(6 439)	-	-	-	(14 568)	(4 745)	(74)	-	(19 387)	8 440	(17 386)
Resultado antes de impostos	(36 539)	17 112	206	11 203	(136 740)	79 782	3 362	(410)	(25 484)	75 562	13 537
Imposto sobre o rendimento do período	-	(3 786)	(283)	(3 147)	(4 152)	(26 962)	(1 118)	(32)	(39 480)	-	(39 479)
Resultado líquido do período	(36 539)	13 325	(77)	8 056	(140 892)	52 819	2 244	(441)	(64 964)	75 562	(25 942)
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	1	58	-	-	2 088	16 619	236	(142)	18 858	-	18 858
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(36 540)	13 268	(77)	8 056	(142 980)	36 199	2 009	(298)	(83 823)	75 562	(44 801)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	-	-	-	-	-140 892	2 978	-	-	(137 914)	-	(137 914)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	-	-	-	-	-142 980	1 670	-	-	(141 310)	-	(141 310)

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

2a - Introdução

As presentes demonstrações financeiras consolidadas respeitam ao período semestral findo em 30 de junho de 2016, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das empresas do Grupo efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do regime de acréscimo e estão apresentadas em milhares de euros, salvo quando referida outra unidade.

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo PARPÚBLICA na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são expostas nas notas seguintes. Excecutoando as situações de alterações nas políticas contabilísticas descritas na nota 2b, estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (International Accounting Standards and Interpretations), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas. Requer igualmente que a Administração exerça juízos de valor ao aplicar as políticas contabilísticas do Grupo PARPÚBLICA da forma mais apropriada. As áreas onde foram feitas as estimativas e os juízos de valor mais significativos encontram-se apresentadas na nota 2ab.

2b – Alterações nas políticas contabilísticas

2bi Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2016

O conjunto das novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, dão as seguintes:

- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014)** > Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição** > As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
 - **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente** > As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
 - **IFRS 8 Segmentos Operacionais** > As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
 - **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização** > As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

- **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência**>
As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão
- **IAS 38 Ativos intangíveis – Modelo de valorização** > As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e amortizações acumuladas) à data da revalorização.
- **IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014)**
 - As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.
- **Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015)**
 - As emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.
- **Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015)**
 - As emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação

conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

- **Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015)**

- A emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

- **Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015)**

Os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:

- **IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas** – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.
- **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento *Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros* (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente.

Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se

- a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.
- **IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro** - As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.
 - **IAS 19 Benefícios dos Empregados** – As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.
 - **IAS 34 Relato Financeiro Intercalar** – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.
- **Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015)**
 - As alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.
 - **Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015)**
 - As alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

Com exceção das alterações introduzidas na IAS 16 e na IAS 41 que conduziram a que os ativos “Pinhal Manso”, “Vinha” e “Olival” fossem reclassificados de ativos biológicos para ativos fixos

tangíveis, passando a ser mensurado pelo custo deduzido de eventuais perdas por imparidade (ver Nota 3), as alterações e emendas nas normas acima referidas não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras.

2bii Normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- **Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28**
 - Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.
- **Entidades de Investimento: Aplicar a Exceção à Consolidação - Alterações à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 28**
 - Esta alteração vem clarificar uma série de aspetos da IFRS 10, da IFRS 12 e da IAS 28 relacionados com a exceção à consolidação aplicável às entidades de investimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, estando estas alterações ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas – Alterações à IAS 12**
 - Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Iniciativa de Divulgação – Alterações à IAS 7**
 - Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as

alterações ocorridas na dívida da entidade. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Rédito de Contratos com clientes – Clarificações à IFRS 15**

- Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Clarificações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações**

- Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **IFRS 9: Instrumentos Financeiros**

- A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios**

- Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

- **IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes**

- Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos

ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos 5 passos”. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018 estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **IFRS 16: Locações**

- Esta nova norma estabelece um modelo único de contabilização das locações pelos locatários, eliminando a distinção entre locações operacionais e locações financeiras na perspetiva do locatário. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

A adoção das normas acima referidas, com especial destaque para as disposições da “IFRS 9 – Instrumentos financeiros”, da “IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes” e da “IFRS 16 – Locações” poderão ter impactes com algum significado na preparação, apresentação e divulgações das demonstrações financeiras consolidadas. Contudo, não se encontra ainda disponível informação detalhada e calculada para uma avaliação quantificada dos impactes da aplicação destes normativos.

2c - Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas das entidades integradas no Grupo PARPÚBLICA são apresentadas como as de uma única entidade económica. As transações e balanços intra-grupo são eliminados integralmente.

As subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se listadas na nota 2e.

2d - Concentrações de atividades empresariais

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incorporam os resultados de concentrações de atividades empresariais usando o método de aquisição. Os resultados das operações das adquiridas são incluídos na demonstração consolidada dos resultados a partir da data em que o controlo é obtido.

2e - Subsidiárias

Foram consideradas como subsidiárias todas as entidades controladas pelo Grupo PARPÚBLICA, considerando-se que a PARPÚBLICA tem controlo quando tiver cumulativamente: (i) poder sobre a subsidiária; (ii) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a subsidiária; (iii) a capacidade de usar o seu poder sobre a subsidiária para afetar o valor dos resultados para os investidores.

As entidades que se qualificam como subsidiárias são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentora direta	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30Jun2016	31Dez2015
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81,00%	81,00%
CE – Circuito do Estoril, SA	Alcabideche	Organização de eventos desportivos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, S.A.	Samora Correia	Produção agrícola e animal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
MARGUEIRA - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Almada	Gestora do fundo de investimento imobiliário Margueira Capital	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A.	Lisboa	Est., desenv. e participação em investimentos mobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	80,50%	80,50%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentora direta	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30Jun2016	31Dez2015
SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados abastecedores, S.A.	S. Julião do Tojal	Promoção, construção, instalação, exploração e gestão de mercados destinados ao comércio grossista	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Aquisis, S.A.	Lisboa	Sistemas de Informação Geográfica	AdP - Águas de Portugal Serviços, S.A.	54,98%	54,98%
			AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0,01%	0,01%
Águas de Santo André, S.A.	V.N. Santo André	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Lisboa	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Energias, S.A. (Reciclamas – Multigestão Ambiental, S.A.)	Lisboa	Gestão ambiental	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Internacional, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Timor Leste, Lda.	Timor	Exploração de serviço de abastecimento de água	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Aquatec, Lda	Maputo	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Brasil, S.A.	Rio de Janeiro	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentora direta	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30Jun2016	31Dez2015
Águas do Norte	Vila Real	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	59,59%	59,59%
Águas do Centro Litoral	Coimbra	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	60,33%	60,33%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Guarda	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	59,38%	59,38%
Águas do Algarve, S.A.	Faro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,44%	54,44%
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Aveiro	Gestão integrada dos serviços municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Beja	Exploração e gestão Concessionária do Sistema de exploração e gestão dos serviços de água "em alta"	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
Lazer e Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal Imobiliário Turístico e Cinegético, SA	Lisboa	Desenvolvimento agro-florestal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A.	Lisboa	Minas / minérios	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81,14%	81,14%
BAÍA DO TEJO, S.A. (ex-QUIMIPARQUE - Parques Empresariais, S.A.	Barreiro	Desenvolvimento e gestão de parques empresariais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentora direta	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30Jun2016	31Dez2015
AMBISIDER - Recuperações Ambientais, S.A. (a)	Paio Pires	Desmantelamento de inst. industriais e recup. Ambiental	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008 SNEGES, S.A.)	100,00%	100,00%
ECODETRA - Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A. (a)	Paio Pires	Aterro de resíduos industriais especiais	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008 URBINDÚSTRIA, S.A.)	51,00%	51,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Estamo	Lisboa	Fundo Imobiliário	SAGESECUR, S.A. ESTAMO, SGPS, S.A.	99,97% 0,03%	99,97% 0,03%
CONSEST - Promoção Imobiliária, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%-
ESTAMO - Participações Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%-
FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	Administração de Fundos de Investimento Imobiliário	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%-
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	Lisboa	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARL	SIMAB, S.A.	87,87%	87,87%
MARB - Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.	Braga	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARB	SIMAB, S.A.	83,35%	83,35%
MARF - Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.	Faro	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARF	SIMAB, S.A.	74,68%	74,68%
MARE - Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.	Évora	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARÉ	SIMAB, S.A.	68,85%	68,85%

(a) No âmbito do processo de reestruturação das áreas de negócio do grupo PARPÚBLICA, fundamentado no Despacho n.º 813/2008, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, de 13 de outubro de 2008, foram desenvolvidas ações tendentes à alienação das participações detidas no capital da Ambisider e Ecodetra. Não obstante esta intenção, tais

alienações não se concretizaram, pelo que os referidos investimentos não foram classificados como ativos não correntes detidos para venda (grupos para alienação), não havendo expectativa de que os mesmos venham a ser alienados no prazo de 12 meses.

2f - Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo PARPÚBLICA exerça influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos. Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das associadas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a PARPÚBLICA detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

As entidades que se qualificam como associadas, incluindo aquelas cujas participações estão classificadas nos ativos não correntes detidos para venda (vide nota 21), são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2016	31 Dez 2015
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	Lisboa	Administrações de unidades de cuidados de saúde	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	45,00%	45,00%
Parcaixa, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	49,00%	49,00%
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	Faro	Desenvolvimento de empreendimentos turísticos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	31,05%	31,05%
ORIVÁRZEA, S.A.	Benavente	Produção e comercialização de arroz	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	27,12%	27,12%
CLR – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	Benavente	Receção, triagem e primeira transformação de madeira, biomassa e produtos e subprodutos florestais	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	20,00%	20,00%
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	Lisboa	Serviços de Certificação Eletrónica	INCM	20,00%	20,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2016	31 Dez 2015
Trevoeste (a)	Alcobaça	Saneamento de águas residuais.	AdP, SGPS	43,24%	43,24%
Miese (a)	Vila Real		AdP Energias, S.A.	40,00%	40,00%
SML – Sociedade Mineira do Lucapa, Lda (b)	Angola	Exploração, prospeção e extração de diamantes.	SPE, S.A.	49,00%	49,00%
Propnery – Propriedade e Equipamentos, S.A.	Castelo Branco	Gestão de investimentos imobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	41,82%	41,82%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão e administração de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	39,00%	39,00%

(a) Entidades sem atividade desde 2014, em fase de liquidação.

(b) Na sequência de um acordo de cedência de posição contratual, firmado em novembro de 2015, a SML foi reclassificada de Associada para Ativo não corrente detido para venda.

Informação financeira resumida das associadas:

Valores em milhares de euros

Empresas Participadas	Ativo total 30jun16	Ativo total 2015	Passivo 30Jun16	Passivo 2015	Total rendimentos e ganhos 30jun16	Total rendimentos e ganhos 30jun15	RL 30jun16	RL 30jun15
CLR – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	3	3	3	3	-	-	0	0
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	40 075	39 352	29 914	27 667	16 774	19 633	654	135
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	N.d.	184	N.d.	3	0	N.d.	-3	-9
Miese (i)	15	N.d.	46	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	N.d.	2 856	N.d.	1 275	N.d.	2 501	N.d.	512
ORIVÁRZEA, S.A.	14 326	15 349	6 345	7 916	20 889	21 192	700	730
Parcaixa, SGPS, S.A.	1 026	1 024	8 113	14 124	10 886	7 369	8 491	6 734
Propnery - Propriedades e Equipamentos, S.A.	2 972	3 135	705	772	102	101	-95	-103
TAP, SGPS, SA	1 663 439	1 374 029	2 201 944	1 904 344	1 126 823	1 212 070	-50 475	-140 893
Trevoeste, S.A. (i)	3 201	N.d.	787	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	-40

(i) - Empresa sem atividade desde 2014, em fase de liquidação. Valores reportados a 2013.

N.d. - informação não disponível

Na aquisição dos investimentos em associadas, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parte do Grupo no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é incluída na quantia escriturada do investimento.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é depois ajustado em função da evolução

pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos das investidas detidos pelo Grupo. Os resultados do Grupo incluem a sua quota-parte nos resultados das investidas e o outro rendimento integral do Grupo inclui a sua quota-parte no outro rendimento integral das investidas.

Se a parte do Grupo nas perdas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse, é descontinuado o reconhecimento de perdas adicionais; depois do interesse ser reduzido a zero, é reconhecido um passivo se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos por conta da associada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial são aplicados os requisitos da IAS 39 para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por imparidade adicional com respeito ao interesse do Grupo em cada uma das associadas.

2g – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo, o Grupo PARPÚBLICA considera no respetivo custo: (i) o seu preço de compra; (ii) quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; e (iii) a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de ativos do Grupo PARPÚBLICA são capitalizados no ativo tangível. Esta capitalização é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida de trabalhos para a própria empresa.

Os gastos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o pressuposto do acréscimo.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as depreciações dos seus ativos tangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Vida útil
Terrenos e recursos naturais	5 a 10
Edifícios e outras construções	4 a 50
Equipamento básico	3 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 16
Ferramentas e utensílios	4 a 16
Plantas destinadas à produção	20 a 25
Outros ativos tangíveis	4 a 10

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, é estimada a sua quantia recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada exceda a sua quantia recuperável. O Grupo PARPÚBLICA reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

A quantia recuperável é determinada como a mais elevada entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida pelo Grupo nas seguintes situações: (i) no momento da alienação; e (ii) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível: (i) é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido; e (ii) é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

2h – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo PARPÚBLICA provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, o qual reflete as condições de mercado. As mensurações do justo valor têm por base avaliações independentes realizadas no final de cada exercício. As propriedades de investimento em construção, por não ser fiavelmente mensurável o seu justo valor, são mensuradas pelo custo até ao seu justo valor se tornar fiavelmente mensurável ou até à conclusão da construção.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

2i - Goodwill

O goodwill representa o excesso do agregado: (i) da retribuição transferida, que geralmente exige o justo valor à data de aquisição; ii) da quantia de qualquer interesse que não controla na adquirida; e iii) numa concentração de atividades empresariais alcançada por fases, do justo valor à data de aquisição do interesse de capital próprio anteriormente detido da adquirente na adquirida, sobre o líquido das quantias à data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.

O *goodwill* de aquisições de subsidiárias é incluído nos ativos intangíveis e o de aquisições de associadas é incluído em investimentos em associadas.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o efeito do *goodwill* referente à mesma.

2j – Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se escriturados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as amortizações dos seus ativos intangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Outros ativos intangíveis	Vida útil
Despesas de desenvolvimento	3
Propriedade Industrial e Outros Direitos	3 a 10
<i>Software</i>	3
Direito de concessão	50

2k – Imparidade de ativos em geral

Os ativos intangíveis que não têm uma vida útil definida e os ativos intangíveis em curso não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais a exemplo do que acontece com o *goodwill*. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo excesso da quantia escriturada do ativo face à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado ativo, o mesmo deverá ser agregado com outros ativos, de forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Sempre que se verifique uma perda por imparidade numa UGC à qual tenha sido alocado *goodwill*, a perda será imputada em primeiro lugar ao *goodwill* sendo o remanescente rateado por entre os ativos que a compõem com base na quantia

escriturada dos mesmos. Nesta repartição pelos ativos, o valor ajustado de cada um não poderá ficar inferior ao maior de entre o justo valor deduzido dos custos de venda, o seu valor de uso e zero.

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. A amortização do bem será ajustada prospectivamente de acordo com o valor amortizável ajustado pela imparidade registada.

21 – Ativos biológicos e produtos agrícolas

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são mensurados pelo custo depreciado.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o montante a registar em inventários.

As Plantas destinadas à produção encontram-se classificadas como um ativo fixo tangível, sendo tratadas conforme descrito na nota 2g.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surgem.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um ativo biológico ou produto agrícola mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados for condicional, o Grupo PARPÚBLICA reconhece o subsídio como rendimento apenas quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

2m – Outros ativos financeiros

Os ativos financeiros enquadráveis na IAS 32 e 39 são classificados de acordo com cada uma das seguintes categorias, dependendo do objetivo para o qual esse ativo foi adquirido:

- Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos são ativos financeiros que foram designados como tal ou estão classificados como detidos para negociação, pelo que são detidos pelo Grupo PARPÚBLICA com o objetivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. São mensurados inicialmente no balanço pelos seus justos valores e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente nos lucros ou prejuízos.
- Investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que o Grupo PARPÚBLICA tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados em cada uma das categorias anteriores. São mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente no capital próprio, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais, até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativa anteriormente reconhecido no capital próprio deverá ser reconhecido nos resultados. Os dividendos resultantes de um instrumento de capital próprio disponível para venda são reconhecidos nos resultados quando o direito da entidade de receber pagamento for estabelecido.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado (bem como os derivados que estejam ligados a esses instrumentos de capital próprio e que devam ser liquidados pela entrega dos mesmos) são mensurados pelo custo.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram; (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, o Grupo não reteve o controlo sobre esse ativo.

O Grupo PARPÚBLICA avalia regularmente se existem sinais de imparidade para os ativos financeiros, ou grupos de ativos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor via resultados, e em caso afirmativo, determina os fluxos de caixa futuros descontados e reconhece a perda.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada registada no capital próprio (correspondente às variações negativas no justo valor) é transferida para resultados. Para as categorias de ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado (incluindo investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados pelo custo), as perdas por imparidade reconhecidas são registadas diretamente nos resultados.

Se num período subsequente a quantia da perda por imparidade diminuir e tal facto for objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda, esta é revertida, até ao ponto em que não exceda o custo ou o custo amortizado que resultaria caso a imparidade não tivesse sido reconhecida.

No caso de investimentos em instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo, bem como, de investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, as perdas de imparidade reconhecidas não são reversíveis. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a reversão dessas perdas é efetuada por via dos resultados.

2n – Inventários

Os Inventários são mensurados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica Ajustamentos acumulados em inventários.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados previamente de acordo com a IAS 41, conforme referido na nota 21.

2o – Caixa e depósitos bancários

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

2p – Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

O Grupo PARPÚBLICA classifica um ativo não corrente ou um grupo para alienação como detido para venda se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transação de venda em vez de através de uso continuado e se estiverem em condições para venda imediata e esta seja altamente provável e concretizável dentro de um ano após a classificação.

Espera-se que as vendas dos ativos não correntes ou dos grupos para alienação sejam concluídas até um ano a partir da data da respetiva classificação como detidos para venda. Podem existir acontecimentos e circunstâncias fora do controlo do Grupo PARPÚBLICA que obrigam a

estender o período para concluir as vendas para lá de um ano, apesar de se manter comprometimento com a venda dos ativos ou dos grupos para alienação; nestes casos, é mantida a classificação como detidos para venda.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre as respetivas quantias escrituradas e os respetivos justos valores menos os custos de venda. Antes da classificação inicial dos ativos ou grupos para alienação como detidos para venda, as respetivas quantias escrituradas foram mensuradas de acordo com as IFRS aplicáveis. Por outro lado, são reconhecidas perdas por imparidade relativamente a reduções do ativo ou grupo do ativo para alienação para o justo valor menos os custos de vender e são reconhecidos ganhos para qualquer aumento no justo valor menos os custos de vender dos ativos até à quantia inicial.

2q – Instrumentos de capital próprio da entidade

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio do Grupo PARPÚBLICA apenas são reconhecidas (como passivo ou pagamento) e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista do Grupo PARPÚBLICA.

2r – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas para passivos de tempestividade ou quantia incerta sendo que como resultado de acontecimentos passados e são reconhecidas pelo seu valor descontado quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2s – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apurado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções conforme seja apropriado.

O Grupo PARPÚBLICA utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo PARPÚBLICA.

Um relacionamento de cobertura qualifica-se para contabilidade de cobertura quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- No início da cobertura, existir designação e documentação formais do relacionamento de cobertura e do objetivo e estratégia da gestão de risco para levar a efeito a cobertura. Essa documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberto, a natureza do risco a ser coberto e a forma como vai ser avaliada a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto atribuíveis ao risco coberto.
- Existir a expectativa que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir alterações de compensação no justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para esse relacionamento de cobertura em particular.

- Quanto a coberturas de fluxos de caixa, uma transação prevista que seja o objeto da cobertura tem de ser altamente provável e apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.
- A eficácia da cobertura poder ser fiavelmente mensurada, isto é, o justo valor ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao justo valor do instrumento de cobertura poderem ser fiavelmente mensurados.
- A cobertura ser avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente eficaz durante todo o período de relato financeiro para o qual a cobertura foi designada.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo, a quantia escriturada desse ativo ou passivo, determinada com base na respetiva política contabilística, é ajustada por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos e passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é classificado como instrumento de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente e o ativo ou passivo coberto passam a ser mensurados em conformidade com a categoria onde se enquadram.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida no capital próprio, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados do período. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. No caso de a cobertura estar associada a uma operação futura, se for previsível que a operação futura não se efetuará, os montantes registados no capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados no período.

As operações de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo uma cobertura de um item monetário que seja contabilizada como parte do

investimento líquido, são contabilizadas de forma semelhante às coberturas de fluxo de caixa. O ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura relacionado com a porção eficaz da cobertura que tenha sido reconhecida diretamente no capital próprio é reconhecido nos resultados aquando da alienação da unidade operacional estrangeira.

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício.

2t – Outros Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

2u – Benefícios dos empregados

O Grupo PARPÚBLICA atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada. Porém, além dos planos de benefícios definidos, algumas subsidiárias do Grupo PARPÚBLICA atribuem benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, através de planos de contribuição definida.

Os planos de benefícios definidos são financiados através de fundos de pensões complementados por provisões específicas quando necessário.

Neste contexto, o Grupo PARPÚBLICA determina o deficit ou excedente (o valor atual da obrigação de benefícios definidos, menos o justo valor dos ativos do plano (caso existam), (i) usando uma técnica atuarial, o método da unidade de crédito projetada, para fazer uma estimativa fiável do custo final que representa para a entidade o benefício que os empregados

obtiveram em troca do seu serviço no período em curso e em períodos anteriores; (ii) descontando esse benefício de modo a determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos e do custo corrente do serviço, e (iii) deduzindo o justo valor de quaisquer ativos do plano do valor presente da obrigação de benefícios definidos.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades do Grupo PARPÚBLICA são calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, sendo assim determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente.

Custos de serviços passados são reconhecidos nos resultados no período de alterações no plano. O montante de juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos.

Custos de benefícios definidos compreendem:

- Custo do serviço (incluindo custo de serviço corrente, custo de serviço passado e ganhos e perdas aquando da liquidação), a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal.
- Juro líquido sobre o passivo (ativo) líquidos de benefícios definidos, a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal.
- Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, que incluem (i) ganhos e perdas atuariais, (ii) o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, e (iii) qualquer variação do efeito do limite máximo dos ativos, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, a reconhecer em outro rendimento integral.

Na determinação das responsabilidades, são usados determinados pressupostos atuariais. Os pressupostos atuariais são as melhores estimativas da entidade das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
 - (i) mortalidade, tanto durante como após o emprego;
 - (ii) taxas de rotação, de incapacidade e de reforma antecipada dos empregados;
 - (iii) a proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e
 - (iv) taxas de reivindicação segundo os planos médicos.
- pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
 - (i) a taxa de desconto;
 - (ii) níveis de ordenados futuros e de benefícios;
 - (iii) no caso de benefícios médicos, custos médicos futuros incluindo, quando material, o custo de administrar reivindicações e pagamentos de benefícios; e
 - (iv) taxa esperada de retorno dos ativos do plano.

2v – Locações

O Grupo PARPÚBLICA classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, dando cumprimento aos critérios estabelecidos na IAS 17.

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, ou pelo montante atual das rendas de locação vincendas, se menor. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados; e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos

financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os pagamentos de locação ao abrigo de contratos de locação operacional são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha reta durante o período de locação.

O Grupo PARPÚBLICA apresenta no balanço os ativos locados a terceiros (locação operacional) de acordo com a natureza do ativo.

Os rendimentos provenientes de contratos de locação operacional são reconhecidos no rendimento numa base de linha reta durante o prazo da locação.

Os custos diretos iniciais incorridos são adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação, na mesma base do rendimento da locação.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na IAS 36.

2w – Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

O rédito proveniente das vendas de bens é reconhecido quando forem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo PARPÚBLICA tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
 - O Grupo PARPÚBLICA não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
 - A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada;
 - Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo;
- e

- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente do uso de ativos do Grupo PARPÚBLICA que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
- Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito do Grupo PARPÚBLICA (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

Os rendimentos e gastos dos contratos de construção são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento.

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, de acordo com o regime do acréscimo e em conformidade com o método do juro efetivo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Embora a taxa de juro das obrigações com opção embutida tenha sido fixada tendo em conta também as perspetivas de evolução do valor das ações subjacentes e logo do valor da opção, a diferença entre as variações de justo valor nas opções e nas ações são incluídas na rubrica “variações de justo valor” da demonstração dos resultados e não como complemento ou atenuação dos juros reconhecidos nos gastos de financiamento, por se considerar que tais variações têm relação próxima com as operações de reprivatização de ativos que suportam.

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que o Grupo PARPÚBLICA cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo recebidos para financiamento de aquisições de ativos são registados como um rendimento diferido no passivo e reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como créditos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar. Os subsídios do Governo relacionados com ativos biológicos têm o tratamento descrito na nota 21.

2x – Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar de impostos sobre o rendimento respeitante ao lucro ou à perda tributável de um período. Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal,

utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que:

- Não seja uma concentração de atividades empresariais; e
- No momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de:

- Reconhecimento inicial do goodwill; ou
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Os Ativos por Impostos Diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

2y – Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data de transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As demonstrações financeiras das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas cuja moeda funcional difere do euro são transpostas para euros da seguinte forma:

- Os ativos e passivos de cada balanço são transpostos à taxa de câmbio na data desse balanço;
- Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa evidenciados em cada demonstração financeira são transpostos às taxas de câmbio nas datas das transações; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no capital próprio.

2z – Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo podem registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

Desvio de recuperação de gastos

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. As novas entidades gestoras Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo registam nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados nos termos do presente decreto-lei, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades extintas.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios tarifários – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio tarifário, corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2aa – Serviços no âmbito de concessões de águas

Enquadramento – atividade concessionada

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma o Grupo presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo o Grupo reconhece e mensura o rédito dos serviços que presta de acordo com o disposto na IAS 11 – Contratos de construção e na IAS 18 - Rédito. Se o Grupo prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. O Grupo reconhece o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. O Grupo reconhece o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18.

Adicionalmente, a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não é reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionaria) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços

prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evita o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Até 30 de junho de 2015:

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Aditamentos em análise pelo concedente	Remuneração acionista	
					Taxa	Incidência
Águas do Algarve	Concessão	30 anos	2001-2031	37 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro	Concessão	30 anos	2001-2031	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro Alentejo	Concessão	30 anos	2003-2032	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Douro e Paiva	Concessão	30 anos	1996-2026	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Mondego	Concessão	35 anos	2004-2039	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Norte Alentejano	Concessão	30 anos	2001-2030	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Noroeste	Concessão	50 anos	2010-2060	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Oeste	Concessão	35 anos	2001-2035	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas da Região de Aveiro	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Santo André	Concessão	30 anos	2001-2030	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Aditamentos em análise pelo concedente	Remuneração acionista	
					Taxa	Incidência
Águas de Trás-os-Montes	Concessão	30 anos	2001-2031	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Zêzere e Côa	Concessão	30 anos	2000-2030	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas Públicas do Alentejo	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Sanest	Concessão	25 anos	1995-2020	-	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simarsul	Concessão	30 anos	2004-2034	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simdouro	Concessão	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simlis	Concessão	30 anos	2000-2029	50 anos	Euribor 6 meses + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simria	Concessão	50 anos	2000-2049	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simtejo	Concessão	43 anos	2001-2044	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

Após 30 de junho de 2015 em resultado do processo de agregação de empresas:

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Aditamentos em análise pelo concedente	Remuneração acionista	
					Taxa	Incidência
Águas do Algarve	Concessão	30 anos	2001-2031	37 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Norte	Concessão	30 anos	2015-2045	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro Litoral	Concessão	30 anos	2015-2045	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	Concessão	30 anos	2015-2045	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas da Região de Aveiro	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Aditamentos em análise pelo concedente	Remuneração acionista	
					Taxa	Incidência
Águas de Santo André	Concessão	30 anos	2001-2030	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas Públicas do Alentejo	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionária classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas concessionárias de água e saneamento e parcerias são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso das empresas do Grupo AdP, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão dar lugar a

uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Os investimentos que se encontrem nessas condições são classificados como ativos financeiros não correntes (valor a receber, mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva).

Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2ab – Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo PARPÚBLICA efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação ou amortização, é essencial para determinar o montante de depreciações ou amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Justo valor de propriedades de investimentos e ativos biológicos

As propriedades de investimento e os ativos biológicos mensurados pelo justo valor são objeto de avaliações por avaliadores independentes com adequada qualificação profissional, realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas com base nos seguintes métodos: método do rendimento, método do valor residual, método do custo e método de comparação de mercado.

Imparidade

O Grupo testa a imparidade de acordo com a política contabilística indicada na nota 2k. As quantias recuperáveis dos ativos ou das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso ou de valores de mercado baseados nas melhores estimativas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o “*mark-to-market*” desses instrumentos. São usadas técnicas de avaliação e pressupostos para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro, com apoio de especialistas, tendo como *inputs* designadamente, curvas de taxas de juro, ativos subjacentes e volatilidades.

Provisões

As provisões são reconhecidas pelo Grupo para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são mensuradas pela melhor estimativa disponível no fim do período do relato. Sempre que a estimativa não seja possível ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo PARPÚBLICA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Benefícios dos empregados

As responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imposto sobre o rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no exercício em que tais diferenças se constatarem.

2ac – Especificidades ao abrigo da IAS 34 (relato financeiro intercalar)

A IAS 34 prescreve o conteúdo mínimo de um relato financeiro intercalar e os princípios de reconhecimento e de mensuração em demonstrações financeiras completas ou condensadas para um período intercalar.

O Grupo PARPÚBLICA está sujeito a relato financeiro intercalar em base consolidada, apresentando demonstrações financeiras completas que seguem a disciplina da IAS 1 (IAS 34.9).

Ao abrigo da IAS 34.23, no reconhecimento, mensuração, classificação ou divulgação de itens para efeitos de relato financeiro intercalar, a materialidade é aferida com relação aos dados do período intercalar.

Na preparação de um relato financeiro intercalar, as mensurações poderão fazer uso de estimativas em maior extensão do que as utilizadas para efeitos de relato financeiro anual (IAS 34.41).

As demonstrações financeiras intercalares seguem as mesmas políticas contabilísticas e métodos de cálculo aplicados nas mais recentes demonstrações financeiras anuais.

Os negócios do Grupo PARPÚBLICA não são considerados como altamente sazonais, não se afigurando necessária divulgação financeira adicional neste âmbito.

3 - Reexpressões e reclassificações

Foram reexpressas e reclassificadas quantias comparativas, tendo em conta as seguintes situações principais:

Valores em Milhares Euros

RUBRICAS	31-Dez-15 (Reexpresso)	Reexpressões	31-dez-15
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1 143 482	(2 728)	1 146 210
Propriedades de investimento	430 690	-	430 690
Goodwill	90 984	-	90 984
Outros ativos intangíveis	4 044 970	47	4 044 923
Ativos biológicos	13 400	(4 059)	17 459
Participações financeiras em associadas	506 304	-	506 304
Outras participações financeiras	649 392	-	649 392
Outros ativos financeiros	4 693 288	-	4 693 288
Ativos por impostos diferidos	208 914	766	208 148
Outras contas a receber	126 378	-	126 378
Diferimentos	622 312	-	622 312
	12 530 113	(5 974)	12 536 087
Ativo corrente			
Inventários	924 352	-	924 352
Ativos biológicos	4 495	1 650	2 846
Clientes	429 210	-	429 210
Adiantamentos a fornecedores	5 324	-	5 324
Estado e outros entes públicos	7 351	-	7 351
Outras contas a receber	96 311	-	96 311
Diferimentos	9 940	-	9 940
Outros ativos financeiros	10 214	-	10 214
Caixa e depósitos bancários	380 025	-	380 025
	1 867 223	1 650	1 865 573
Ativos não correntes detidos para venda	27 856	-	27 856
	1 895 079	1 650	1 893 429
Total do ativo	14 425 192	(4 324)	14 429 516
CAPITAL PRÓPRIO EPASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	1 322 151	-	1 322 151
Reservas legais	728 598	-	728 598
Outras reservas	38 538	-	38 538
Ajustamentos em ativos financeiros	(11 344)	-	(11 344)
Resultados transitados	1 331 833	5 921	1 325 912
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	712 181	(9 465)	721 646
	4 121 957	(3 544)	4 125 501
Interesses que não controlam	523 523	-	523 523
	4 645 480	(3 544)	4 649 024
Passivo não corrente			
Provisões	20 114	-	20 114
Financiamentos obtidos	5 787 614	-	5 787 614
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26 325	-	26 325
Passivos por impostos diferidos	298 642	(780)	299 422
Outras contas a pagar	119 291	-	119 291
Outros passivos financeiros	196 152	-	196 152
Diferimentos	2 017 587	-	2 017 587
	8 465 724	(780)	8 466 504
Passivo corrente			
Fornecedores	44 633	-	44 633
Adiantamentos de clientes	1 770	-	1 770
Estado e outros entes públicos	24 115	-	24 115
Acionistas / sócios	18	-	18
Financiamentos obtidos	569 316	-	569 316
Outras contas a pagar	648 472	-	648 472
Diferimentos	25 662	-	25 662
	1 313 988	-	1 313 988
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	-	-	-
	1 313 988	-	1 313 988
Total do passivo	9 779 712	(780)	9 780 492
Total do capital próprio e do passivo	14 425 192	(4 324)	14 429 516

Valores em Milhares Euros

RUBRICAS	01-Jan-2015 (Reexpresso)	Reexpressões	01-Jan-15
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1 166 560	9 754	1 156 806
Propriedades de investimento	535 512	-	535 512
Goodwill	90 984	-	90 984
Outros ativos intangíveis	4 003 415	-	4 003 415
Ativos biológicos	13 344	(4 203)	17 548
Participações financeiras em associadas	479 726	-	479 726
Outras participações financeiras	505 303	-	505 303
Outros ativos financeiros	4 715 453	-	4 715 453
Ativos por impostos diferidos	228 825	(1 048)	229 873
Outras contas a receber	165 929	-	165 929
Diferimentos	590 619	-	590 619
	12 495 671	4 502	12 491 168
Ativo corrente			
Inventários	921 484	-	921 484
Ativos biológicos	4 174	1 418	2 755
Clientes	522 988	-	522 988
Adiantamentos a fornecedores	6 225	-	6 225
Estado e outros entes públicos	11 575	-	11 575
Outras contas a receber	84 292	-	84 292
Diferimentos	16 333	-	16 333
Outros ativos financeiros	7 790	-	7 790
Caixa e depósitos bancários	404 368	-	404 368
	1 979 226	1 418	1 977 808
Ativos não correntes detidos para venda	2 499 799	-	2 499 799
	4 479 025	5 921	4 477 607
Total do ativo	16 974 696	5 921	16 968 775
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	1 027 151	-	1 027 151
Reservas legais	731 245	-	731 245
Outras reservas	16 582	-	16 582
Ajustamentos em ativos financeiros	(8 087)	-	(8 087)
Resultados transitados	1 730 139	3 896	1 726 242
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	(365 152)	2 024	(367 176)
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	3 131 878	5 921	3 125 957
Interesses que não controlam	542 588	-	542 588
Total do capital próprio	3 674 466	5 921	3 668 545
Passivo não corrente			
Provisões	20 003	-	20 003
Financiamentos obtidos	6 054 739	-	6 054 739
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	33 847	-	33 847
Passivos por impostos diferidos	281 118	-	281 118
Outras contas a pagar	121 366	-	121 366
Outros passivos financeiros	222 645	-	222 645
Diferimentos	2 077 151	-	2 077 151
	8 810 870	-	8 810 870
Passivo corrente			
Fornecedores	37 068	-	37 068
Adiantamentos de clientes	497	-	497
Estado e outros entes públicos	32 367	-	32 367
Acionistas / sócios	18	-	18
Financiamentos obtidos	835 226	-	835 226
Outras contas a pagar	697 548	-	697 548
Diferimentos	26 991	-	26 991
	1 629 716	-	1 629 716
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	2 859 644	-	2 859 644
	4 489 360	-	4 489 360
Total do passivo	13 300 230	-	13 300 230
Total do capital próprio e do passivo	16 974 696	5 921	16 968 775

Valores em Milhares Euros

RUBRICAS	1º semestre 2015 Reexpresso (Não auditado)	Reexpressões	1º semestre 2015 (Não auditado)
Vendas e serviços prestados	1 803 510	79 137	1 724 373
Subsídios à exploração	1 511	-	1 511
Quota-parte nos resultados de associadas	2 624	-	2 624
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	10 330	-	10 330
Ganhos/ perdas em alienações de participações	-	-	-
Variação nos inventários da produção	4 761	-	4 761
Trabalhos para a própria entidade	6 402	-	6 402
Custo das vendas	(284 058)	(79 137)	(204 921)
Fornecimentos e serviços externos	(974 957)	-	(974 957)
Gastos com o pessoal	(370 885)	-	(370 885)
Ajustamentos de inventários	193	-	193
Imparidade de dívidas a receber	(22 537)	-	(22 537)
Provisões	187	-	187
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	-	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	124 394	-	124 394
Outros rendimentos e ganhos	59 668	0	59 667
Outros gastos e perdas	(41 168)	-	(41 168)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	319 975	0	319 975
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(161 988)	1 318	(163 306)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	(3 059)	-	(3 059)
Subsídios ao investimento	36 317	-	36 317
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	191 245	1 318	189 927
Juros e gastos similares suportados	(177 708)	-	(177 708)
Resultado antes de impostos	13 537	1 318	12 219
Imposto sobre o rendimento do período	(39 479)	(296)	(39 183)
Resultado líquido do período	(25 942)	1 022	(26 964)
Resultado líquido dos interesses que não controlam	18 858	-	18 858
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(44 801)	1 022	(45 823)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	(137 914)	-	(137 914)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(141 310)	-	(141 310)
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas	-0,11	0,00	-0,11
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas	-0,35	0,00	-0,35

As reexpressões efetuadas ao balanço a 31 de dezembro de 2015, resultam do seguinte:

- a) As alterações introduzidas na IAS 16 e na IAS 41 conduziram a que os ativos “Pinhal Manso”, “Vinha” e “Olival” fossem reclassificados de ativos biológicos para ativos fixos tangíveis, passando a ser mensurado pelo custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. O “montado de sobro” que em anos anteriores já se encontrava apresentado como ativo fixo tangível em virtude serem espécies sujeitas a um regime condicionante foram também reclassificadas para Plantas destinadas à produção. Dado que a aplicação desta alteração é retrospectiva, as referidas transferências foram efetuadas com referência a 1 de janeiro de 2015, considerando-se, no caso do Pinhal, o justo valor nessa data como sendo o custo considerado do ativo. Assim, a partir dessa data este ativo deixou de ser mensurado pelo justo valor, não sendo também objeto de qualquer depreciação tendo em conta que se considerou infinita a vida útil desta exploração florestal. Dado que até 31 de dezembro de 2015, o ativo “Montado de Sobro”, em virtude de estar sujeito a regime

condicionante, se encontrava já classificado como ativo fixo tangível, não foi necessário proceder a qualquer ajustamento (apenas foi necessário efetuar reclassificações entre subrubricas dos ativos fixos tangíveis). Adicionalmente foram identificados e reconhecidos separadamente como ativos biológicos (mensurados pelo justo valor) a “Cortiça em crescimento” (Montado de Sobro) e as “Pinhas” (Pinhal Manso) existentes no final de cada período apresentado. Os resultados do 1.º semestre de 2015 não foram afetados com estas reexpressões.

- b) No momento da concentração, os ativos fixos tangíveis oriundos da SIMAB foram reconhecidos pelo justo valor, ou seja, valores líquidos de imparidades. Assim, a reversão de imparidade registada pela participada não pode ser refletida nas contas consolidadas do Grupo PARPÚBLICA, uma vez que, no caso concreto e de acordo com o modelo do custo adotado, a reversão de imparidade só pode ir até que o ativo fique mensurado pelo custo.
- c) Da correção da metodologia adotada na determinação das depreciações do exercício, relacionadas com os ativos da SIMAB, ao nível das contas consolidadas do Grupo PARPÚBLICA

As reexpressões efetuadas nos resultados do exercício do 1º semestre de 2015, advêm, por um lado, do Grupo AdP, pelo início de divulgação do rédito associado aos serviços de construção (e respetivos gastos), pelo que as demonstrações financeiras foram reexpressas por forma a acomodar este reconhecimento (de notar que o reconhecimento do rédito associado aos serviços de construção e respetivos gastos não tem qualquer impacto, quer no resultado operacional quer no resultado líquido), e por outro, da correção da metodologia anteriormente aplicada, como explicado anteriormente na alínea c).

4 - Fluxos de caixa

Os fluxos de caixa relativos à atividade operacional do 1º semestre de 2016 respeitam essencialmente ao segmento do Grupo AdP, traduzindo os recebimentos de clientes num peso de 75% (1º semestre de 2015: 19%) sobre o total. Nos pagamentos a fornecedores e ao pessoal este segmento tem um peso de 71% (1º semestre de 2015: 10%) e de 70% (1º semestre de 2015: 10%), respetivamente.

Os fluxos de caixa relativos à atividade operacional do 1º semestre de 2015 respeitavam essencialmente ao segmento do Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas, traduzindo os recebimentos de clientes num peso de 74% sobre o total. Nos pagamentos a fornecedores e ao pessoal este segmento tinha um peso de 86% e de 82%, respetivamente.

As atividades de financiamento e de investimento respeitam essencialmente a operações do Grupo AdP, com exceção para os recebimentos de investimentos financeiros da atividade de investimento que englobam também recebimentos de operações da SPE (relativamente à venda da SML) em cerca de 50%.

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas apresentam-se na nota 53.

5 - Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis	30-jun-16										Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Plantas destinadas à produção	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativo bruto											
Saldo inicial	278 927	504 299	1 132 144	7 476	134	51 420	13 425	134 685	14 623	62 680	2 199 813
Adições	-	24	827	239	0	147	89	107	6 414	3	7 850
Alienações	(20)	-	(258)	(123)	-	(4)	(34)	(1)	-	-	(440)
Outras transferências/ abates	(51 418)	2 650	2 904	(28)	(1)	(15)	-	50	(6 170)	(58 180)	(110 207)
Diferenças câmbio	-	-	-	(16)	-	1	-	(9)	-	-	(24)
Saldo final	227 489	506 973	1 135 617	7 549	134	51 549	13 480	134 832	14 866	4 502	2 096 992
Depreciações acumuladas											
Saldo inicial	1 405	262 825	632 052	6 876	75	46 540	542	68 221	-	-	1 018 535
Adições	77	5 543	10 636	96	1	843	-	2 762	-	-	19 958
Alienações	-	-	(103)	(125)	-	(4)	-	1	-	-	(231)
Outras transferências/ abates	-	(80)	(873)	(28)	-	(57)	-	-	344	-	(694)
Diferenças câmbio	-	-	-	(9)	-	(1)	-	(9)	-	-	(19)
Saldo final	1 482	268 288	641 712	6 810	76	47 320	542	70 975	344	-	1 037 550
Perdas de imparidade acumuladas											
Saldo inicial	18 159	19 478	388	-	-	8	-	(624)	386	-	37 795
Outras transferências/ abates	(139)	95	29	-	-	4	-	9	-	-	(2)
Saldo final	18 021	19 573	417	-	-	11	-	(615)	386	-	37 793
Valor líquido	207 987	219 113	493 488	739	58	4 218	12 938	64 473	14 136	4 502	1 021 653

Ativos fixos tangíveis	31-dez-15										Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Plantas destinadas à produção	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativo bruto											
Saldo inicial	279 152	502 949	1 131 135	7 656	77	49 921	13 389	133 905	11 406	61 258	2 190 848
Adições	103	202	1 705	329	-	1 457	36	188	12 415	-	16 435
Perdas Imparidade reconhecidas	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)
Alienações	(389)	-	(365)	(75)	-	(11)	-	-	-	-	(839)
Outras transferências/ abates	67	1 148	(331)	(433)	57	65	-	600	(9 198)	1 422	(6 603)
Diferenças câmbio	-	-	-	(1)	-	(12)	-	(8)	-	-	(21)
Saldo final	278 927	504 299	1 132 144	7 476	134	51 420	13 425	134 685	14 623	62 680	2 199 813
Depreciações acumuladas											
Saldo inicial	1 226	251 888	615 857	7 139	74	44 783	474	62 727	-	-	984 169
Adições	179	11 319	21 251	224	1	2 108	67	5 513	-	-	40 661
Alienações	-	-	(325)	(65)	-	-	-	-	-	-	(390)
Outras transferências/ abates	-	(382)	(4 731)	(418)	-	(340)	-	(13)	-	-	(5 884)
Diferenças câmbio	-	-	-	(4)	-	(10)	-	(8)	-	-	(22)
Saldo final	1 405	262 825	632 052	6 876	75	46 540	542	68 220	-	-	1 018 535
Perdas de Imparidade Acumuladas											
Saldo inicial	21 152	19 113	16	-	-	7	-	(554)	386	-	40 120
Perdas Imparidade reconhecidas	848	365	372	-	-	1	-	16	-	-	1 602
Perdas Imparidade revertidas	(5 786)	(9 544)	(12)	-	-	(1)	-	(96)	-	-	(15 440)
Saldo final	18 159	19 478	388	-	-	8	-	(624)	386	-	37 795
Valor Líquido	259 363	221 996	499 704	600	59	4 872	12 883	67 089	14 237	62 680	1 143 482

Os Terrenos e edifícios (valores líquidos) a 30 de junho de 2016 incluem na sua maioria:

- 233 milhões de euros (31DEZ15: 233 milhões de euros) relativos a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP;
- 120 milhões de euros (31DEZ15: 121 milhões de euros) relativos às diversas tipologias de edificações afetas ao exercício da atividade dos mercados abastecedores do Grupo SIMAB (pavilhões hortofrutícolas, armazéns, entrepostos e outros);
- 29 milhões de euros (31DEZ15: 30 milhões de euros) relativos à INCM; e
- 24 milhões de euros (31DEZ15: 59 milhões de euros) relativos à Companhia das Lezírias.

A diminuição da rubrica Terrenos e recursos naturais está relacionado essencialmente com transferência de 51 milhões de euros de Ativo fixo tangível para Propriedades de investimento na Baía do Tejo (vide nota 6 – Propriedade de investimento).

O Equipamento básico (valores líquidos) a 30 de junho de 2016 inclui na sua maioria equipamento de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP, no montante global de 489 milhões de euros (31DEZ15: 495 milhões de euros).

O montante de Equipamento administrativo (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo AdP, com 2,6 milhões de euros (31DEZ15: 3 milhões de euros) e da INCM, com 1 milhão de euros (31DEZ15: 1,2 milhões de euros).

As Plantas destinadas à produção (valores líquidos) correspondem a:

- 701 hectares de Pinheiro Manso, 6 751 hectares de Montado de Sobro, 134 hectares de Vinha e 69 hectares de Olival no valor global de 5,6 milhões de euros (31DEZ15: 5,5 milhões de euros) na Companhia das Lezírias; e
- 909 hectares de Pinheiro Manso, 1 555 hectares de Montado de Sobro e 1 125 hectares de Azinheira no valor global de 7,4 milhões de euros (31DEZ15: 7,4 milhões de euros) na Lazer e Floresta.

Tal como referido na nota 3, devido às alterações introduzidas na IAS 16 e na IAS 41, o Pinheiro Manso, a Vinha e o Olival foram reclassificados de Ativo biológico para Ativo fixo tangível. O

Montado de Sobro e Azinheira que em anos anteriores já se encontravam apresentados como Ativos fixos tangíveis em virtude serem espécies sujeitas a um regime condicionante, foram também reclassificadas para Plantas destinadas à produção.

A rubrica de Outras imobilizações corpóreas (valores líquidos) inclui essencialmente: (i) 52,1 milhões de euros (31DEZ15: 54,8 milhões de euros) de material circulante em operação no Eixo Ferroviário Norte-Sul respeitante à SAGESECUR; (ii) 8,8 milhões de euros (31DEZ15: 8,8 milhões de euros) referentes à INCM; e (iii) 2,4 milhões de euros (31DEZ15: 2,5 milhões de euros) do Grupo AdP.

As Imobilizações em curso são constituídas essencialmente por 12,3 milhões de euros do Grupo AdP (31DEZ15: 13 milhões de euros) e 1,8 milhões de euros da INCM (31DEZ15: 0,8 milhões de euros).

As transferências e abates da rubrica de Imobilizações em curso incluem essencialmente 5,9 milhões de euros do Grupo AdP relativos à transferência do valor dos adiantamentos por conta de investimentos.

A rubrica de Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas (valores líquidos) refere-se essencialmente a adiantamentos efetuados pela Lazer e Floresta no montante de 4,5 milhões de euros (31DEZ15: 4,5 milhões de euros), relacionados com a aquisição de propriedades, aguardando-se a efetivação da escritura. Esta rubrica diminuiu 58 milhões de euros devido à transferência deste montante para Propriedades de investimento por parte da Baía do Tejo (vide nota 6 – Propriedade de investimento).

Do total de aquisições realizadas durante o primeiro semestre de 2016, no montante de 7,9 milhões de euros, o Grupo AdP contribuiu com 6 milhões de euros e a INCM com 1,3 milhões de euros.

O saldo de perdas por imparidade acumuladas está maioritariamente relacionado com ativos da Companhia das Lezírias e da CE.

6 - Propriedades de investimento

Propriedades de investimento	30-jun-16		31-dez-15
	Ao justo valor	Ao custo	Ao justo valor
Saldo inicial	430 690	-	535 512
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos	(3 034)	-	(17 713)
Aumentos - aquisições	447	-	1 424
Alienações	(46)	-	(18 179)
Transferências para e de inventários e propriedade ocupada pelo dono	-	-	(70 292)
Transferências para e de ativos tangíveis	-	108 600	(28)
Outras variações	-	-	(34)
Saldo final	428 057	108 600	430 690
Total		536 657	

Nível da hierarquia do justo valor utilizado nas mensurações pelo justo valor de forma recorrente:

Propriedades de investimento (por nível da hierarquia do justo valor)	30-jun-16	31-dez-15
Nível 1 (preços cotados)	-	-
Nível 2 (outras fontes que não preços cotados, mas que sejam observáveis)	-	-
Nível 3 (fontes que não tenham por base o mercado observável)	428 057	430 690
	428 057	430 690

As Propriedades de investimento respeitam às seguintes entidades:

Propriedades de Investimento por entidade	30-jun-16	31-dez-15
Estamo	107 039	107 039
Consest	62 044	62 044
Grupo Baía do Tejo	236 279	127 233
Companhia das Lezírias	71 330	71 330
Fundo IIF Estamo	27 657	30 689
Lazer e Floresta	14 183	14 183
Grupo AdP	13 605	13 651
SIMAB	4 520	4 520
Total	536 657	430 690

O principal critério usado para distinguir Propriedades de investimento de Propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios provém do arrendamento.

O valor de perdas líquidas em Ajustamentos de justo valor, no montante de 3 milhões de euros, corresponde à desvalorização de 2 prédios urbanos do FIIF Estamo.

As transferências para e de ativos tangíveis respeitam a terrenos e imóveis da Baía do Tejo (vide nota 5 – Ativos fixos tangíveis). Por se tratarem de propriedades de investimento em construção e não ser fiavelmente mensurável o seu justo valor, estas são mensuradas pelo custo até o seu justo valor se tornar fiavelmente mensurável ou até à conclusão da construção.

Os métodos significativos aplicados na determinação do justo valor de Propriedades de investimentos são descritos de seguida:

- Método de Comparação de Mercado – Consiste em relacionar o valor de um imóvel com os dados de mercado relativos às transações recentes de propriedades na mesma área de localização cujas características sejam comparáveis ou semelhantes.
- Método do Custo – Considera-se o somatório dos gastos necessários para reproduzir uma propriedade com as mesmas características da avaliada, de acordo com os preços vigentes no mercado.
- Método do Rendimento – Considera-se que o valor do imóvel é equivalente ao investimento necessário para obter o rendimento real gerado pela exploração do negócio, sendo calculado através do desconto desse rendimento por uma taxa yield (binómio risco/rendimento associado ao investimento) adequada às características do imóvel e ao nível de risco do investimento imobiliário. É um método indireto, comum na aferição do valor de mercado de ativos suscetíveis de gerar rendimento em função da utilização para a qual estarão mais vocacionados.
- Método do Valor Residual – Baseia-se no princípio da máxima e melhor utilização de um terreno urbano, segundo as premissas aprovadas pelas entidades com jurisdição sobre o imóvel e considerando que o mesmo se encontra expectante, isto é, livre de construções, salvaguardas e compromissos urbanísticos de carácter público. O valor do solo urbano determina-se deduzindo ao conjunto das receitas potencialmente geradas pelo empreendimento (apuradas através do Método de Comparação de Mercado e/ou do Rendimento), os gastos necessários à execução física do edificado, infraestruturas e obras de urbanização, bem como os gastos indiretos afetos, como projetos, taxas, encargos de gestão, fiscalização, promoção e comercialização (obtidos através do Método do Custo). Tendo em atenção o carácter temporal de desenvolvimento do empreendimento o estudo da rentabilidade global decorre de uma análise de fluxos de caixa (cash flow), sendo

utilizada uma taxa de atualização correspondente à rentabilidade mínima exigida pelo investidor/promotor.

Os principais pressupostos assumidos na utilização do Método do Valor Residual e do Método do Rendimento são os seguintes:

Taxas de atualização por método/Subsidiária	Método do Rendimento	Método do Valor Residual
Estamo	Entre 6,88% e 7,50%	Entre 7% e 11%
Consest	n.a.	9%
Grupo Baía do Tejo	Entre 7% a 10%	Entre 7% e 10%
Companhia das Lezírias	5,62%	15%
Fundo IIF Estamo	n.a.	10%
Lazer e Floresta	Entre 3,50% a 6,50%	n.a.
SIMAB	n.a.	Entre 9% e 10,25%

7 - Goodwill

<i>Goodwill</i>	30-jun-16		31-dez-15	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
AdP	84 934	84 934	84 934	84 934
Aquasis	210	210	210	210
Baía do Tejo	91	91	91	91
Simab	5 749	5 749	5 749	5 749
	90 984	90 984	90 984	90 984

Para efeitos de teste de imparidade, o valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os testes de imparidade são efetuados numa base anual, tendo os mesmos sido efetuados com referência a 31 de dezembro de 2015 e não tendo ocorrido desenvolvimentos significativos no valor recuperável das UGCs durante o primeiro semestre de 2016.

8 - Ativos intangíveis

Ativos intangíveis (valores líquidos)	30-jun-16				31-dez-15			
	Gerados Internamente	Outros Ativos fixos intangíveis		Total	Gerados Internamente	Outros Ativos fixos intangíveis		Total
	Com vida útil finita	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita		Com vida útil finita	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita	
Saldo inicial	24	3	4 044 943	4 044 970	-	3	4 003 412	4 003 415
Perdas Imparidade revertidas (sinal +)	-	-	-	-	24	-	-	24
Adições	61	-	30 222	30 283	-	-	189 348	189 348
Outras transferências/ abates	-	-	(1 324)	(1 324)	-	-	(24 549)	(24 549)
Amortizações	-	-	(59 653)	(59 653)	-	-	(123 268)	(123 268)
Diferenças Câmbio (sinal + ou -)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	85	3	4 014 187	4 014 274	24	3	4 044 943	4 044 970

Os ativos intangíveis advêm essencialmente do Grupo AdP num montante de 4 mil milhões de euros (31DEZ15: 4 mil milhões de euros). Estes ativos intangíveis correspondem maioritariamente a direitos de utilização de infraestruturas (IFRIC 12) da unidade de negócio UNA-PD (unidade de negócios de produção e depuração de água).

As adições (30,2 milhões de euros), as outras transferências / abates (1,3 milhões de euros) e as amortizações (59,7 milhões de euros) advêm essencialmente do Grupo AdP.

9 - Ativos biológicos

30-jun-16							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Eucaliptal	2 000	-	-	-	-	-	2 000
Cortiça em crescimento	1 650	-	-	-	-	-	1 650
Bovinos reprodutores	846	-	(24)	-	-	(4)	819
Total	4 495	-	(24)	-	-	(4)	4 468

30-jun-16							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	3 907	-	-	-	-	-	3 907
Eucaliptal	6 214	-	-	-	-	-	6 214
Cortiça em crescimento	2 114	-	-	-	-	-	2 114
Outros	549	-	-	-	-	-	549
Bovinos reprodutores	597	-	(7)	-	-	(6)	583
	13 381	-	(7)	-	-	(6)	13 367
Ativos - mensurados ao custo							
Outros	19	-	-	-	(2)	-	17
	19	-	-	-	(2)	-	17
Total	13 400	-	(7)	-	(2)	(6)	13 385

31-dez-15							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Eucaliptal	2 000	-	-	-	-	-	2 000
Cortiça em crescimento	1 418	-	231	-	-	-	1 650
Bovinos reprodutores	756	-	89	-	-	-	845
Total	4 174	-	321	-	-	-	4 495

31-dez-15							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	4 766	7	(638)	(229)	-	-	3 907
Eucaliptal	6 449	-	628	(863)	-	-	6 214
Cortiça em crescimento	1 499	-	615	-	-	-	2 114
Outros	-	-	549	-	-	-	549
Bovinos reprodutores	607	-	(11)	-	-	-	597
	13 322	7	1 144	(1 092)	-	-	13 381
Ativos - mensurados ao custo							
Outros	22	-	-	-	(3)	-	19
	22	-	-	-	(3)	-	19
Total	13 345	7	1 144	(1 092)	(3)	-	13 400

Os principais ativos biológicos são a floresta (sobretudo pinhal, eucaliptal e cortiça em crescimento) e os bovinos reprodutores.

A floresta encontra-se registada ao justo valor calculado através do método do valor atual dos fluxos de caixa descontados, conforme previsto na IAS 41. A área afeta é: (i) de Pinheiro e outras resinosas, 2 006 hectares (3 616 hectares em 31DEZ15); e (ii) de Eucalipto, 4 117 hectares (4 117 hectares em 31DEZ15).

No que diz respeito aos animais de trabalho e bovinos reprodutores estes encontram-se valorizados ao justo valor.

O justo valor dos Ativos biológicos foi determinado por avaliadores independentes, adotando indicadores físicos, temporais e valorimétricos relevantes para os tipos de ativos. Para o apuramento do justo valor, foi utilizado o método dos fluxos de caixa descontados e taxa de atualização entre 4,00% e 7,59%.

10 - Participações financeiras em associadas

Participações financeiras em associadas	30-jun-16				
	Saldo inicial	Movimentos de equivalência patrimonial			Saldo final
		Quota-parte do Outro rendimento integral	Quota-parte do resultado líquido	Outros	
Parcaixa, SGPS, SA	494 664	162	4 161	-	498 986
TAP SGPS	1 953	18 166	(20 379)	589	330
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	5 990	-	(687)	-	5 304
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	56	-	(1)	-	55
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	316	-	-	-	316
ORIVÁRZEA, S.A.	2 067	-	-	-	2 067
Mieses	265	-	-	-	265
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	1
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	987	(0)	(40)	-	947
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	4
	506 304	18 328	(16 946)	589	508 275

Participações financeiras em associadas	31-dez-15			
	Saldo inicial	Adições	Movimentos de equivalência patrimonial	Saldo final
Parcaixa, SGPS, SA	470 340	-	24 324	494 664
TAP SGPS	-	6 394	(4 441)	1 953
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	5 814	-	176	5 990
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	58	-	(2)	56
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	261	-	56	316
ORIVÁRZEA, S.A.	1 956	-	111	2 067
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	1
Mieses	265	-	-	265
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	1 027	-	(39)	987
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	4
	479 726	6 394	20 184	506 304

No âmbito do processo de reprivatização do Grupo TAP, foi celebrado no dia 24 de junho de 2015, o “Acordo de Venda Direta” da TAP SGPS, o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, com a transmissão a favor da Atlantic Gateway, de 915 000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, por 10 milhões de euros, permanecendo os restantes 39% em carteira.

11 - Outras participações financeiras

Outras participações financeiras	30-jun-16	31-dez-15
Valorizadas ao justo valor		
GALP	747 158	638 082
INAPA	4 565	5 154
NOS (ex ZON Multimédia)	615	818
Pharol SGPS, SA (ex PT SGPS SA)	83	217
Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.	2 000	2 000
Outros	20	20
	754 441	646 292
Valorizadas ao custo		
EGF	3 033	3 033
Outros	67	67
	3 100	3 100
	757 542	649 392

Das principais variações verificadas em 2016, destaca-se o acréscimo de 109 milhões de euros nas ações da GALP subjacentes à opção embutida no empréstimo obrigacionista que resulta essencialmente da variação positiva do justo valor (vide nota 45).

A estimativa utilizada para o cálculo do justo valor das Participações financeiras foi baseada nas referências de mercado (sempre que disponível cotação desses ativos), em transações recentes ou em avaliações técnicas.

O montante da participação financeira na EGF corresponde aos 5% do capital detidos pelo Grupo AdP, decorrente do processo de reprivatização daquela empresa.

12 - Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros	30-Jun-16		31-dez-15	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados				
Detido para negociação				
Unidades de Participação - Fundo Imopoupança e Fundiestamo I	8 646	-	7 924	-
Outros	-	4 085	-	4 844
Detidos até à maturidade	790	2 718	2 286	3 195
Empréstimos correntes e contas a receber				
Adiantamentos relativos a privatizações	-	4 588 830	-	4 588 830
Fundo de reconstituição	-	63 774	-	96 408
Obrigações - TAP SGPS	-	30 000	-	-
Outros		879		
Disponíveis para venda				
Outros	4	11	4	11
	9 440	4 690 297	10 214	4 693 288

A rubrica de Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados – ativo corrente, corresponde a unidades de participação detidas pela SAGESECUR no Fundo Fundiestamo I com 8 564 unidades de participação (31DEZ15: 7 902 unidades de participação) e no Fundo Imopoupança com 1 970 unidades de participação (31DEZ15: 1 970 unidades de participação), no montante global de 8 646 milhares de euros (31DEZ15: 7 924 milhares de euros).

O montante de 4 085 milhares de euros da rubrica Outros investimentos financeiros pelo justo valor através dos resultados – não correntes - é proveniente do Grupo AdP e refere-se a aplicações financeiras de médio longo prazo sob a forma de obrigações sénior.

O valor constante em Outros ativos financeiros – detidos até à maturidade, no montante de 3 508 milhares de euros (790 milhares de euros em ativos correntes e 2 718 milhares de euros em ativos não correntes) (31DEZ15: 2 286 milhares de euros em ativos correntes e 3 195 milhares de euros em ativos não correntes), refere-se a obrigações do tesouro detidas pela INCM.

A quantia de 4 589 milhões de euros de Adiantamentos relativos a privatizações, respeita essencialmente a entregas de receitas de reprivatizações do Estado por força da Lei n.º 11/90, de 14 de abril, a compensar nos termos do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, e a quantias não compensadas pelo Estado em resultado da intervenção da PARPÚBLICA na liquidação da ex-IPE.

Os Fundos de reconstituição são constituídos ao abrigo dos contratos de concessão (Grupo AdP) e correspondem a aplicações financeiras de médio e longo prazo. Estes fundos encontram-se depositados, desde 2010, junto do IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

Para as empresas do Grupo AdP cujo prazo de concessão foi estendido, não foi efetuado o reforço do fundo de reconstituição do capital, por este ser à data superior ao contratualmente necessário. No entanto, nestes casos, não foi utilizado, ou seja não foi reduzido, mantendo-se o valor já constituído devidamente titularizado junto do IGCP. Os Decretos-Lei que constituem as novas empresas, Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, dispensam a constituição do Fundo de Reconstituição, podendo estas sociedades dispor destes montantes para a redução do endividamento, o que se verificou no 1º semestre de 2016.

O montante da rubrica de Obrigações – TAP SGPS corresponde à subscrição, pela PARPÚBLICA, de obrigações emitidas pela TAP SGPS.

13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos

Impostos diferidos	30-jun-16				31-dez-15				
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Saldo final	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Transferência de Detidos para venda	Saldo final
Ativos por impostos diferidos									
Prejuízos fiscais reportáveis	13 727	(4 226)	-	9 501	29 573	(15 847)	-	-	13 727
Responsabilidades com beneficiários de reforma	6 112	-	-	6 112	7 559	(890)	(557)	-	6 112
Perdas de imparidade em inventários	2 658	-	-	2 658	2 658	-	-	-	2 658
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	11 183	-	-	11 183	10 880	303	-	-	11 183
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	3 953	(185)	-	3 767	4 060	(107)	-	-	3 953
Outros	171 282	5 671	742	177 694	174 094	(2 812)	-	-	171 282
	208 914	1 259	742	210 914	228 824	(19 353)	(557)		208 914
Passivos por impostos diferidos									
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	39 431	97	-	39 528	42 274	(2 836)	(7)	-	39 431
Reinvestimento de valores de realização	18	-	-	18	33	(16)	-	-	18
Subsídios ao investimento	-	(33)	-	(33)	-	-	-	-	-
Outros	259 194	624	5 019	264 837	238 810	20 597	(214)	-	259 194
	298 642	688	5 019	304 349	281 118	17 746	(221)		298 642

Os Ativos por impostos diferidos no montante de 9,5 milhões incluem o reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis, provenientes na sua maioria da Estamo.

A variação ocorrida com efeitos em resultados nos prejuízos fiscais reportáveis em ativos por impostos diferidos, no montante de 4,2 milhões de euros negativos inclui essencialmente a variação negativa da Estamo, referente à expectativa de utilização dos prejuízos baseada no resultado apurado durante o 1º semestre de 2016.

Os Ativos por impostos diferidos incluem ainda 6,1 milhões de euros (31DEZ15: 6,1 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de responsabilidades com benefícios de reforma não aceites fiscalmente; e 2,7 milhões de euros (31DEZ15: 2,7 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de perdas de imparidade em inventários não aceites fiscalmente, que provêm da Estamo.

Os Ajustamentos de transição e variações de justo valor ativos no montante de 11,2 milhões de euros (31DEZ15: 11,2 milhões de euros) correspondem na sua maioria ao reconhecimento de alterações de justo valor da Estamo.

Os Ativos por impostos diferidos incluem 3,8 milhões de euros (31DEZ15: 3,95 milhões de euros) relativos a Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente, sendo a variação negativa com efeitos nos resultados no montante de 185 milhares de euros, proveniente essencialmente do Grupo AdP.

Os Ajustamentos de transição e variações de justo valor passivos no montante de 39,5 milhões de euros (31DEZ15: 39,4 milhões de euros), respeita essencialmente a reavaliações realizados aquando da transição para as IFRS, sendo 16,8 milhões de euros do Grupo Baía do Tejo, 17 milhões de euros da Companhia das Lezírias, 2,9 milhões de euros da INCM e 2,6 milhões de euros da Estamo.

Os Outros ativos e Outros passivos por impostos diferidos, respetivamente de 177,7 milhões de euros (31DEZ15: 171,3 milhões de euros) e 264,8 milhões de euros (31DEZ15: 259,2 milhões de euros), incluem:

- o Grupo AdP, com 167,4 milhões de euros em ativo não corrente (31DEZ15: 161,2 milhões de euros) e 261,9 milhões de euros em passivo não corrente (31DEZ15: 256,9 milhões de euros), respeitando à aplicação da IFRIC 12 no Grupo AdP, onde existem diferenças temporárias significativas, entre as amortizações contabilísticas e fiscais, e com impacto equivalente nos impostos diferidos associados aos subsídios ao investimento. Também nesta rubrica, se encontram registados os impostos diferidos ativos e passivos dos desvios tarifários; e
- o Grupo SIMAB, com 9,6 milhões de euros em ativo não corrente (31DEZ15: 9,5 milhões de euros) e 2,6 milhões de euros em passivo não corrente (31DEZ15: 2,6 milhões de

euros), respeitando a diferenças temporárias associadas ao reconhecimento e reversão de perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis.

14 - Clientes

Clientes	30-jun-16	31-dez-15
Clientes c/c	445 241	406 610
Clientes de cobrança duvidosa	53 824	48 046
"Água em contador" por facturar	26 010	21 004
Outros	6	9
Perdas de imparidade acumuladas	(51 031)	(46 459)
	474 051	429 210

A rubrica de Clientes c/c inclui dívidas provenientes de:

- Clientes do Grupo AdP no montante de 348 milhões de euros (31DEZ15: 331 milhões de euros), dos quais 323 milhões de euros (31DEZ15: 304 milhões de euros) estão relacionados com dívidas de municípios;
- Clientes da Estamo com um montante total de 77,7 milhões de euros (31DEZ15: 64,9 milhões de euros), respeitando essencialmente a arrendamentos a entidades do Estado Português;
- Clientes da INCM no montante de 14,6 milhões de euros (31DEZ15: 5,9 milhões de euros), respeitando essencialmente a dívidas de entidades do Estado Português

O saldo de Clientes de cobrança duvidosa advém essencialmente do Grupo AdP com o montante global de 47,8 milhões de euros (31DEZ15: 41,3 milhões de euros).

A água em contador por faturar corresponde à estimativa de água a 30 de junho de 2016 que só será faturada após essa data.

A evolução das Perdas por imparidade dos saldos de clientes apresenta-se na nota 42.

O acréscimo em perdas de imparidade prende-se com o Grupo AdP, e resulta de uma revisão em baixa de tarifas praticadas e faturadas em exercícios anteriores nos municípios que integram o Sistema da Águas do Zêzere e Côa. Esta revisão de tarifas tem como fundamento a compensação

do Estado aos municípios utilizadores do sistema em virtude da decisão do concedente de desafetação do Município da Covilhã no Sistema Multimunicipal de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa, contrariamente ao inicialmente previsto. Esta desafetação representou a perda de cerca de 28,5% do caudal de saneamento, tendo implicado a sua saída um desequilíbrio económico no sistema e respetivos utilizadores.

15 - Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores	Correntes	
	30-jun-16	31-dez-15
Adiantamentos a fornecedores		
Conta corrente	4 313	3 670
De imobilizado	1 645	1 654
	5 958	5 324

O saldo da rubrica Adiantamentos a fornecedores em 30 de junho de 2016 corresponde na sua maioria ao Grupo AdP com 5,7 milhões de euros (31DEZ15: 5,2 milhões de euros).

16 - Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	30-jun-16		31-dez-15	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Ativo				
Imposto sobre o rendimento a receber	4 985	-	1 582	-
Outros	8 751	-	5 768	-
	13 737	-	7 351	-
Passivo				
Imposto sobre o rendimento a pagar	19 382	-	3 692	-
Outros	15 898	-	20 423	-
	35 279	-	24 115	-

O Imposto sobre o rendimento a receber é proveniente na sua maioria da PARPÚBLICA com o montante global de 4 milhões de euros (31DEZ15: 845 milhares de euros), que provém, fundamentalmente, de retenções na fonte efetuadas por terceiros relativas a rendimentos com dividendos.

A rubrica Outros – ativo corrente inclui 8 milhões de euros (31DEZ15: 5,1 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, que correspondem na sua maioria a IVA a recuperar.

O Imposto sobre rendimento a pagar inclui na sua maioria as estimativas de imposto a pagar de 15 milhões euros do Grupo AdP (31DEZ15: 1,3 milhões de euros) e de 3,5 milhões de euros (31DEZ15: 1,4 milhões de euros) da INCM.

O montante registado na rubrica Outros – passivo corrente inclui na sua maioria:

- 11,5 milhões de euros (31DEZ15: 16,9 milhões de euros) relativos ao Grupo AdP, dos quais 6,6 milhões de euros (31DEZ15: 12,7 milhões de euros) referentes às Taxas de Recursos Hídricos;
- 1,5 milhões de euros (31DEZ15: 628 milhares de euros) da INCM;
- 968 milhares de euros (31DEZ15: 943 milhares de euros) do Grupo Baía do Tejo;
- 794 milhares de euros (31DEZ15: 1 milhão de euros) da Estamo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Grupo PARPÚBLICA entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016.

17 - Outras contas a receber

Outras contas a receber	30-jun-16		31-dez-15	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Acréscimos de rendimentos	8 109	-	5 749	-
Subsídios ao investimento a receber	50 669	216	12 098	1 967
Venda de imóveis	1 802	40 423	2 434	40 138
Pessoal	747	-	353	-
Clientes	-	37 384	102	50 784
Outros	88 994	30 494	80 630	33 489
Ajustamentos por imparidade de outros devedores	(6 758)	-	(5 055)	-
	143 562	108 516	96 311	126 378

A rubrica de Acréscimos de rendimentos – ativo corrente inclui maioritariamente (i) 3,8 milhões de euros (31DEZ15: 3,2 milhões de euros) referentes à INCM e (ii) 2,6 milhões de euros (31DEZ15: 1,2 milhões de euros) referentes à Companhia das Lezírias.

A rubrica de Subsídios ao investimento a receber respeita na integra ao Grupo AdP. A variação advém essencialmente de novas candidaturas aprovadas de comparticipação por fundos de comunitários relativos à construção de novas infraestruturas da Águas do Algarve.

As rubricas de Venda de imóveis, ativo corrente e ativo não corrente, correspondem a quantias devidas à ESTAMO pela venda de imóveis que serão liquidadas em prestações.

A rubrica de Clientes – ativo não corrente, com 37,4 milhões de euros (31DEZ15: 50,8 milhões de euros) corresponde a saldos com clientes do Grupo AdP resultantes da assinatura de acordos de pagamentos (essencialmente municípios). A variação da rubrica resulta da diminuição resultante do pagamento dos acordos e incumprimento de outros (reclassificação para corrente).

A rubrica de Outros – ativo corrente inclui essencialmente:

- 78,5 milhões de euros (31DEZ15: 71,5 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP que incluem (i) 44,0 milhões de euros de acréscimos de juros e (iii) 34,5 milhões de euros de outras contas a receber;
- 3,2 milhões (31DEZ15: 4,2 milhões de euros) da Companhia das Lezírias que incluem 2,6 milhões de euros correspondentes aos pagamentos efetuados em nome e por conta da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, na sequência do processo de liquidação da Fundação Alter Real (Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de novembro); e

- 3,1 milhões de euros (31DEZ15: 1,5 milhões de euros) provenientes da PARPÚBLICA que incluem essencialmente dividendos a receber da associada Parcaixa no montante de 1,6 milhões de euros e um saldo a receber da DGTF no montante de 1,2 milhões de euros.

A rubrica de Outros – ativo não corrente inclui essencialmente 30,3 milhões de euros (31DEZ15: 33,3 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, sendo 12,8 milhões de euros (31DEZ15: 12,4 milhões de euros) referentes ao valor residual a receber no final da concessão.

O valor de 6,8 milhões de euros a 30 de junho de 2016 referente a Ajustamentos por imparidade de outros devedores – ativo corrente é proveniente na sua maioria do Grupo AdP, no montante total de 5,4 milhões de euros (31DEZ15: 3,7 milhões de euros).

18 - Diferimentos

Diferimentos - ativo	30-jun-16		31-dez-15	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Ativo regulatório - desvio tarifário	-	650 592	-	622 312
Outros gastos diferidos	13 442	-	9 505	-
Excesso de cobertura de responsabilidades pós-emprego	435	-	436	-
	13 877	650 592	9 940	622 312

Diferimentos - passivo	30-jun-16		31-dez-15	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Passivo regulatório - desvio tarifário	-	-	-	943
Rendimentos diferidos				
Subsídios relacionados com ativos	1 623	1 650 710	1 685	1 637 795
Outros	22 297	20 345	23 978	20 735
Investimentos contratuais	-	388 283	-	358 114
	23 920	2 059 338	25 662	2 017 587

As rubricas de Ativo regulatório – desvio tarifário e Passivo regulatório – desvio tarifário, advêm na totalidade do Grupo AdP e detalham-se como se segue:

	Desvio Ativo	Passivo por Imposto diferido	Desvio Passivo	Ativo por Imposto diferido	Efeito líquido balanço	Efeito em resultados
UNA-PD						
Águas do Norte	240 845	(60 211)			180 634	17 286
Águas do Norte (ajustamentos)	4 629	(1 157)			3 472	4 629
Águas do Centro Litoral	63 133	(15 783)			47 350	1 250
Águas do Lisboa e Vale do Tejo	297 608	(74 402)			223 206	5 043
Águas do Algarve	4 705	(1 176)			3 529	(1 929)
AdRA - Águas da Região de Aveiro	1 900	(475)			1 425	(503)
AdRA - Águas da Região de Aveiro (Ajustamentos)	37 655	(9 414)			28 241	2 386
AgdA – Águas Públicas Alentejo			(825)	206	(619)	118
Total UNA-PD	650 475	(162 619)	(825)	206	487 237	28 280

A rubrica de Outros gastos diferidos correntes é proveniente, essencialmente:

- 12,1 milhões de euros (31DEZ15: 7,9 milhões de euros) do Grupo AdP;
- 788 milhares de euros (31DEZ15: 850 milhares de euros) da INCM;
- 227 milhares de euros (31DEZ15: 266 milhares de euros) da SIMAB;

Os Rendimentos diferidos não correntes correspondem na sua quase totalidade a subsídios de investimento registados pelo Grupo AdP, conforme se segue:

Subsídios para investimento – Grupo AdP	30- Jun-16	31-Dez-15
Subsídios ao Investimento – Fundo Coesão	1 397 684	1 381 665
Subsídios ao Investimentos – Outros	10 485	9 910
Integração de património	226 340	229 763
	1 634 510	1 621 339

Fundo de coesão – movimentos do período	30-Jun-16	31-Dez-15
Subsídios ao investimento (ano N-1)	1 381 665	1 381 321
Reconhecimento de direito ao subsídio	40 367	44 459
Reconhecimento de rendimentos	(23 948)	(43 782)
Correções a reconhecimentos	(400)	(332)
Correções a reconhecimentos de direito	-	-
Reclassificação para ativos/passivos detidos para venda (saldo a 1JAN14)	-	-
Subsídios ao investimento (ano N)	1 397 684	1 381 665

A rubrica de Rendimentos diferidos – Outros passivos correntes inclui:

- 18,3 milhões de euros (31DEZ15: 19,7 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP;
- 1,5 milhões de euros (31DEZ15:1,6 milhões de euros) provenientes de rendas recebidas antecipadamente pela ESTAMO;
- 1,4 milhões de euros (31DEZ15: 1,4 milhões de euros) provenientes do Grupo Baía do Tejo, relativos essencialmente a (i) rendimentos diferidos obtidos com venda de lotes que ainda não se encontram totalmente infraestruturados; e (ii) taxas de cedência diferidas,

referentes a cauções pagas por clientes, que correspondem geralmente a um mês da prestação mensal devida; e

- 480 milhares de euros provenientes de rendimentos a reconhecer, relativos a taxas de acesso pagas pelos operadores (clientes dos mercados abastecedores) no início do contrato de utilização dos espaços do Grupo SIMAB (31DEZ15: 732 milhares de euros).

A rubrica de Rendimentos diferidos – Outros passivos não correntes respeita na totalidade ao Grupo SIMAB, corresponde aos valores de rendimentos a reconhecer, relativos a taxas de acesso pagas pelos operadores (clientes dos mercados abastecedores) no início do contrato de utilização dos espaços. Os valores são reconhecidos em rendimentos do exercício, ao longo do período de vigência dos contratos e nas situações de rescisão contratual é efetuada a integração plena do valor que se encontrava por reconhecer à data da rescisão.

A rubrica de Investimentos contratuais – passivo não corrente refere-se unicamente ao Grupo AdP. As empresas reconhecem a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados previstos nos contratos de concessão ou aditamentos aos contratos de concessão (incluindo os investimentos de expansão e modernização) aprovados ou impostos pelo concedente.

19 - Inventários

Inventários	30-jun-16	31-dez-15
Mercadorias	771 942	832 277
Produtos acabados e intermédios	12 262	12 278
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	1 760	2 193
Produtos e trabalhos em curso	19 884	16 152
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 578	17 451
Adiantamentos por conta de compras	195 991	197 394
Ajustamentos acumulados em inventários	(142 555)	(153 392)
TOTAL	870 863	924 352

As Mercadorias incluem, essencialmente, o montante de 758,2 milhões de euros de imóveis de propriedade da ESTAMO (31DEZ15: 818,4 milhões de euros) e as propriedades da Lazer e Floresta no montante global de 13 milhões de euros (31DEZ15: 13 milhões de euros).

Os Produtos acabados e intermédios incluem 11,8 milhões de euros referentes à INCM (31DEZ15: 11,95 milhões de euros), dos quais 4,2 milhões de euros relativos a moeda comemorativa de coleção (31DEZ15: 4,8 milhões de euros), 3,3 milhões de euros relativos a livros diversos (31DEZ15: 3,4 milhões de euros) e 1,17 milhões de euros relativos a cartões em PVC (31DEZ15: 1,4 milhões de euros).

A rubrica de Produtos e trabalhos em curso compreende, essencialmente, 15 milhões de euros (31DEZ15: 15 milhões de euros) de projetos de loteamento relacionados com o Grupo Baía do Tejo, dos quais 8,4 milhões de euros (31DEZ15: 8,4 milhões de euros) em projetos em fase de infraestruturação e 6,5 milhões de euros (31DEZ15: 6,5 milhões de euros) em terrenos com infraestruturas.

As Matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem essencialmente:

- moedas e outros bens afetos à INCM, no montante de 8,0 milhões de euros (31DEZ15: 10,5 milhões de euros); e
- reagentes e contadores provenientes do Grupo AdP, no montante global de 2,6 milhões de euros (31DEZ15: 6,1 milhões de euros).

Os Adiantamentos por conta de compras correspondem na sua totalidade a imóveis da ESTAMO.

Os Ajustamentos acumulados em inventários incluem essencialmente 131,1 milhões de euros (31DEZ15: 141,5 milhões de euros) da ESTAMO, 6,2 milhões de euros da Lazer e Floresta (31DEZ15: 6,2 milhões de euros) e 4,7 milhões de euros (31DEZ15: 4,9 milhões de euros) da INCM.

20 - Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	30-jun-16	31-dez-15
Aplicações financeiras	900	-
Depósitos a prazo	153 122	183 961
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	272 289	185 770
Numerário	10 236	828
Outros	5	9 467
	436 550	380 025

As disponibilidades apresentadas pelo Grupo PARPÚBLICA correspondem essencialmente a aplicações efetuadas em Depósitos a prazo e Depósitos bancários imediatamente disponibilizáveis, destacando-se os saldos do Grupo AdP com 165,5 milhões de euros (31DEZ15: 169,3 milhões de euros), da PARPÚBLICA com 96,9 milhões de euros (31DEZ15: 65,1 milhões de euros), da SPE com 74 milhões de euros (31DEZ15: 9,5 milhões de euros), da INCM com 32 milhões de euros (31DEZ15: 41,8 milhões de euros), da Estamo com 24,9 milhões de euros (31DEZ15: 51,8 milhões de euros), e da Lazer e Floresta com 22,6 milhões de euros (31DEZ15: 22,6 milhões de euros).

21 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados	30-jun-16	31-dez-15
Ativos		
SPE		
Participação Financeira SML	12 288	12 288
Dívida SML	15 742	15 568
	28 031	27 856
Total de ativos não correntes detidos para venda	28 031	27 856
Passivos		
Total de passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	-	-
	28 031	27 856

A 30 de junho de 2016, a participação financeira da SPE na Sociedade Mineira do Lucapa (SML), juntamente com os créditos detidos sobre esta participada, encontram-se classificados como Ativos não correntes detidos para venda.

A assinatura do contrato promessa da cedência de titularidade da SML entre a SPE e a Endiama, E.P. e os desenvolvimentos posteriores suportaram a reclassificação e consequente reconhecimento da participação financeira na SML como Ativo não corrente detido para venda. Na mesma medida também os créditos detidos sobre esta participada foram na sua totalidade reclassificados para a mesma rubrica.

22 - Capital próprio

O Capital nominal no montante de 2 000 000 milhares de euros é composto por 400 000 000 ações nominativas de 5 euros cada, está parcialmente realizado em 1 322 151 milhares de euros e é detido pelo Estado Português. Em 2015 houve uma realização parcial do capital social por parte do Estado (DGTF) no montante de 295 milhões de euros, nos termos do Despacho n.º 915/15-SET.

A rubrica Reservas legais, reservas não distribuíveis, é composta essencialmente pela reserva legal constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é

distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros corresponde essencialmente a: (i) ajustamentos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial previsto na IAS 28; (ii) ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda previstos na IAS 39; (iii) ajustamentos ao justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de fluxos de caixa, (cuja variação de 48.667 milhares de euros em 30JUN15 provém da TAP), bem como, (iv) as diferenças de câmbio resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira.

A rubrica resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O outro rendimento integral respeita essencialmente ao reconhecimento da quota-parte de outro rendimento integral das associadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial, ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e de remensuração de responsabilidade com benefícios de plano definidos.

A 30 de junho de 2016 o outro rendimento integral incluía também ganhos e perdas com conversão de Balanços expressos em moeda estrangeira (vide notas 2m e 2y).

23 - Interesses que não controlam – Balanço

Interesses que não controlam (balanço)	30-jun-16	31-dez-15
Interesses minoritários de capital próprio		
Grupo AdP	497 621	513 303
SAGESECUR	7 152	7 074
ECODETRA	1 061	867
Margueira	653	590
SPE	113	245
MARL, SA	4 048	3 793
MARF, SA	(2 197)	(2 239)
MARE, SA	444	413
MARB, SA	(512)	(523)
	508 382	523 523

24 - Provisões

Provisões (balanço)	30-jun-16				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Saldo final
Provisões - não corrente					
Provisão para processos judiciais em curso	1 775	-	(30)	-	1 745
Processos ambientais	3 741	-	-	-	3 741
Remoção de materiais	499	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	328	-	(7)	(46)	276
Provisões para investimentos financeiros	498	-	-	-	498
Impostos	48	-	-	-	48
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	61	-	-	(3)	58
Outras provisões	13 164	738	(22)	(1 039)	12 841
Provisão para contingências laborais	-	-	-	-	-
	20 114	738	(59)	(1 088)	19 705
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

Provisões (balanço)	31-dez-15						
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Efeito da passagem do tempo e de alterações na taxa de desconto	Outros movimentos	Saldo final
Provisões - não corrente							
Provisão para processos judiciais em curso	1 425	737	(231)	-	(116)	(40)	1 775
Processos ambientais	4 222	-	(481)	-	-	-	3 741
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	328	-	-	-	-	-	328
Provisões para investimentos financeiros	498	-	-	-	-	-	498
Impostos	448	-	-	(400)	-	-	48
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	82	-	(21)	-	-	-	61
Outras provisões	12 501	2 371	(1 748)	-	-	40	13 164
Provisão para contingências laborais	-	-	-	-	-	-	-
	20 003	3 108	(2 481)	(400)	(116)	-	20 114

Processos judiciais em curso

As Provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelas empresas do Grupo PARPÚBLICA e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável. As provisões existentes em 30 de junho de 2016 incluem essencialmente provisões para diversos processos judiciais intentados contra o Grupo AdP, no montante de 1 134 milhares de euros (31DEZ15: 1 139 milhares de euros), e a Estamo no montante de 458 milhares de euros (31DEZ15: 458 milhares de euros).

Processos ambientais e remoção de materiais

As Provisões para responsabilidades ambientais e remoção de materiais advêm do Grupo Baía do Tejo e destinam-se a acautelar os encargos que poderão vir a ser suportados com a recuperação ambiental do território que lhe está afeto, incluindo igualmente os gastos com a demolição e desmantelamento de antigas instalações siderúrgicas e remoção de resíduos e escombros, com destino a aterro.

No âmbito do desenvolvimento do projeto de recuperação ambiental encontram-se em desenvolvimento, através de dois Agrupamentos Complementares de Empresas, constituídos entre o Grupo Baía do Tejo e a Empresa Geral de Fomento, que em 2015 foi substituída pela AdP, processos de candidatura a apoios comunitários no âmbito do QREN. Em resultado dos

trabalhos desenvolvidos até ao final de junho de 2016, foi apurado que as responsabilidades a suportar pela Empresa, pelos trabalhos realizados pelos ACE's ascendem a 5 276 milhares de euros. Note-se contudo, que o processo de quantificação destas responsabilidades ainda não se encontra concluído, pelo que ainda não é possível, com segurança, avaliar os encargos futuros que irão advir deste processo.

A provisão para os ACE's refere-se ao valor dos prejuízos do exercício de 2015 e até junho de 2016 imputados à Empresa apurados com base no método da equivalência patrimonial. Salienta-se que os prejuízos de 2014 foram liquidados às respetivas entidades durante o exercício de 2015, tendo a Empresa procedido à utilização da provisão anteriormente constituída.

A provisão para responsabilidades ambientais, para desmantelamento e remoção de materiais destina-se a acautelar os encargos que se estimam que venham a ser suportados pela Empresa com a recuperação ambiental do território que lhe está afeto, incluindo igualmente os custos com a demolição e desmantelamento de antigas instalações siderúrgicas e remoção de resíduos e escombros, com destino a aterro.

Outras Provisões

A rubrica de Outras provisões corresponde maioritariamente a provisões do Grupo AdP no montante de 9,4 milhões de euros (31DEZ15: 8,9 milhões de euros), essencialmente para fazer face: (i) às dívidas que se encontram em processo de injunção, (ii) aos gastos com tratamento de lamas das ETAR; (iii) a contingências fiscais; e (iv) com potenciais responsabilidades contratuais.

Estão ainda incluídas provisões da Estamo no montante de 3,1 milhões de euros (31DEZ15: 3,1 milhões de euros) que visam cobrir a responsabilidade assumida contratualmente, no momento da compra ao Estado, de partilhar com este a mais-valia obtida com a venda de alguns imóveis.

O aumento em outras provisões advém essencialmente do Grupo AdP no valor de 0,6 milhões de euros e a variação ocorrida em reversão de montantes não utilizados respeita essencialmente à INCM no valor de 0,9 milhões de euros.

25 - Financiamentos obtidos

Os empréstimos respeitam essencialmente a obrigações e financiamentos junto de instituições de crédito nacionais e estrangeiras, os quais se encontram mensurados ao custo amortizado.

Financiamentos obtidos	30-jun-16		31-dez-15	
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente
Empréstimos por obrigações	172 420	3 776 574	172 141	3 648 170
Empréstimos bancários	195 167	2 002 859	264 735	2 040 966
Passivos por locação financeira	1 684	12 645	1 684	13 473
Papel comercial	600	26 600	600	27 400
Descobertos bancários	119 656	-	130 156	-
Outros empréstimos obtidos	1 201	47 782	-	53 711
Derivados Embutidos	-	-	-	3 894
	490 729	5 866 460	569 316	5 787 614

A segmentação das quantias nominais da dívida por maturidades e tipos de taxa de juro é a seguinte:

Financiamentos obtidos	30-jun-16	31-dez-15
Por maturidades		
Até 1 ano	488 300	567 175
De 1 ano até 2 anos	1 010 813	1 010 751
De 2 anos até 3 anos	856 753	112 135
De 3 anos até 4 anos	106 331	855 739
De 4 anos até 5 anos	749 996	780 420
Superior a 5 anos	3 120 809	3 061 101
	6 333 002	6 387 322
Por tipo de taxa de juro		
Taxa variável		
Expira num ano	415 793	494 301
Expira entre 1 e 2 anos	48 439	45 907
Expira entre 2 e 3 anos	786 223	34 970
Mais de 3 anos	1 272 475	1 988 480
	2 522 930	2 563 658
Taxa fixa		
Expira num ano	72 507	72 875
Expira entre 1 e 2 anos	962 373	964 844
Expira entre 2 e 3 anos	70 530	77 165
Mais de 3 anos	2 704 662	2 708 780
	3 810 072	3 823 664
	6 333 002	6 387 322

Os Empréstimos por obrigações, contraídos na sua maioria pela PARPÚBLICA, são mensurados pelo custo amortizado e a opção embutida num desses empréstimos está mensurada pelo justo valor (vide nota 45). Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 eram os seguintes:

	30-Jun-16	31-Dez-15
PARPÚBLICA		
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2005	513 301	504 412
Empréstimo de 150,0 milhões de euros emitido em 2005	153 077	152 634
Empréstimo de 250,0 milhões de euros emitido em 2006	256 501	251 295
Empréstimo de 885,6 milhões de euros emitido em 2010	910 506	887 970
Empréstimo de 170 milhões de euros emitido em 2013	172 420	172 141
Empréstimo de 750 milhões de euros emitido em 2014	750 046	749 129
Empréstimo de 600 milhões de euros emitido em 2014	618 143	606 624
Sub-total PARPÚBLICA	3 373 994	3 324 205
Grupo AdP	575 000	500 000
Total	3 948 994	3 824 205

O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido em setembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros à taxa de juro anual fixa de 3,567%. O empréstimo obrigacionista de 150 milhões de euros, emitido em dezembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros a uma taxa de juro anual variável indexada ao Euro Mid Swap a 10 anos. O empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros, emitido em novembro de 2006 pelo prazo de 20 anos vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 4,2%. Estes empréstimos preveem a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas

financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 2013-2016 de 170 milhões de euros, em setembro de 2013 pelo prazo de 3 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2014-2019 de 750 milhões de euros, em junho de 2014 pelo prazo de 5 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2014-2021 de 600 milhões de euros, em julho de 2014 pelo prazo de 7 anos, vence juros a uma taxa de juro fixa de 3,75%. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações Permutáveis Galp de 885,65 milhões de euros de setembro de 2010 pelo prazo de 7 anos, enquadra-se na 5ª fase de reprivatização do capital social da Galp, nos termos do Decreto-Lei nº 185/2008, de 19 de setembro. Vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 5,25%. Os obrigacionistas têm o direito de optar pelo reembolso das obrigações ao seu valor nominal na maturidade ou antecipadamente em 28 de setembro de 2015 ou pela troca das obrigações pelas ações Galp, que constituem o respetivo ativo subjacente, a partir de 28 de março de 2013. No dia 28 de setembro de 2015, foi antecipadamente exercido por obrigacionista(s) o direito de reembolso das obrigações ao seu valor nominal, num total de 14 obrigações, ou seja, 700 mil euros. O total da emissão obrigacionista passou, assim, a ser de 884,95 milhões de euros. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos. A PARPÚBLICA tem a possibilidade de reembolsar as obrigações, se o valor do ativo subjacente for igual ou superior a 30%, em pelo menos 20 dias úteis durante 30 dias úteis consecutivos, a partir de 13 de outubro de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade ou da ocorrência de um evento de mudança do controlo da Galp. Enquanto se mantiver a emissão, a PARPÚBLICA não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

Os empréstimos bancários incluem o financiamento de 599,2 milhões de euros que é um empréstimo bancário sindicado com quatro bancos, no qual a PARPÚBLICA sucedeu ao consórcio ELOS. O financiamento tem uma maturidade de cerca de 30 anos, até 15 de dezembro de 2042, e será amortizado em 57 amortizações iguais, com início em 15 de dezembro de 2014 e final na maturidade. Vence juros a taxa variável, indexada à Euribor a 6 meses. Foi contratado tendo associados 4 *swaps* de taxa variável - taxa fixa, os quais permitem aos bancos a sua conversão em taxa fixa. Um dos Bancos já exerceu esse direito, pelo que presentemente o financiamento vence taxa variável para o montante de 432,4 milhões de euros e vence taxa fixa

de 7,82% para o montante de 124,8 milhões de euros, mantendo os restantes 3 *swaps* taxa variável – taxa fixa associados.

O justo valor inicial do empréstimo baseado em atualização a taxa de mercado é de 514,8 milhões de euros donde resultou o reconhecimento de ganho inicial de 84,5 milhões de euros a reverter ao longo da vida do empréstimo pela mensuração ao custo amortizado. O *mark to market* negativo do conjunto dos 3 *swaps* existentes foi inicialmente de 133,6 milhões de euros, sendo de 224,6 milhões de euros também negativo em 30 de junho de 2016.

O empréstimo obrigacionista do Grupo AdP encontra-se sujeito a cláusulas de *ownership*, que refere que eventuais alterações à estrutura acionista da empresa podem conduzir ao vencimento imediato da dívida. Relativamente aos contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento o Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, cross default, pari passu, negative pledge, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda:

- Alterações na estrutura acionista das empresas do Grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de empresas;
- Alterações no património das empresas;
- Alteração/cessação da atividade das empresas;
- Alterações na estrutura acionista da AdP;
- Operações serem realizadas com aval/garantia da AdP;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constitui-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

A rubrica Empréstimos bancários – passivo não corrente, no valor de 2 003 milhões de euros (31DEZ15: 2 041 milhões de euros), inclui:

- o montante de 1 480 milhões de euros (31DEZ15: 1 510 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, respeitantes na sua maioria a financiamentos do Banco Europeu de Investimento;
- o montante de 491 milhões de euros (31DEZ15: 497 milhões de euros) referentes a empréstimos obtidos pela PARPÚBLICA em instituições financeiras nacionais e estrangeiras; e
- o montante de 32 milhões de euros (31DEZ15: 34 milhões de euros) provenientes do Grupo SIMAB, referentes a financiamentos junto de instituições de créditos nacionais e estrangeiras.

Os passivos por locação financeira detalham-se como se segue:

Passivos por locação financeira	30-jun-16	31-dez-15
Locações financeiras		
Dívidas respeitantes a locação financeira		
Terrenos e recursos naturais	1 658	1 649
Edifícios e outras construções	12 647	13 465
Equipamento básico	26	43
	14 331	15 157
Futuros pagamentos mínimos		
Até 1 ano	1 735	1 816
De 1 ano até 5 anos	10 763	7 141
Mais de 5 anos	2 070	6 779
	14 568	15 736
Juros		
Até 1 ano	51	132
De 1 ano até 5 anos	152	368
Mais de 5 anos	33	79
	237	579
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Até 1 ano	1 684	1 684
De 1 ano até 5 anos	10 610	6 773
Mais de 5 anos	2 037	6 700
	14 331	15 157

Os passivos por locação financeira, correntes e não correntes, respeitam essencialmente ao Grupo AdP.

26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Responsabilidades por benefícios pós-emprego	30-jun-16	31-dez-15
Responsabilidade por serviços passados no início do período	60 551	69 121
Custo de juros	358	2 162
Custo do serviço corrente	60	544
Ganhos e perdas atuariais	1 691	(4 355)
Rendimento ativos do fundo	-	(180)
Benefícios pagos	(1 874)	(5 210)
Reconhecimento custo do serviço passado	-	(3 318)
Outros	-	1 787
Responsabilidade por serviços passados no final do período	60 786	60 552
Excesso de cobertura		
Excesso de cobertura	(1 893)	(4 301)
Valor no início do período	38 527	39 474
Retorno efetivo	375	960
Contribuição ao fundo	622	-
Benefícios pagos	(1 740)	(2 199)
Outros	(819)	292
	35 072	34 226
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	25 713	26 325

A evolução das Responsabilidades nos últimos 5 anos foi a seguinte:

	30-jun-16	31-dez-15	31-dez-14	31-dez-13	31-dez-12
Valor presente das responsabilidades	72 463	72 229	81 012	252 797	285 220
Justo valor dos ativos dos fundos	46 751	45 905	47 165	176 282	180 662
Défices dos planos	25 713	26 325	33 847	77 097	104 558

O Justo valor dos ativos dos fundos decompõe-se da seguinte forma:

Justo valor por categoria dos ativos dos fundos	30-jun-16	31-dez-15
Instrumentos de capital próprio	12 386	12 879
Instrumentos de dívida	30 255	28 790
Propriedade	3 710	3 836
Outros ativos	400	400
	46 751	45 905

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém em algumas das empresas (PARPÚBLICA, por via da fusão com a Portucel, Companhia das Lezírias, EPAL e INCM) um conjunto de obrigações de benefícios definidos, para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da ex-Portucel, SGPS com mais de cinco anos de serviço têm direito após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida atualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos. Para cobrir esta responsabilidade existe um fundo de pensões autónomo, gerido por uma entidade externa.

A EPAL dispõe de um plano de benefícios sociais para os seus trabalhadores, o qual tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma. As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela empresa. As responsabilidades globais da empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo da empresa. Em 22 de março de 2008, a EPAL alterou o plano de pensões de benefício definido para um plano misto de benefício definido e contribuição definida.

A INCM proporciona aos seus colaboradores, com caráter liberatório, determinados benefícios pós-reforma, nomeadamente cuidados médicos, subsídio pecuniário complementar de funeral e pensões especiais de sobrevivência. Existem outros benefícios pós-reforma mas de difícil previsão de utilização por parte dos colaboradores (refeitórios, etc). A INCM reconhece de imediato todos os ganhos e perdas atuariais do valor das responsabilidades por serviços passados com benefícios pós-emprego de saúde.

A Companhia das Lezírias atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada.

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo PARPÚBLICA foram determinadas por estudos atuariais elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o método “Unidade de Crédito Projetado” e com os seguintes pressupostos dominantes:

	30-Jun-16	31-Dez-15
	Portugal	Portugal
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de rendimento	2,50% - 2,75%	2,50% - 2,75%
Taxa de crescimento		
Salários	0,00% - 2,5%	0,00% - 2,5%
Pensões	0,00% - 1,5%	0,00% - 1,5%
Pensão de reforma da Segurança Social	0,00% - 0,25 %	0,00% - 0,25 %

27 - Adiantamentos de clientes

Os Adiantamentos efetuados por clientes são de 428 milhares de euros (31DEZ15: 1 770 milhares de euros), que correspondem na sua maioria à Companhia das Lezírias com 290 milhares de euros (31DEZ15: 0 milhares de euros) e à INCM com 108 milhares de euros (31DEZ15: 614 milhares de euros).

28 - Fornecedores

Fornecedores	30-jun-16	31-dez-15
Fornecedores c/c	41 340	40 589
Fornecedores - faturas em receção e conferência	3 832	1 892
Outros	2 135	2 152
	47 307	44 633

O montante em dívida a Fornecedores c/c resulta sobretudo de valores a pagar: (i) pelo Grupo AdP com 30 155 milhares de euros (31DEZ15: 30 821 milhares de euros); (ii) pela INCM com 6 563 milhares de euros (31DEZ15: 4 613 milhares de euros); e (iii) pelo Grupo Baía do Tejo com 1 675 milhares de euros (31DEZ15: 1 854 milhares de euros).

29 - Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	30-jun-16		31-dez-15	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Acréscimos de gastos	39 180	-	33 210	-
Fornecedores de investimentos financeiros	481 905	-	481 456	-
Adiantamentos por conta de vendas	5 951	-	30 342	-
Fornecedores de imobilizado	28 999	110 591	34 844	109 649
Pessoal	8 997	-	11 513	-
Outros	45 641	8 554	47 655	9 642
Adiantamento da alienação da SML	78 691	-	9 453	-
	689 365	119 145	648 472	119 291

A rubrica de Acréscimos de gastos – passivo corrente – inclui:

- 34 167 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (31DEZ15: 23 717 milhares de euros) respeitantes a acréscimos de juros, eletricidade, seguros, etc;
- 2 244 milhares de euros da INCM (31DEZ15: 2 900 milhares de euros); e

- 819 milhares de euros do Grupo SIMAB (31DEZ15: 914 milhares de euros) respeitantes a gastos com o imposto municipal sobre imóveis, a gastos com o Edifício CRE no MARL, a remunerações a liquidar e a outros gastos operacionais de funcionamento.

O montante de 481,9 milhões de euros em Fornecedores de investimentos financeiros - passivo corrente (31DEZ15: 481,5 milhões de euros em passivo corrente) é proveniente da PARPÚBLICA e respeita à parte em dívida por aquisições de ações em reforço de posições em associadas, tendo em vista a reprivatização.

Os Adiantamentos por conta de vendas, 5,9 milhões de euros, relacionam-se essencialmente com a venda de propriedades pela Estamo no montante de 4,7 milhões de euros (31DEZ15: 30 milhões de euros).

As dívidas a Fornecedores de imobilizado advêm essencialmente do Grupo AdP com 27,9 milhões de euros em passivo corrente (31DEZ15: 33,2 milhões de euros) e 110,6 milhões de euros em passivo não corrente (31DEZ15: 109,6 milhares de euros).

A rubrica Outros – passivo corrente - inclui, essencialmente:

- 40 614 milhares de euros (31DEZ15: 44 662 milhares de euros) respeitantes a tarifas de saneamento, adiantamentos de subsídios e taxas de subsolo a pagar a municípios, do Grupo AdP; e
- 3 165 milhares de euros (31DEZ15: 1 015 milhares de euros) referentes à PARPÚBLICA.

A rubrica Outros – passivo não corrente-, inclui essencialmente:

- 4 736 milhares de euros (31DEZ15: 4 757 milhares de euros) correspondentes à dívida líquida do Grupo Baía do Tejo à Direção Geral do Tesouro;
- 2 229 milhares de euros (31DEZ15: 3 318 euros) respeitantes ao Grupo AdP; e
- 1 572 milhares de euros (31DEZ15: 1 549 milhares de euros) do Grupo SIMAB, referentes ao valor de cauções de operadores (clientes dos Mercados Abastecedores).

A rubrica de Adiantamento da Alienação da SML respeita na totalidade à SPE e resulta do pagamento efetuado pela ENDIAMA por conta do contrato de promessa de compra e venda da posição da Sociedade Mineira do Lucapa (SML). Este valor apenas poderia ser movimentado após aprovação em assembleia geral de acionistas da SPE dos termos do referido contrato, o que se veio a verificar na Assembleia Geral de 29 de janeiro de 2016. O contrato prevê o pagamento do valor global de 130 milhões de USD em 11 prestações até setembro de 2016. À data de 30 de junho de 2016, os valores recebidos ao abrigo daquele contrato encontram-se disponíveis em contas de depósitos à ordem.

30 - Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros	30-Jun-16		31-dez-15	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
<i>Swaps</i>	-	243 543	-	196 152

A quantia registada em Outros passivos financeiros – passivo não corrente – inclui:

- 224 585 milhares de euros da PARPÚBLICA (31DEZ15: 180 427 milhares de euros) relativos a três swaps associados ao empréstimo obrigacionista de 599 238 milhares de euros (vide nota 25). O valor inicial destes swaps foi de 133 648 milhares de euros, e
- 18 958 milhares de euros (31DEZ15: 15 725 milhares de euros) relativos aos *swaps* de taxa de juro e de taxa de câmbio do Grupo AdP, não integrados na contabilidade de cobertura mensurados pelo justo valor à data de balanço, com base em valorizações indicadas por entidades independentes. Estes *swaps* estão associados a um montante nocional global de 270 milhões de euros.

31 - Vendas e serviços prestados

Rédito das vendas e dos serviços prestados	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Vendas		
Mercado interno	268 367	317 200
Mercado externo	-	90 502
	268 367	407 702
Prestações de serviços		
Mercado interno	223 871	371 194
Das quais: rendas de propriedade de investimento	25 675	26 004
Das quais: rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	23 370	79 137
Mercado externo	1 838	1 024 615
	225 709	1 395 809
Total	494 076	1 803 510

Rendimentos de construção em ativos concessionados - IFRIC 12, no montante de 23 370 milhares de euros (30JUN15: 79 137 milhares de euros) refletem o rédito da atividade de construção em ativos concessionados cujos respetivos custos (sem margem) estão refletidos em Custos de vendas (ver nota 2aa e nota 38).

Pelo relato por segmentos de negócio apresentado na nota 1, o segmento de Águas evidencia-se como o segmento mais significativo contribuindo com cerca de 343 milhões de euros (1º semestre de 2015: 482 milhões de euros), correspondentes a 69% (1º semestre de 2015: 27%) do total de Vendas e Prestações de serviços. O segundo segmento mais significativo é o Gestão e Promoção Imobiliária contribuindo com cerca de 90 milhões de euros (1º semestre de 2015: 82 milhões de euros), correspondentes a 18% (1º semestre de 2015: 5%) do total de Vendas e Prestações de serviços.

O decréscimo ocorrido nas vendas e serviços prestados entre o 1º semestre de 2015 e o 1º semestre de 2016 decorre essencialmente da venda no 2º semestre de 2015 do Grupo TAP (1º semestre de 2015: 1 183 120 milhares de euros) e do Grupo EGF (1º semestre de 2015: 76 475 milhares de euros).

32 - Subsídios à exploração

Subsídios à exploração	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Relacionados com ativos biológicos	1 046	1 000
Outros	-	511
Total	1 046	1 511

Os subsídios à exploração relacionados com ativos biológicos dizem respeito à atividade operacional da Companhia das Lezírias.

No 1º semestre de 2015, a rubrica de Outros incluía os Subsídios à exploração provenientes, essencialmente, do Grupo TAP com um valor de 293 milhares de euros e do Grupo AdP com um valor de 186 milhares de euros.

33 - Quota-parte nos resultados de associadas

Quota-parte nos resultados de associadas	1º semestre 2016	1º semestre 2015
<u>Ganhos pela aplicação do método de equivalência patrimonial</u>		
Parcaixa, SGPS, SA	4 161	3 300
Subtotal	4 161	3 300
<u>Perdas pela aplicação do método de equivalência patrimonial</u>		
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	687	-
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	633
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	1	-
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	40	43
TAP SGPS	20 379	-
Subtotal	21 106	676
TOTAL	(16 946)	2 624

34 - Dividendos de participações ao custo e ao justo valor

Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	1º semestre 2016	1º semestre 2015
GALP	12 343	10 137
Parcaixa	1 566	-
Pharol SGPS, SA (ex PT SGPS SA)	24	-
Outras	572	178
NOS SGPS	18	14
	14 523	10 330

35 - Ganhos/Perdas em alienações de participações

Ganhos/perdas em alienações de participações	1º semestre 2016	1º semestre 2015
EGF	696	-
	696	-

A mais-valia no montante de 696 milhares de euros decorre de um acerto do preço de venda das ações representativas de 95% do capital da EGF, recebido em 2016.

Através do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, o Governo aprovou o processo de reprivatização da EGF mediante a alienação de 100% das ações representativas do seu capital social, detido pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-B/2014, de 19 de setembro, foi selecionado o Agrupamento SUMA, constituído pelas empresas Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., Mota - Engil Ambiente e Serviços, SGPS, S.A, e Urbaser, S.A., como vencedor do concurso público de reprivatização da EGF. No dia 6 de novembro de 2014 foi assinado o contrato de compra e venda de 95% do capital social da EGF entre a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e a Suma Tratamento, S.A., empresa constituída pelos membros do Agrupamento SUMA. Os restantes 5% do capital estão reservados para aquisição pelos trabalhadores do universo EGF, a ocorrer após a conclusão da transação.

No final de julho de 2015, e após decisão favorável da Autoridade da Concorrência, efetuou-se, a transmissão das ações representativas de 95% do capital social desta empresa à SUMA

Tratamento, S.A., pelo montante de 154 milhões de euros, tendo sido gerada uma mais-valia contabilística de 75,4 milhões de euros, registada em rendimentos de participações sociais no segundo semestre de 2015, pelo que não afetam os resultados das presentes demonstrações financeiras, com exceção de um acerto ao preço recebido em 2016.

36 - Variação nos inventários da produção

Variação nos inventários da produção (variação da produção)	1º semestre 2016			1º semestre 2015		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários iniciais ¹	(12 278)	(2 193)	(16 153)	(10 743)	(2 131)	(30 148)
Regularização de inventários ¹	185	-7	(2 094)	11	0	(1 604)
Inventários finais ¹	12 262	1 760	19 884	11 959	2 192	35 227
Variação da produção	169	-441	1 637	1 226	60	3 475
			1 366			4 761

¹ para efeitos de demonstração da variação dos inventários da produção incluem-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

37 - Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos para a própria entidade	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	42	10
Outros ativos não correntes	4 967	6 106
	5 009	6 116
Ativo corrente		
Inventários	-	286
	-	286
TOTAL	5 009	6 402

Os Trabalhos para a própria entidade relativos aos Outros ativos não correntes, no montante de 4 967 milhares de euros (1º semestre de 2015: 6 106 milhares de euros) respeitam maioritariamente à capitalização de gastos incorporados na formação do custo dos direitos de utilização de infraestruturas do Grupo AdP, assim decompostos:

- Gastos financeiros – 1 957 milhares de euros (1º semestre de 2015: 1 550 milhares de euros);

- Fornecimentos e serviços externos – 1 459 milhares de euros (1º semestre de 2015: 2 092 milhares de euros); e
- Gastos com o pessoal – 1 292 milhares de euros (1º semestre de 2015: 2 464 milhares de euros).

Os Trabalhos para a própria entidade relativos a Inventários, no montante de 286 milhares de euros no 1º semestre de 2015, dizem respeito a Gastos com o pessoal e Outros gastos incluídos no custo de aquisição/produção de inventários com duração superior a um ano do Grupo TAP.

38 – Custo das vendas

Custo das Vendas	1º semestre 2016			1º semestre 2015		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais ¹	832 140	17 450	849 590	836 502	134 011	970 514
Compras ¹	4 033	17 396	21 429	74 725	92 669	167 394
Regularização de existências	(11 087)	389	(10 698)	(8 640)	1 782	(6 858)
Inventários finais ¹	(771 942)	(11 579)	(783 521)	(795 271)	(130 859)	(926 129)
Inventários consumidos e vendidos	53 144	23 657	76 801	107 317	97 604	204 921
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)			23 370			79 137
			100 171			284 058

¹ para efeitos de demonstração do CMVMC incluem-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

O Custo das vendas no montante de 100 171 milhares de euros (1º semestre de 2015: 284 059 milhares de euros) inclui essencialmente:

- 53 025 milhares de euros (1º semestre de 2015: 47 891 milhares de euros) de imóveis da Estamo;
- 31 597 milhares de euros (1º semestre de 2015: 94 890 milhares de euros) relativos a reagentes e contadores do Grupo AdP, dos quais 23 370 milhares de euros (1.º semestre de 2015: 79 137 milhares de euros) relativos aos Gastos de construção em ativos concessionados - IFRIC 12, que refletem (sem margem) o rédito da atividade de construção em ativos concessionados (ver nota 2aa e nota 31); e

- 14 027 milhares de euros (1º semestre de 2015: 12 687 milhares de euros) de moedas e outros bens relativos à INCM.

Os movimentos de Regularização de existências de Mercadorias no 1º semestre de 2016, respeitam essencialmente à Estamo (11 087 milhares de euros de ajustamentos negativos).

O decréscimo ocorrido no custo das vendas entre o 1º semestre de 2015 e o 1º semestre de 2016 decorre essencialmente da venda no 2º semestre de 2015 do Grupo TAP (1º semestre de 2015: 126 773 milhares de euros) e do Grupo EGF (1º semestre de 2015: 5 898 milhares de euros).

39 - Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Outros materiais e serviços consumidos	52 948	132 665
Subcontratos	16 648	26 509
Trabalhos especializados	15 286	67 416
Conservação e reparação de outros ativos	14 996	27 193
Rendas e alugueres	4 543	37 260
Seguros	2 958	8 426
Vigilância e segurança	1 250	5 220
Honorários	281	3 129
Combustíveis	231	336 292
Comissões	119	15 732
Assistência por terceiros nos aeroportos	-	74 914
Taxas de navegação aérea	-	71 970
Conservação e reparação de equipamento de voo	-	43 884
Locação operacional de aviões	-	38 374
Taxas de aterragem	-	35 656
Despesas a bordo	-	23 610
Encargos especiais da atividade de venda - atividade de transporte aéreo	-	13 846
Alojamento e alimentação nas escalas	-	12 862
	109 261	974 957

O segmento de atividade que mais contribuiu para esta rubrica da demonstração dos resultados foi o setor de Águas, representando 86% (12% no 1º semestre de 2015) dos gastos incorridos.

Os outros materiais e serviços consumidos são o gasto mais representativo, 48% do total de Fornecimentos e serviços externos. Advêm essencialmente:

- do Grupo AdP com 46 128 milhares de euros (1º semestre de 2015: 52 136 milhares de euros), dos quais 34 147 milhares de euros de gastos com eletricidade (1º semestre de 2015: 31 202 milhares de euros); e

- da INCM com 4 084 milhares de euros (1º semestre 2015: 3 982 milhares de euros).

As rubricas subcontratos, trabalhos especializados e conservação e reparação de outros ativos resultam maioritariamente do Grupo AdP em 15 922 milhares de euros, 11 667 milhares de euros e 13 675 milhares de euros, respetivamente.

O decréscimo ocorrido nos fornecimentos e serviços externos entre o 1º semestre de 2015 e o 1º semestre de 2016 decorre essencialmente da venda no 2º semestre de 2015 do Grupo TAP (1º semestre de 2015: 841 806 milhares de euros) e do Grupo EGF (1º semestre de 2015: 27 207 milhares de euros).

40 - Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Remunerações	47 295	279 697
Encargos sociais	10 918	57 246
Outros gastos com o pessoal	5 337	27 115
Gastos com benefícios de reforma	57	6 827
	63 607	370 885

As retribuições pagas aos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA e das suas subsidiárias durante o 1º semestre de 2016, foram:

- Mesa da Assembleia Geral: 4,45 milhares de euros
- Conselho de Administração: 1 138,67 milhares de euros
- Revisor Oficial de Contas: 136 milhares de euros

Os outros gastos com o pessoal advêm essencialmente do Grupo AdP com 3 112 milhares de euros no 1º semestre de 2016 e 3 502 milhares de euros no 1º semestre de 2015.

O decréscimo ocorrido nos gastos com pessoal entre o 1º semestre de 2015 e o 1º semestre de 2016 decorre essencialmente da venda no 2º semestre de 2015 do Grupo TAP (1º semestre de 2015: 284 144 milhares de euros) e do Grupo EGF (1º semestre de 2015: 20 164 milhares de euros).

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Gastos com benefícios de reforma	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Custo do serviço corrente	60	3 322
Custo de juros	(16)	2 739
Outros	13	766
TOTAL	57	6 827

O decréscimo ocorrido nos gastos com benefícios de reforma entre o 1º semestre de 2015 e o 1º semestre de 2016 decorre essencialmente da venda do Grupo TAP (1º semestre de 2015: 6 660 milhares de euros).

41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)

Ajustamentos em inventários	1º semestre 2016		1º semestre 2015	
	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários
Produtos acabados e intermédios	-	202	-	45
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	50	660	808
	-	252	660	853
		252		193

As perdas e reversões dos ajustamentos em inventários são registadas em função do valor realizável líquido estimado no final de cada período.

42 - Imparidade de dívidas a receber

Imparidade de dívidas a receber	1º semestre 2016		1º semestre 2015	
	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber
Clientes	5 260	181	22 759	400
Contas a receber - não corrente	-	-	150	346
Outras contas a receber - correntes	1 788	8	26	23
Outros ativos e passivos financeiros	-	-	370	-
	7 048	188	23 306	769
		(6 859)		(22 537)

As quantias registadas nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber (vide notas 14 e 17) encontram-se líquidas das perdas de imparidade acumuladas.

O reforço efetuado em Ajustamentos em Clientes e Outras contas a receber – correntes resulta essencialmente do Grupo AdP pelo reconhecimento de uma imparidade no exercício no montante aproximado de 5,2 milhões (vide Nota 14) e de 1,8 milhões de euros, respetivamente.

43 - Provisões

Provisões (gastos / reversões)	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Provisão para processos judiciais em curso	-	431
Benefícios de Reforma e Equivalentes / Pensões	46	-
Impostos	-	(490)
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	-	3
Outras provisões	302	243
	348	187

As principais variações encontram-se discriminadas na nota 24, destacando-se os montantes de Outras provisões na INCM (884 milhares negativos) e no Grupo AdP (471 milhares positivos).

44 - Imparidade de investimentos

Não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos não depreciables	1º semestre 2016		1º semestre 2015	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos não depreciables				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Outros ativos financeiros				
Outros	-	207	-	-
Obrigações do tesouro INCM	-	-	-	-
Sociedade Mineira do Lucapa	-	-	-	-
	-	207	-	-
		207		-

As Reversões das perdas por imparidade referentes a Outros ativos financeiros advêm da Baía do Tejo.

Depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos depreciables	1º semestre 2016		1º semestre 2015	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos tangíveis depreciables				
Terrenos e recursos naturais	-	-	2 624	26
Edifícios e outras construções	-	-	461	-
	-	-	3 085	26
Ativos fixos intangíveis depreciables				
Gerados Internamente				
Com vida útil finita	-	-	-	-
	-	-	-	-
	-	-	3 085	26
		-		(3 059)

As perdas por imparidade reconhecidas no valor de 3 085 milhares de euros no 1º semestre de 2015 decorrem essencialmente da avaliação efetuada no âmbito do processo de venda da CE, o qual não se concretizou.

45 - Aumentos / reduções de justo valor

Aumentos / reduções de justo valor	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Ajustamentos positivos		
Ativos biológicos	447	413
Ganhos de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros	109 884	122 527
Ganhos de outros investimentos financeiros	265	298
Outros ajustamentos		
Swaps de taxa de juro		25 845
Outros	-	1 455
	110 596	150 538
Ajustamentos negativos		
Propriedades de investimento	3 080	1 209
Ativos biológicos	273	226
Outros ajustamentos		
Opção sobre ações da GALP	-	24 710
Outros	47 839	-
	51 192	26 144
	59 404	124 394

Os ajustamentos positivos e negativos de justo valor em ativos biológicos respeitam na sua totalidade à Companhia das Lezírias.

Os métodos utilizados para a determinação do justo valor encontram-se discriminados na nota 9 – Ativos Biológicos.

Os Ganhos/Perdas de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e os aumentos/reduções de justo valor referente a Outros (valores líquidos) podem ser sintetizados, como se segue:

	1º semestre 2016			1º semestre 2015		
	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos
Ganhos de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros:						
Ações GALP (*)	105 991	-	105 991	122 527		122 527
	105 991	-	105 991	122 527	-	122 527
Outros ajustamentos:						
Opção sobre ações da GALP	3 893		3 893	-	24 710	(24 710)
Swaps de taxa de juro	-			25 845		25 845
Swaps ELOS	-	44 158	(44 158)		-	-
Swaps de taxas de câmbio		3 681	(3 681)	1 455		1 455
	3 893	47 839	-43 946	27 300	24 709	2 590
	109 884	47 839	62 045	149 827	24 709	125 117

(*) Participações sociais em empresas que não se qualificam como subsidiárias ou associadas

O justo valor das ações é fundamentado na cotação na NYSE Euronext e o justo valor dos derivados é baseado no *mark to market* determinado por entidades financeiras internacionais.

46 - Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos operacionais	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Rendimentos suplementares	3 638	26 896
Ganhos em existências	350	44
Ganhos em imobilizações	32	211
Outros rendimentos e ganhos de propriedades de investimento	1 275	1 400
Descontos de pronto pagamento obtidos	55	125
Outros juros obtidos	9 766	22 430
Outros rendimentos e ganhos	1 473	7 775
Diferenças de câmbio favoráveis	2 205	785
Total	18 794	59 668

Os Rendimentos suplementares advêm, maioritariamente, do segmento de Águas com um montante de 2 912 milhares de euros (1º semestre de 2015: 3 454 milhares de euros).

Os juros obtidos, no montante de 9 766 milhares de euros (1º semestre de 2015: 22 430 milhares de euros), advêm, maioritariamente, do segmento de Águas com um montante de 8 627 milhares de euros (1º semestre de 2015: 18 300 milhares de euros).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, no montante de 1 473 milhares de euros é composta maioritariamente pelo Grupo AdP em 806 milhares de euros (1º semestre de 2015: 1 267 milhares de euros) e pela Estamo no montante de 464 milhares de euros (1º semestre de 2015: 4 999 milhares de euros).

O decréscimo ocorrido em Outros rendimentos e ganhos entre o 1º semestre de 2015 e o 1º semestre de 2016 decorre essencialmente da venda no 2º semestre de 2015 do Grupo TAP (1º semestre de 2015: 25 805 milhares de euros) e do Grupo EGF (1º semestre de 2015: 3 446 milhares de euros).

47 - Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas operacionais	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Impostos	4 952	12 347
Perdas em imobilizações	16	921
Perdas em existências	262	995
Multas e penalidades	2	268
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2 276	14 436
Descontos de pronto pagamento obtidos	6	6
Gastos e perdas de serviços financeiros	12	2 388
Outros	5 055	9 806
	12 581	41 168

A rubrica de Impostos inclui 2 447 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2015: 4 622 milhares de euros) e 1 859 milhares de euros da INCM (1º semestre de 2015: 2 196 milhares de euros).

Relativamente às Perdas em existências, estas referem-se à INCM com um montante de 253 milhares de euros (1º semestre de 2015: 249 milhares de euros).

As Diferenças de câmbio desfavoráveis são provenientes na sua quase totalidade da SPE com um total de 2 217 milhares de euros.

A rubrica de Outros inclui essencialmente:

- 3 931 milhares de euros (1º semestre de 2015: 5 832 milhares de euros) da Estamo; e
- 806 milhares de euros (1º semestre de 2015: 1 113 milhares de euros) do Grupo AdP

O decréscimo ocorrido nos outros gastos e perdas entre o 1º semestre de 2015 e o 1º semestre de 2016 decorre essencialmente da venda no 2º semestre de 2015 do Grupo TAP (1º semestre de 2015: 25 510 milhares de euros) e do Grupo EGF (1º semestre de 2015: 1 323 milhares de euros).

48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	77	87
Edifícios e outras construções	5 542	8 533
Equipamento básico	10 636	38 360
Equipamento de transporte	96	197
Ferramentas e utensílios	1	732
Equipamento administrativo	844	1 667
Outras imobilizações corpóreas	2 763	3 082
Plantas destinadas à produção	-	35
	19 959	52 693
Outros ativos intangíveis		
Gerados internamente		-
Com vida útil indefinida	-	-
Com vida útil finita	-	-
Outros ativos fixos intangíveis		
Com vida útil indefinida	-	-
Com vida útil finita	91 126	109 248
	91 126	109 248
Propriedades de investimento (método do custo)	-	47
Ativos biológicos (método do custo)	35	-
Total	111 120	161 988

O decréscimo ocorrido nos gastos/reversões de depreciação e de amortização entre o 1º semestre de 2015 e o 1º semestre de 2016 decorre essencialmente da venda no 2º semestre de 2015 do Grupo TAP (1º semestre de 2015: 32 493 milhares de euros) e do Grupo EGF (1º semestre de 2015: 28 980 milhares de euros).

O Grupo AdP é responsável por cerca de 93% (75% no 1º semestre de 2015) das amortizações.

49 - Subsídios ao investimento

Os Subsídios ao investimento no montante de 27 690 milhares de euros (1º semestre de 2015: 36 317 milhares de euros) advêm maioritariamente do segmento de Águas.

50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados

Juros e outros rendimentos e gastos de financiamento	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Gastos e perdas		
Juros suportados	115 840	153 898
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	13 176
Outros gastos e perdas financeiros	13 316	10 635
	129 156	177 708

Os Juros suportados de financiamentos no montante de 115 840 milhares de euros (1º semestre de 2015: 153 898 milhares de euros) incluem:

- 84 952 milhares de euros da PARPÚBLICA (1º semestre de 2015: 92 501 milhares de euros); e
- 30 111 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2015: 39 068 milhares de euros).

Os Outros gastos e perdas financeiros, no montante de 13 316 milhares de euros (1º semestre de 2015: 10 635 milhares de euros) referem-se a:

- 10 349 milhares de euros da PARPÚBLICA (1º semestre de 2015: 6 439 milhares de euros) relativos a gastos/pagamentos efetivos nos contratos de swaps de taxa de juro e as comissões nos financiamentos; e
- 2 905 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2015: 2 669 milhares de euros).

O decréscimo ocorrido nos juros e outros rendimentos e gastos de financiamento entre o 1º semestre de 2015 e o 1º semestre de 2016 decorre essencialmente da venda no 2º semestre de 2015 do Grupo TAP (1º semestre de 2015: 98 940 milhares de euros) e do Grupo EGF (1º semestre de 2015: 2 076 milhares de euros).

51 - Imposto sobre o rendimento do período

Impostos sobre o rendimento (DR)	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Gasto/rendimento por impostos correntes	23 524	38 373
Gasto/rendimento relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias	3 985	618
Benefícios provenientes de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes	-	450
Gasto provenientes de redução ou reversão de um ativo por impostos diferidos	450	(5)
Outros	(708)	43
TOTAL	27 252	39 479

Impostos sobre o rendimento - relação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Resultado antes de imposto	73 711	13 537
Taxa	22,5%	22,5%
Produto	16 585	3 046
Rendimentos e gastos não dedutíveis ou não tributáveis	(138)	(2 393)
Ativos e passivos por impostos diferidos	(571)	198
Derrama estadual	4 623	4 464
Tributações autónomas	7	1 436
Diferenças temporárias	(340)	(1 407)
Utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	583	(131)
Outros	6 453	34 267
TOTAL	27 252	39 479

Prejuízos fiscais não relevados como ativos por impostos diferidos (por data de extinção):	1º semestre 2016	1º semestre 2015
N	-	15 547
N+1	91 971	26 125
N+2	3 533	9 054
N+3	1 916	96 611
N+4	3 367	2 016
N+5	748	499
N+11	255 955	
TOTAL	358 816	149 852

Os Impostos sobre o rendimento do período no montante de 27 252 milhares de euros (1º semestre de 2015: 39 183 milhares de euros) correspondem na generalidade ao Grupo AdP (1º semestre de 2016: 18 210 milhares de euros; 1º semestre de 2015: 26 962 milhares de euros).

O Grupo PARPÚBLICA está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). O cálculo do imposto corrente do exercício a 30 de junho de 2016 corresponde à taxa anual de 21%, acrescida de Derrama Estadual e Derrama Municipal. A Derrama Municipal incide sobre o lucro tributável com uma taxa máxima de 1,5%. A Derrama Estadual incide sobre o lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros a uma taxa de 3%, superior a 7,5 milhões de euros a uma taxa de 5% e superior a 35 milhões de euros a uma taxa de 7%.

As declarações de autoliquidação, do Grupo PARPÚBLICA ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. O Conselho de Administração do Grupo PARPÚBLICA entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de junho de 2016.

52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido

Interesses que não controlam (resultado líquido)	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Interesses que não controla (resultado líquido)		
Grupo AdP (exceto EGF - detido para venda)	14 158	15 312
EGF - detido para venda	-	1 308
Cateringpor	-	466
LFP	-	1 622
SAGESECUR	78	72
ECODETRA	(5)	(5)
Margueira	62	62
SPE	(133)	(214)
MARL, SA	255	211
MARF, SA	39	(1)
MARE, SA	31	19
MARB, SA	10	6
	14 497	18 858

53 - Unidades operacionais descontinuadas

O resultado no primeiro semestre de 2016 relativo às unidades operacionais descontinuadas respeita a um acerto no preço de venda da EGF (ver nota 35).

Os resultados e os fluxos de caixa no primeiro semestre de 2015 relativos às unidades operacionais descontinuadas respeitam às operações descontinuadas da TAP e EGF.

Os resultados e os fluxos de caixa no 1º semestre de 2016 e 1º semestre de 2015 relacionados com unidades operacionais descontinuadas são os seguintes:

RUBRICAS	1º semestre 2016 (Não auditado)	1º semestre 2015 Reexpresso (Não auditado)
Vendas e serviços prestados	-	1 259 595
Subsídios à exploração	-	310
Quota-parte nos resultados de associadas	-	(632)
Ganhos/ perdas em alienações de participações	696	-
Variação nos inventários da produção	-	1 671
Trabalhos para a própria entidade	-	539
Custo das vendas	-	(132 671)
Fornecimentos e serviços externos	-	(869 013)
Gastos com o pessoal	-	(304 308)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	148
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	(1 671)
Provisões (aumentos / reduções)	-	630
Aumentos / reduções de justo valor	-	(201)
Outros rendimentos e ganhos	-	29 251
Outros gastos e perdas	-	(26 833)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	696	(43 185)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	(61 473)
Subsídios ao investimento	-	9 166
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	696	(95 492)
Juros e gastos similares suportados	-	(37 460)
Resultado antes de impostos	696	(132 952)
Imposto sobre o rendimento do período	-	(4 962)
Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas	696	(137 914)
Resultado líquido dos interesses que não controlam	-	3 396
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	696	(141 310)

Fluxos de caixa líquidos atribuíveis às unidades operacionais descontinuadas

RUBRICAS	Notas	1º semestre 2016 (Não auditado)	1º semestre 2015 (Não auditado)
Fluxos das:			
Atividades de exploração		-	90 345
Atividades de investimento		-	(31 399)
Atividades de financiamento		-	(80 931)
		-	(21 985)

O Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas no montante de 696 milhares de euros em junho de 2016 inclui a mais valia decorrente de um acerto do preço de venda das ações representativas de 95% do capital da EGF (ver nota 35 – Ganhos/Perdas em alienações de participações).

O Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas no montante de 137 914 milhares de euros negativos no 1º semestre de 2015 inclui:

- 140 893 milhares de euros negativos referentes à TAP; e
- 2 978 milhares de euros referentes à EGF.

54 - Entidades Relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do Grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações das principais empresas do Grupo PARPÚBLICA com entidades relacionadas são:

Saldos e transações com entidades relacionadas em 30-jun-16	Total	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	442 417	31 869	-	410 548
Saldos passivos	107 456	325	-	107 131
Rendimentos	192 912	1 760	-	191 152
Gastos	4 101	1 143	273	2 685

Saldos e transações com entidades relacionadas em 30-Jun-15	Total	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	390 530	9 804	-	380 726
Saldos passivos	56 779	10 542	-	46 237
Rendimentos	109 835	4 051	-	105 784
Gastos	41 475	39 187	188	2 100

Os termos ou condições praticados entre o Grupo PARPÚBLICA e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

55 - Ativos e passivos financeiros

1) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo PAPÚBLICA apresentam-se da seguinte forma:

Ativos e Passivos Financeiros	30-jun-16						Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
Ativos							
Ativo não corrente							
Participações financeiras - outros métodos	-	3 100	754 441	-	-	-	757 542
Outros ativos financeiros	4 683 483	11	4 085	2 718	-	-	4 690 297
Outras contas a receber	108 517	-	-	-	-	-	108 517
	4 791 999	3 111	758 526	2 718	-	-	5 556 355
Ativo corrente							
Clientes	474 051	-	-	-	-	-	474 051
Adiantamentos a fornecedores	5 958	-	-	-	-	-	5 958
Outras contas a receber	143 562	-	-	-	-	-	143 562
Outros ativos financeiros	-	4	8 646	790	-	-	9 440
Caixa e depósitos bancários	436 550	-	-	-	-	-	436 550
	1 060 121	4	8 646	790	-	-	1 069 561
Total do ativo	5 852 121	3 115	767 172	3 508	-	-	6 625 916
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	5 866 460	5 866 460
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	119 145	119 145
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	243 543	-	243 543
	-	-	-	-	243 543	5 985 605	6 229 148
Passivo corrente							
Fornecedores	-	-	-	-	-	47 307	47 307
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	428	428
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	18	18
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	490 729	490 729
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	689 365	689 365
	-	-	-	-	-	1 227 846	1 227 846
Total do passivo	-	-	-	-	243 543	7 213 452	7 456 994
Valor Líquido	5 852 121	3 115	767 172	3 508	(243 543)	(7 213 452)	(831 078)

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	30-jun-16			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	747 107	12 731	-	759 838
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	7 335	-	-	7 335
	754 441	12 731	-	767 172
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	238 363	-	238 363
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	5 180	-	5 180
	-	243 543	-	243 543

Ativos e Passivos Financeiros	31-dez-15						
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos							
Ativo não corrente							
Participações financeiras - outros métodos	-	3 100	646 292	-	-	-	649 392
Outros ativos financeiros	4 685 238	11	4 844	3 195	-	-	4 693 288
Outras contas a receber	126 378	-	-	-	-	-	126 378
	4 811 616	3 111	651 136	3 195	-	-	5 469 058
Ativo corrente							
Clientes	429 210	-	-	-	-	-	429 210
Adiantamentos a fornecedores	5 324	-	-	-	-	-	5 324
Outras contas a receber	96 311	-	-	-	-	-	96 311
Outros ativos financeiros	-	4	7 924	2 286	-	-	10 214
Caixa e depósitos bancários	380 025	-	-	-	-	-	380 025
	910 870	4	7 924	2 286	-	-	921 084
Total do ativo	5 722 486	3 115	659 060	5 481	-	-	6 390 141
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	3 894	5 783 720	5 787 614
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	119 291	119 291
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	196 152	-	196 152
	-	-	-	-	200 046	5 903 011	6 103 057
Passivo corrente							
Fornecedores	-	-	-	-	-	44 633	44 633
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	1 770	1 770
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	18	18
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	569 316	569 316
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	648 472	648 472
	-	-	-	-	-	1 264 210	1 264 210
Total do passivo	-	-	-	-	200 046	7 167 221	7 367 267
Valor Líquido	5 722 486	3 115	659 060	5 481	(200 046)	(7 167 221)	(977 126)

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	31-dez-15			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	640 059	12 768	-	652 827
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	6 233	-	6 233
	640 059	19 001	-	659 060
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	195 407	-	195 407
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	4 639	-	4 639
	-	200 046	-	200 046

Mensurações pelo justo valor

i) Justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente

Alguns dos ativos e passivos do Grupo PARPÚBLICA encontram-se mensurados pelo justo valor no final de cada período de relato. O quadro que se segue apresenta informação relativamente à forma como os justos valores destes ativos e passivos financeiros são determinados, nomeadamente as técnicas de avaliação e os dados (input) utilizados nestas mensurações:

Ativos / Passivos financeiros	30-jun-16	31-dez-15	Técnicas de avaliação utilizadas
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	759 838	652 827	
Ações da Galp detidas pela Parpública	747 107	640 059	Cotações em mercado ativo (NYSE Euronext)
UP do Fundo Imopoupança	10	10	O justo valor das UP do Fundo Imopoupança resulta da mensuração pelo valor patrimonial divulgado pela respetiva sociedade gestora no final de 30 de junho de 2016
UP do Fundo Fundiestamo I	8 636	7 913	Como não existe um preço diretamente observável no mercado, que possa ser assumido como o justo valor destas UP, dada a escassez de transações em mercado e por estas terem por referência o preço oferecido ao abrigo de um contrato de criação de liquidez, identificaram-se técnicas alternativas de mensuração do justo valor, nomeadamente, o valor patrimonial destas UP (VUP) divulgado pela CMVM. O VUP resulta do rácio entre o total do Capital Próprio e o número de unidades de participação. Considerando que os ativos deste Fundo são essencialmente imóveis sujeitos a avaliações periódicas, o valor dos Capitais Próprios é a uma boa aproximação ao justo valor. Dadas as condições atuais de mercado, considera-se que esta metodologia é mais representativa do justo valor destas UP.
Aplicações financeiras junto da banca comercial - obrigações sénior	4 085	4 756	O justo valor dos instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se por exemplo os derivados over-the-counter.
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	7 335	6 233	
Ações	7 335	6 233	Cotações em mercado ativo (NYSE Euronext)
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	238 363	195 407	
SWAPs de taxa de juro da Parpública	224 585	180 427	O justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se por exemplo os derivados over-the-counter.
Opção em empréstimo obrigacionista da Parpública	-	3 894	
SWAPs de taxa de juro da AdP	13 778	11 085	a)
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	5 180	4 639	
Swaps da AdP	5 180	4 639	a)

a) A AdP recorre a derivados com o único objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito. De acordo com as suas políticas financeiras, a AdP não utiliza derivados para negociação. Apesar de os derivados contratados pela AdP corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados determinados por entidades externas, tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado. Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado. Os instrumentos financeiros associados aos empréstimos do Depfa (Nacional de 50 milhões de euros) são considerados instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, e por tal a respetiva variação de justo valor é contabilizada diretamente nos capitais próprios a partir de 2012. Foram efetuadas as avaliações de efetividade dos instrumentos, cujos resultados ficaram dentro do intervalo de 80% a 125%.

ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros que não estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente (mas são requeridas divulgações de justo valor)

A quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao justo valor aproxima-se do seu justo valor, com exceção das seguintes situações:

	30-Jun-2016		31-Dez-2015	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Passivos Financeiros				
Financiamentos obtidos	6 357 189	6 072 253	6 356 930	6 210 618
Total	6 357 189	6 072 253	6 356 930	6 210 618

As principais diferenças do justo valor face ao valor escriturado dos financiamentos obtidos refletem a evolução da taxa de juro de mercado relativamente a financiamentos contratados com taxa fixa.

56 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que o Grupo está exposto, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de mercado, o qual inclui três tipos de risco: (i) risco cambial – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio; (ii) risco de taxa de juro – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado; e (iii) risco de preço – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento

individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado.

- Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. O Grupo PARPÚBLICA encontra-se sujeito a risco de crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.
- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que o Grupo venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um ativo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor.

Pela sua expressão no Grupo PARPÚBLICA, merecem referência as seguintes entidades: PARPÚBLICA e Grupo AdP.

PARPÚBLICA

No exercício da sua atividade a PARPÚBLICA identifica as seguintes áreas de riscos financeiros que podem afetar o seu valor patrimonial ou o interesse de terceiros: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez, e (iii) risco de mercado, pela taxa de juro e pelo preço.

i) Risco de Crédito

O risco de crédito, associado à possibilidade de a parte devedora num instrumento financeiro não honrar as suas obrigações, decorre fundamentalmente das aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria (risco que está mitigado, pois estas aplicações são efetuadas junto do IGCP), das contrapartes dos *swaps* e dos destinatários dos suprimentos concedidos.

Os suprimentos são concedidos a empresas cujas políticas financeiras são controladas (subsidiárias) para aplicação em investimentos com retorno adequado. Os suprimentos são aprovados pela Comissão Executiva da PARPÚBLICA e são remunerados a taxas de mercado.

ii) Risco de Liquidez

O risco de liquidez, associado à possibilidade de a entidade não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está integralmente coberto pelo Orçamento do Estado, na sequência da integração da PARPÚBLICA no perímetro de consolidação orçamental do Estado, com efeitos a 1 de janeiro de 2015 tendo as necessidades de financiamento não cobertas pelos recursos próprios da PARPÚBLICA a ser supridas tempestivamente com entregas da DGTF, que têm vindo a assumir a natureza de realização de capital já subscrito.

A segmentação da dívida por natureza de instrumentos e por tempo remanescente até à maturidade é a seguinte (valores nominais em milhões de euros):

30-06-2016	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>5 anos	Total
Financiamentos						3862,2
Papel Comercial						0,0
<i>Eurobonds</i>				650,0	850,0	1500,0
Obrigações Permutáveis Galp			885,0			885,0
Outras Obrigações	170,0			750,0		920,0
Financiamento Bancário		21,0	21,0	63,1	452,1	557,2

31-12-2015	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>5 anos	Total
Financiamentos						3872,7
Papel Comercial						0,0
<i>Eurobonds</i>				650,0	850,0	1500,0
Obrigações Permutáveis Galp			885,0			885,0
Outras Obrigações	170,0			750,0		920,0
Financiamento Bancário		21,0	21,0	63,1	462,6	567,7

As cláusulas de *covenant* existentes nos instrumentos de dívida são as seguintes:

Financiamentos	Covenants
<i>Eurobonds</i>	
Bonds 500M€ - 2005, due 2020	<i>Cross Default / Force Majeure</i>
Bonds 150M€ - 2005, due 2020	<i>Cross Default</i>
Bonds 250M€ - 2006, due 2026	<i>Cross Default</i>
Bonds 600M€ - 2014, due 2021	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Obrigações Permutáveis Galp 885, 65M€ - 2010, due 2017	<i>Cross Default / Negative Pledge / Restrictions on Activity</i>
Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 170M€ - 2013/2016	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 750M€ - 2014/2019	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Financiamento Bancário 599,2M€	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>

iii) *Risco de Mercado*

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro respeita à possibilidade de, por alteração das taxas de juro no mercado, existir variação da remuneração de instrumentos financeiros a taxa variável ou variação no justo valor de instrumentos financeiros a taxa fixa.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo, cerca de 61,1% da mesma vence juros a taxa de juro fixa e cerca de 38,9% vence juros a taxa de juro variável.

A PARPÚBLICA mantém três estruturas de *swaps* de taxa de juro *plain vanilla* (*swap* de taxa variável para taxa fixa). O montante *nominal* total das três estruturas é de 432,4 milhões de euros. O conjunto das três estruturas teve os seguintes impactos (milhares de euros):

	1º Semestre de 2016	2015
Fluxos de caixa líquidos	-10 320	-16 622
Ganhos (Perdas) por variação do justo valor após o reconhecimento inicial	-44 158	22 044

Os fluxos previsionais dos juros da dívida de médio e longo prazo e dos fluxos dos *swaps* eram os seguintes:

30-Jun-16

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-142 551,7	-378 701,1	-368 387,5	-889 640,3
Fluxos dos <i>swaps</i>	-20 611,2	-73 174,8	-137 456,2	-231 242,2

31-Dez-15

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-149 470,1	-404 273,9	-417 965,3	-971 709,3
Fluxos dos <i>swaps</i>	-20 482,9	-66 699,0	-106 343,6	-193 525,5

Risco do Preço

O risco de preço entende-se pela possibilidade do valor de um instrumento financeiro flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores sistémicos. No caso específico do empréstimo obrigacionista de montante nominal de 885,65 milhões de euros, com opção embutida em favor dos investidores de permutarem as obrigações por ações da GALP detidas na carteira, o risco coloca-se essencialmente pelos efeitos da variação da cotação destas ações.

O financiamento de 885,65 milhões de euros tem vencimento em 28 de setembro de 2017, com a possibilidade de (i) os investidores poderem trocar as obrigações por ações Galp a partir de março de 2013, (ii) a empresa exercer uma *call* e reembolsar as obrigações a partir de 13 de outubro de 2013, em determinadas condições, e (iii) os investidores poderem pedir o reembolso das obrigações em de 28 de setembro de 2015. Nesta última data, verificou-se o exercício dessa opção por parte de investidores (*Investor Put*), num total de 14 obrigações, ou seja, um total de 700 mil euros que a PARPÚBLICA liquidou. Nessa sequência, o total do financiamento a vencer em 28 de setembro de 2017 passou a ser de 884,95 milhões de euros.

No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos.

A componente base (*bond floor*) e a opção embutida destes empréstimos estão separadas contabilisticamente sendo mensuradas de acordo com o referido em 2j. O valor da primeira componente é determinada fundamentalmente pelos níveis de taxa de juro no mercado, sendo que, no segundo caso, os principais determinantes do valor são o comportamento da cotação das ações subjacente, a respetiva volatilidade, níveis de taxas de juro e o tempo restante até à maturidade.

Pela mensuração pelo justo valor das opções e também das ações subjacentes, são reconhecidos os efeitos líquidos anuais decorrentes da evolução das cotações do ativo subjacente. Esses efeitos foram os seguintes (em milhões de euros):

	1º Semestre de 2016	2015
Variação do valor das opções	+3,9	-2,5
Variação do valor do ativo subjacente	+109,1	+143,5
Ganho líquido/ Perda Líquida	+113,0	+141,0

Os efeitos na opção embutida nas obrigações permutáveis em ações da Galp por variações positivas e negativas de 15% na cotação das ações em 30 de junho de 2016 seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP						
Ações da GALP			Opção			Var. líquida (M€)
Cotação	Valor (M€)	Variação	Valor %	Valor (M€)	Variação	
12,50	747,1	-	0,00%	0,0	-	-
14,38	859,2	15,0%	5,30%	46,9	-	65,2
10,63	635,0	-15,0%	0,00%	0,0	-	-112,1

Os efeitos na mesma opção por variações na volatilidade implícita seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP			
Volatilidade implícita			
%	Opção (%)	Valor (M€)	Variação
37,00%	0,00%	0,0	-
42,00%	1,56%	13,8	-
32,00%	0,00%	0,0	-

Os efeitos nos *swaps* associados ao empréstimo de 599,2 milhões de euros, cujo capital em dívida em 30 de junho de 2016 é de 557,2 milhões de euros por variações positivas e negativas de 1% na taxa de juro variável (Euribor 6M) seriam os seguintes (em milhões de euros):

Taxa	Valor	Variação
Euribor 6M	224,6	
Euribor 6M + 1%	107,9	-52,0%
Euribor 6M - 1%	213,4	-5,0%

GRUPO AdP

Fatores de Risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

i) Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo AdP. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de dívidas de clientes permanece com valores significativos.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente. O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida.

O Conselho de Administração da AdP avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdP SGPS continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade (exceto em situações muito específicas).

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 30 de junho 2016, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	30-Jun-16	31-Dez-15
Depósitos à ordem	68 309	49 226
Depósitos prazo	97 069	119 908
Outros Títulos	3 926	4 867
Fundo de renovação do equipamento	63 774	96 408
Total	233 078	270 410

Rating	30-Jun-16
A2	0
B1	31 604
Ba1	157 951
Ba3	5 095
Baa1	8 610
Baa3	241
Caa1	20 642
Caa2	514
Sem rating conhecido	8 298
Total	233 078

ii) Risco de Taxa de Câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP não é relevante. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão, bem como financiamentos em moeda estrangeira expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda.

iii) Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. Nestes últimos exercícios esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo elevado montante das dívidas de clientes.

Face a este problema o Grupo AdP tem vindo a analisar os seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos do Grupo AdP, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos assumidos com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	290 540	335 420	1 767 411
Fornecedores e outros passivos	165 640	78 803	34 017

O Grupo AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, o Grupo AdP entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

iv) Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo AdP ao risco do justo valor associado à taxa de juro. O Grupo AdP gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de *swaps* que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente, o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

	30-Jun-16	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados	30 111	51 968	6 778

v) *Risco de Capital*

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo AdP, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita à EPAL e aos empréstimos ao investimento - BEI), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	31-Jun-16	31-Dez-15
Empréstimos não correntes	2 102 831	2 065 765
Empréstimos correntes	290 540	349 060
Disponibilidades	(165 480)	(169 251)
Dívida	2 227 891	2 245 574
Subsídios ao investimento	1 634 510	1 621 339
Total do capital próprio	1 404 120	1 428 256
Capital e subsídios	5 266 521	5 295 169
Dívida/total do capital	0,42	0,42

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

vi) Risco regulatório

As regras regulatórias podem ter um impacto significativo na rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo AdP tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes. Foi também publicada a Lei n.º 12/2014, de 6 de março que altera, pela segunda vez, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (alterado já pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho), e que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.

A atribuição de poderes reforçados à ERSAR, enquanto entidade reguladora independente, veio acentuar a necessidade, por parte desta, de garantir a prática de preços capazes de assegurar a viabilidade económica e financeira das entidades gestoras dos serviços de gestão de resíduos urbanos. Assim, e no âmbito das competências atribuídas ao Conselho Diretivo da ERSAR, foi aprovado, por este órgão em 17 de fevereiro de 2014 o regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, aplicável a todas as entidades gestoras prestadoras desses serviços, independentemente do modelo de gestão adotado por cada uma delas. Este regulamento foi publicado em Diário da República IIª Série de 15 de abril de 2014.

57 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes

Ativos e passivos contingentes

As alterações significativas ocorridas no 1.º semestre de 2016 (somente situações com evolução assinável face a 31dez15) em ativos e passivos contingentes identificam-se no quadro seguinte:

- Passivos contingentes - processos judiciais, ações e litígios movidos por terceiros contra o Grupo e outras situações de passivos contingentes

Empresa-mãe / Subsidiária	Descrição	Efeito financeiro (m€)	Evolução face a 31dez15
PARPÚBLICA, SGPS, SA	Direito potestativo (responsabilidade) de aquisição de 100% do capital social da TAP SGPS	n.d	Com a assinatura do Memorando de Entendimento (fevereiro 2016) e assinatura subsequente do Contrato de Compra e Venda de Ações (maio 2016) e com a sua posterior conclusão, este direito potestativo será revogado, passando a vigorar a disciplina que vier a resultar do novo enquadramento
PARPÚBLICA, SGPS, SA	Responsabilidade subsidiária relativamente à dívida financeira da TAP	n.d	A prevista renegociação da dívida financeira do Grupo TAP, enquanto condição para o closing da Transação, poderá introduzir alterações à mecânica do “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP” e, por conseguinte, às responsabilidades assumidas por ambas as partes entre si e perante terceiros, em termos que não são conhecidos à data do presente relato.
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA Águas do Norte, SA Águas do Centro Litoral, SA, e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	Providências cautelares interpostas por diversos Municípios accionistas de empresas extintas, no âmbito da reestruturação dos sistemas multimunicipais do sector das Águas	n.d	No decurso do 1.º trimestre de 2016 foram instauradas duas novas ações principais, registando-se até à presente data o indeferimento de todas as providências cautelares em primeira instância, tendo ocorrido o trânsito em julgado em sentido favorável às empresas do Grupo AdP em quatro das providências cautelares
Águas do Norte, SA	Processo n.º 2/16.5 BEMDL - Ação Administrativa, onde o Município de Mirandela impugna o tarifário praticado pela AdTMAD	1.543	Novo processo

- Ativos contingentes - processos judiciais, ações e litígios movidos pelo Grupo contra terceiros e outras situações de ativos contingentes

Empresa-mãe / Subsidiária	Descrição	Efeito financeiro (m€)	Evolução face a 31dez15
PARPÚBLICA, SGPS, SA	Opções de compra e de venda no âmbito da privatização da TAP SGPS, SA Caso uma das opções seja exercida e seja efetuada uma OPV durante os 4 anos seguintes à transmissão, a PARPÚBLICA tem direito a receber um incremento de preço	5.574 90.000	Com a assinatura do Memorando de Entendimento (fevereiro 2016), e assinatura subsequente do Contrato de Compra e Venda de Ações (maio 2016) para a (re) aquisição de uma participação de 50% no capital social da TAP SGPS, SA, e com a sua posterior conclusão, as referidas opções e incremento de preço serão revogados, passando a vigorar a disciplina que vier a resultar do novo enquadramento
Águas do Norte, SA	Processos de Contra-Ordenação Ambiental, movidos contra várias entidades: . CO 575/2014/ARHN; CO 576/2014/ARHN . CO 636/2014/ARHN; CO 21/2015/ARHN . CO 68/2015/ARHN; CO 347/2016/ARHN . CO 304/2016/ARHN; CO 229/2016/ARHN . CO 382/2016/ARHN; CO 410/2016/ARHN	Por cada processo, coima entre 24 a 5.000	Novos processos de contra-ordenação ambiental

Eventos subsequentes

Na execução do Memorando de Entendimento, foi assinado em 19 de maio de 2016, entre a PARPÚBLICA e a Atlantic Gateway, Lda., um Contrato de Compra e Venda de Ações, contendo os termos e as condições em que a aquisição das ações necessárias à concretização de uma participação de 50% se deve concretizar e cujo cumprimento se deveria processar num prazo de 90 dias, o que ainda não se verificou. O prazo previsto renova-se automaticamente por sucessivos períodos de um mês. A PARPÚBLICA e a Atlantic Gateway, em coordenação com o Grupo TAP, têm vindo a trabalhar no sentido de serem verificadas as condições necessárias à conclusão da referida venda, de entre as quais as notificações e autorizações de terceiros, a realização da OPVT (Oferta Pública de Venda aos Trabalhadores) e a reestruturação financeira do Grupo TAP.

À data da elaboração do presente relatório, e de acordo com as informações veiculadas publicamente pelo Ministério das Finanças, as ações atualmente detidas pela Parpública na Parcaixa deverão vir a ser envolvidas no processo de capitalização da Caixa Geral de Depósitos. Nesta data a Parpública não dispõe de informação sobre os termos em que tal operação ocorrerá.

58 - Divulgações de natureza não contabilística

i) Garantias

Grupo AdP

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas por unidades de negócio das empresas incluídas no perímetro de consolidação demonstram-se como se segue (valores em milhares de euros):

UN	Tribunais	Instituições financeiras	Entidades concedentes	Outros	30-Jun-16	31-Dez-15
UNAPD	7 412	-	566	12 108	19 996	20 361
EPAL	5 176	160 535	-	320	166 031	175 030
UNADR	-	-	-	446	446	446
Internacional	-	230	-	872	1 102	970
Corporativos	-	1 360 066	-	252	1 360 318	1 382 933
TOTAL	12 587	1 520 831	566	13 908	1 547 893	1 579 741

A holding do Grupo AdP (AdP SGPS), no âmbito dos financiamentos contraídos junto do BEI, constitui-se como garante do bom cumprimento das obrigações contratadas.

Grupo Baía do Tejo

Em 30 de junho de 2016, as garantias bancárias prestadas a terceiros são as seguintes (valores em milhares de euros):

Beneficiário	Natureza	30-Jun-16	31-Dez-15
Câmara Municipal do Seixal	Boa execução das obras de infraestruturas.	141	141
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Garantir despesas relacionadas com a utilização do terminal do Seixal	68	68
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Utilização de área de domínio público	42	42
EDP	Garantir infraestruturas elétricas no Parque Industrial do Seixal - Processo EDP-RCLER.	21	21
Tribunal do Trabalho de Almada	Caução de um processo envolvendo um ex-trabalhador	19	19
SLE	Fornecimento de energia elétrica às instalações localizadas no parque do Barreiro.	7	7
		298	298

A Baía do Tejo, prometeu, a título de garantia, à Câmara Municipal do Seixal, efetuar a dação em cumprimento de 10 lotes de terreno no Parque Industrial do Seixal – 3ª fase (PIS III) em caso de incumprimento do compromisso de boa execução das infraestruturas a efetuar no referido parque, orçadas em 4 660 milhares de euros.

Grupo SIMAB

Garantias Prestadas a terceiros

Entidade Beneficiária	Entidade Emissora	Valor (milhares de euros)	Empresa
REPSOL	CGD, SA	2	MARL
REPSOL	Millennium BCP	2	SIMAB
Banco Santander Totta	Banco Santander Totta – Descoberto grupado	500	SIMAB, MARL e MARE

Entidade Beneficiária	Entidade Emissora	Valor (milhares de euros)	Empresa
Millenium bcp	Millenium bcp – Descoberto grupado	500	SIMAB, MARL e MARE
Banco Santander Totta (Banif)	Banco Santander Totta	4 672	MARL
Banco Santander Totta – Livrança Avalisada	Banco Santander Totta	3 000	MARL
Millenium bcp – Livrança Subscrita	Millenium bcp	25 000	SIMAB
Comarca de Braga	Millenium bcp – Papel Comercial	16	SIMAB
Total		33 692	

Garantia Prestada ao Banco Europeu de investimento (BEI)

No âmbito dos financiamentos que as participadas MARL, S.A., MARF, S.A. e MARB, S.A. detêm junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado Português ao cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes dos respetivos empréstimos junto do BEI, para o financiamento do projeto “*Projeto Agro Logistics Portugal*”, substituindo-se deste modo o Estado à banca comercial, em condições bastante menos onerosas para as empresas e desonerando a SIMAB, S.A. da responsabilidade assumida na data de assinatura dos contratos, deixando de vigorar a as respetivas *side letters*.

Em setembro de 2011 foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado ao financiamento da MARL, S.A., e em agosto de 2013 foi autorizada para a MARB, S.A. e MARF, S.A.

Garantias detidas sobre terceiros

1) A MARL, SA, detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Aquecitermica, Lda	Instal.novos ramais de abast.de águas em 4 pavilhões do MARL	Bancária - Santander	5,1
Armando Cunha, Lda	Remodelação da área envolvente do edifício dos CTT Expresso	Bancária – Millennium BCP	0,9
Caetano Coatings	Reparação da Estrutura Metalica do Portico de Acesso ao MARL	Bancária - Santander	0,9
Caetano Coatings	Reparação do Pavimento do Pavilhão do Pescado	Bancária - Santander	25,9
Casa dos Asfaltos – Isolfrei, Lda	Empreitada de reabilitação das Impermeb. Coberturas NAC	Guia de depósito	1,4
Casa dos Asfaltos – Isolfrei, Lda	Empreitada de execução de cobert. Terraço Tecnico CTT Expresso	Guia de depósito	1,0
CHARON, Lda	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancária - BES	23,1
CLI MEX , S.A.	Contrato de Prest.Serv.Limp.Int., Ext. e Remoção de Resid.Sólidos	Bancaria - Millennium BCP	37,8
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução COSEC	100
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução AXA	29,9
JCDecaux, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancária - SANTANDER	59,3
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancária – Banco Popular	3,8
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancária – Banco Popular	3,7
Sotecnisol	Reabilitação das coberturas dos Pav. A11 e Ctt Expresso	Bancária - Santander	9,7

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Strong, S.A.	Prestação de Serviços de Prevenção e Vigilância	Bancária – Millennium BCP	15,0
Strong, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Prevenção e Vigilância	Bancária – Santander	24,8
SUMA, S.A.	Contrato de Prest.Serv.Limp.I nt., Ext. e Remoção de Resid.Sólidos	Bancária - CGD	56,7
VISACASA, S.A.	Contrato de Prest. de Serviços de Manutenção	Bancária – Banco BIC	9,6
VISACASA, S.A.	Empreitada de coberturas dos pavilhões A08 e A10 no MARL	Bancária - Millennium BCP	13,4
VISACASA, S.A.	Empreitada de reabilitação do topo norte do pavilhão A07	Bancária - Millennium BCP	3,0
VISACASA, S.A.	Contrato de empreitada Reabilitação de pinturas de fachadas dos pavilhões A01, A03 e A08	Bancária - BIC	3,7
VISACASA, S.A.	Contrato de Aquisição de Serv. Manut. De Equip. e Instalações	Bancária - BIC	18,9
VISACASA, S.A.	Contrato de Forn. Mont. 3 unid prod. de Agua Arref. Pav. A01 A05 e A07	Bancária – Millenium BCP	13,5
Total			461,1

Em 30 de junho de 2016, a MARL detinha as seguintes garantias bancárias e livrança sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARL:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Bargosa, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BES	10,0
Catefru, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BPI	19,0
CEMG	Cauções contratuais	Bancária - MG	24,4
Doca Marinha, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	1,8
Espada Pescas, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	5,6

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	36,1
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancária – Millennium BCP	15,0
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BPI	15,4
Total			127,2

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
MARL Energia, Lda	Contrato de utilização de espaço para central fotovoltaica.	Livrança	500,0
HYPESOLAR Fanhões, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50,0
HYPESOLAR Sacavém, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50,0
Total			600,0

2) Na MARF, SA em 30 de junho de 2016, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Reilimpa, SA	Aquisição de serviços de limpeza interior dos escritórios, pavilhão do mercado e portaria	Garantia Bancária	3,1
PSG, SA	Fornecimento de equipamento e material – limpeza industrial	Garantia Bancária	8,3
Total			11,4

3) Na MARE, SA em 30 de junho de 2016, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao incumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestação de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado	Bancária - BCP	4,8
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado (trabalhos a mais)	Bancária - BCP	1,0
José Quintino, Lda	Arranjos exteriores na Envolvência do Armazém (Chronopost)	Bancária - BPI	6,8
JFS, S.A.	Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária - BCP	18,4
JFS, S.A.	2º Adicional ao contrato de Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária - Santander Totta	1,9
PSG – Segurança Privada, SA	Aquisição de serviços de segurança e vigilância no mercado	Bancária - Novo Banco	3,7
Total			36,6

Em 30 de junho de 2016, a MARÉ, SA detinha a seguinte garantia bancária referente à caução do bom e integral cumprimento da obrigação decorrente do contrato de utilização de espaços no MARE:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
CEMG	Cauções contratuais	Bancária - MG	4,3
Total			4,3

4) Na MARB, SA em 30 de junho de 2016, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros

À data de elaboração deste relatório foi já prestada uma garantia bancária pela entidade Ronsecur, Lda no âmbito do contrato de prestação de vigilância a partir de 01/07/2016.

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para instalações dos CTT Expresso no MARB	Bancária/BCP	17,0
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para instalações dos CTT Expresso no MARB	Bancária/BES	17,0
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para verificação e reparação de águas pluviais no edifício do MARB	Bancária/BES	0,7
Climex, Controlo de Ambiente, S.A.	Aquisição de serviços de Limpeza e Remoção de Resíduos Sólidos no MARB	Bancária/Millennium BCP	3,1
Stong –Segurança, S.A.	Contrato Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancária/Santander Totta	2,2
Total			40,0

Companhia das Lezírias

Em 30 de junho de 2016, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia bancária no valor de 2.493,99 Euros, no BPI, destinada a caucionar a exportação de vinhos;
- Garantia bancária no valor de 30.000,00 Euros, no BCP, destinada a caucionar o fornecimento de gasóleo;
- Garantia bancária no valor de 858.689,32 Euros, no BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA.

ii) *Compromissos financeiros assumidos que não figuram no balanço*

Grupo AdP

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pelo Grupo AdP não relevados no balanço, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, de substituição, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão, apresenta-se do seguinte modo (valores em milhares de euros):

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado			
				N	(N+1)	(N+2...N+5)	(>N+5)
UNA-PD	7 660 557	5 120 158	203 510	115 983	237 655	377 990	1 606 495
	7 660 557	5 120 158	203 510	115 983	237 655	377 990	1 606 495

No mapa seguinte encontram-se apresentados os compromissos futuros do Grupo relativos às rendas a pagar aos municípios, conforme definido nos contratos de concessão.

Empresas	Rendas já reconhecidas	Rendas reconhecidas em dívida	Rendas Futuras N+1	Rendas Futuras Restantes	Rendas Futuras Restantes	30-Jun-16	30-Jun-15
Águas do Centro Litoral, S.A	38 555	832	51	128	1 487	41 053	39 333
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	77 774	18 261	-	1 119	22 837	119 991	40 732
Águas do Norte, S.A.	94 726	7 812	5 171	10 227	19 431	137 368	101 687
Águas do Algarve, S.A.	1 884	228	-	238	3 999	6 349	6 349
Águas de Santo André, S.A.	6 943	-	-	479	6 943	14 365	14 365
AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.	-	2 492	53	83	2 332	4 960	14 787
Total	219 882	29 625	5 274	12 275	57 029	324 086	217 254

Grupo Baía do Tejo

Em 30 de junho de 2016 existem os seguintes compromissos financeiros que não figuram no balanço (valores em milhares de euros):

Natureza	30-Jun-16	31-Dez-15
Pagamento de IMT associado à aquisição do "Complexo da Margueira"	3 781	3 781
Estimativa de pagamento por benefícios de cessão de trabalho aos trabalhadores da ex-Quimigal	1 575	1 575
Contratos de <i>renting</i>	55	92
Total	5 411	5 448

Como referido acima existem ainda responsabilidades assumidas para execução de infraestruturização dos terrenos do PIS III que se estimam em cerca de 10 180 milhares de euros.

Companhia das Lezírias

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, incluía o projeto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, atualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

A aprovação destes financiamentos está definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 abril de 1954; Decreto-lei n.º 41956, de 12 novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de dezembro.

Atualmente a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a 9 258 euros, a serem pagos em 15 anuidades de 617 euros.

i) Trabalhadores ao serviço

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015 o número médio de trabalhadores ao serviço (da empresa e de todas as subsidiárias) foi de 4 200 e de 4 164, respetivamente.

ii) Outras divulgações

Não existem alterações significativas ocorridas no 1.º semestre de 2016 face às divulgações efetuadas no relatório consolidado de 31dez15.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras intercalares foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 30 de agosto de 2016, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, as operações do Grupo PARPÚBLICA, bem como a posição financeira em 30 de junho de 2016 e a performance e os fluxos de caixa no 1º semestre de 2016, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador

José Manuel Pereira Mendes Barros
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira
Administradora não executiva

Maria João Dias Pessoa Araújo
Administradora não executiva

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Administrador não executivo